SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE HISTÓRIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO - PPC

Porto Nacional/TO, Outubro de 2011

Alan Barbiero
Reitor

José Expedito Cavalcante da Silva
Vice-Reitor

Isabel Cristina Auler Pereira
Pró-Reitora de Graduação

Márcio Antônio da Silveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação

Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti
Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

José Pereira Guimarães Neto
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Rafael José de Oliveira
Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Valéria Gomes Momenté
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Juscéia Aparecida Veiga Garbelini
Diretora do Campus de Porto Nacional

Geraldo Silva Filho
Coordenador do Curso

PROFESSORES

Ana Lúcia Gomes Muniz	http://lattes.cnpq.br/3156647913396951
Benvinda Barros Dourado	http://lattes.cnpq.br/8284913139954105
Denílson Barbosa de Castro	http://lattes.cnpq.br/6756256684452145
Geraldo Silva Filho	http://lattes.cnpq.br/2905842847485295
José Pedro Cabrera Cabral	http://lattes.cnpq.br/0838382290820410
Juliana Ricarte Ferraro	http://lattes.cnpq.br/5503371945137722
Marcelo Santos Rodrigues	http://lattes.cnpq.br/7685802492506664
Marcos Aurélio Câmara Zimmermann	http://lattes.cnpq.br/0911141023365077
Maria Aparecida de Oliveira Lopes	http://lattes.cnpq.br/4735378778437388
Marina Haizenreder Ertzogue	http://lattes.cnpq.br/8782125323284470
Mirian Aparecida Tesserolli	http://lattes.cnpq.br/1052196082160111
Napoleão Araújo de Aquino	http://lattes.cnpq.br/9240614562904714
Odair Giraldin	http://lattes.cnpq.br/6898659315585888
Patrícia Spósito Mechi	http://lattes.cnpq.br/1370400052953867
Paulete Maria Cunha dos Santos	http://lattes.cnpq.br/4287711764154452
Radamés Vieira Nunes	http://lattes.cnpq.br/3310010591947504
Rita de Cássia Guimarães Melo	http://lattes.cnpq.br/3717304992656417
Rodrigo Poreli Moura Bueno	http://lattes.cnpq.br/0847570595210977
Temis Gomes Parente	http://lattes.cnpq.br/0470934521441767
Ulisses do Valle	http://lattes.cnpq.br/3163617104627072

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO 06

2– CONTEXTO INSTITUCIONAL 07

2.1. Histórico de Implantação da Universidade Federal do Tocantins 07

2.2. A Universidade Federal do Tocantins no Contexto Regional 10

2.3. O Perfil Institucional 12

2.4. A Missão Institucional 14

2.5. A Estrutura Organizacional 16

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 19

3.1. Nome do Curso 19

3.2. Modalidade do Curso 19

3.3. Endereço do Curso 19

3.4. Ato Legal de Reconhecimento do Curso 20

3.5. Número de Vagas 20

3.6. Turno de Funcionamento 20

3.7. Diretor do Campus de Porto Nacional 20

3.8. Coordenador de Curso 20

3.9. Relação Nominal do Quadro Docente Efetivo do Curso 20

3.10. Comissão de Elaboração do PPC 21

3.10.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE) 22

3.11. Dimensões das Turmas: Teóricas e Práticas 22

3.12. Histórico de Criação e Trajetória do Curso 23

3.12.1. O Campus de Porto Nacional 23

3.12. 2. Histórico do Curso 27

4 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 28

4.1. Administração Acadêmica 28

4.2. Coordenação Acadêmica 29

4.3. Projeto Acadêmico de Curso 30

4.3.1. Justificativa 30

4.3.2. Concepções e Objetivos do Curso 32

4.3.3. Perfil e Campo de Atuação Profissional 33

4.3.4. Competências, Atitudes e Habilidades 34

4.3.5. Estrutura e Organização Curricular 36

4.3.6. Especificações das Atividades Acadêmicas 39
4.3.7. Estrutura Curricular com Respectivos Créditos e Cargas Horárias 42
4.3.8 – Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino 44
4.3.8.1 - PIBID - Iniciação à Docência 44
4.3.8.2 – Programa Institucional de Monitoria – PIM 46
4.3.8.3 – Bolsa Permanência 47
4.3.8.4- Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - PARFOR *47*
4.3.9. Interface Com Pesquisa e Extensão 48
I. PIBIC 48
II. *Lato Sensu* em História Social 49
III. *Lato Sensu* em Ensino de História 49
IVI. Organização de eventos de caráter científico 50
4.3.9.1. Núcleos e Laboratórios de Pesquisas 50
4.4 – Interface Com Programa *Stricto Sensu* 53
4.4.1. Processos de Avaliação Contínua do Curso 54
4.4.2. Dados e Estatísticas do Curso para a Implementação de Ações Auto-Avaliativas 58
4.4.2.1. Percentual candidato/vaga dos últimos 04 anos (Sistema Universal) 58
4.4.2.2. Percentual de evasão dos alunos nos últimos 05 anos 59
4.4.3. Adaptações Entre Estruturas Curriculares 59
4.4.4 – Ementário de Disciplinas 59
5 – ESTRUTURA FÍSICA 132
5.1 – Laboratórios 132
5.2 – Biblioteca 132
5.3 – Área de Lazer e Circulação 133
5.4 – Recursos Audiovisuais 133
5.5 - Acessibilidade para Portadores de Necessidade Especiais 134
5.6 - Sala da Direção do campus e Coordenação do Curso 134
6 – ANEXOS 136

1. PREFÁCIO

O colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional submete à apreciação do Conselho Diretor do campus e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins o seu novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – na modalidade de habilitação em Licenciatura Plena, conforme as leis em vigor da república federativa do Brasil e de acordo com as diretrizes gerais do Ministério da Educação.

O curso de graduação em ensino superior na área de História do campus de Porto Nacional será realizado nos turnos Matutino e Noturno, com uma entrada a cada semestre letivo, sendo, portanto, oferecidas, via processo seletivo de vestibular, 80 vagas anuais. Cabe ressaltar, que a escolha da modalidade Licenciatura se deve a necessidade contínua de se formar quadros de professores qualificados para o exercício do magistério do ensino fundamental e médio das redes de ensino público e privado do Estado do Tocantins, ainda que a graduação aqui oferecida habilite aos alunos que integralizarem as suas disciplinas, créditos e demais atividades constantes em sua Estrutura Curricular o exercício do magistério no âmbito de todo o território nacional.

Por outro lado, a presente Estrutura Curricular não negligencia o desenvolvimento nos discentes de suas potencialidades para a prática da pesquisa, ao contrário, a incentiva permanentemente no decorrer da realização do curso. Posteriormente, poderá vir o colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional submeter às instâncias cabíveis da Universidade Federal do Tocantins uma estrutura curricular na modalidade Bacharelado, mas que, decisivamente, não ofuscará o oferecimento da modalidade da Licenciatura.

Por fim, ressalta-se que a diminuição da carga horária total do curso para 2.805 horas (em relação à antiga Estrutura Curricular) não significa a

redução de oferecimento dos conteúdos específicos da área da História, bem como os das áreas pedagógicas e as do Estágio Supervisionado, assim como o desenvolvimento contínuo de um espírito de crítico e da busca permanente da cidadania fazem parte fundamentais dos propósitos e objetivos gerais desse Projeto Pedagógico do Curso.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.1. Histórico de Implantação da Universidade Federal do Tocantins – UFT

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a Universidade Federal do Tocantins iniciou suas atividades pedagógicas efetivamente a partir do mês de Maio do ano de 2003, com a posse e nomeação de seus primeiros docentes concursados e professores e com a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins - UNITINS, mantida pelo governo do Estado do Tocantins.

Anteriormente, no mês de Abril de 2001 foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, por meio da Portaria de nº 717, datada de 18 de abril de 2001. Essa comissão teve o objetivo, dentre outros de menor relevância, de elaborar o Estatuto da universidade e elaborar o seu projeto de estruturação física, com a tomada das providências legais e necessárias para a sua efetiva implantação e foi designado, pelo Ministério da Educação, como presidente dessa comissão o Prof. Dr. Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

No decorrer do mês de Abril do ano de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a Universidade Federal do Tocantins, uma nova etapa foi iniciada. Dessa forma, foi assinado no mês de Julho do ano de 2002 o Decreto de nº 4.279 datado de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências de caráter jurídico e pedagógico para fomentar as providências necessárias para a implantação da Universidade Federal do Tocantins. Para tanto, foi designado o Prof. Dr. Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02 datado de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com a interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativa, além dos procedimentos de cunho estratégico que estabelecia as funções e responsabilidades de cada um dos órgãos e instituições acima discriminados.

Com a posse dos primeiros docentes concursados no mês de Maio de 2003 foi desencadeado o processo de escolha dos primeiros diretores de *campi* da Universidade, especificamente para o campus de Porto Nacional foi designado o Prof. MSc. Geraldo Silva Filho que já vinha exercendo a função de diretor do campus de Porto Nacional ainda à época da UNITNS, os demais campi tiveram processos diferenciados para a escolha de seus primeiros diretores.

Finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB foi indicada pelo Ministério da Educação, na gestão do então Ministro Cristóvam Buarque, uma nova comissão de implantação e consolidação da Universidade Federal do Tocantins. Na ocasião, foi convidado para exercer o cargo de reitor pró-tempore o Prof. MSc. Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão foi designado por meio da Portaria de nº 002/03 datada de 19 de agosto de 2003 o Prof. MSc. Zezuca Pereira da Silva, igualmente professor titular aposentado da UFG para exercer o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto e Regimento Geral e Acadêmico da UFT, assim como a organização do processo de absorção dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Também criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da Consulta Eleitoral, com a participação dos corpos docente e discente, para a escolha do primeiro Reitor e Vice-Reitor, pertencentes aos quadros de professores efetivos, da Universidade Federal do Tocantins, processo ocorrido no dia 20 de Agosto do ano de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, datada de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação de seus Órgãos Colegiados Superiores, tais como; o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES - por meio da composição de uma lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins no ano de 2004 por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004 foi efetivada a convalidação de todos os cursos de graduação da instituição e dos atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a Universidade Federal do Tocantins incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente que já era ofertado pela Unitins, bem como, efetivou legalmente a absorção de mais de oito mil alunos, além da estrutura física já existente nos sete *campi* e dos prédios que estavam em construção já com recursos repassados pelo governo federal, sem contar a absorção de materiais permanentes tais como

veículos, equipamentos de laboratórios, computadores, cadeiras escolares, dentre outros, além do acervo constantes nas bibliotecas dos *campi.*

A história da implantação da UFT, assim como todo o seu processo de criação representa uma grande conquista do povo tocantinense e remonta, certamente, a processos muito anteriores indicam a participação de diversos setores e segmentos sociais, que, espera-se um dia sejam trazidos a público a partir de trabalhos historiográficos.

A Universidade Federal do Tocantins é, portanto, um sonho que aos poucos vai se consolidando em uma *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação e com os princípios de uma instituição pública, gratuita, de excelência e socialmente referendada.

2.2. A Universidade Federal do Tocantins no Contexto Regional

O Estado do Tocantins se caracteriza por ser um Estado de formação multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a Universidade Federal do Tocantins o desafio de promover práticas educativas e pedagógicas distintas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado, integrados a projetos de pesquisa e extensão e de atividades culturais, que, de forma indissociável, propiciem a formação de profissionais e produzam conhecimentos que contribuam para a transformação e desenvolvimento do Estado do Tocantins e, principalmente, de seus segmentos sociais mais carentes, pautados nos princípios de respeito as diversidades étnicas, raciais e sociais e respeito aos princípios da sustentabilidade e meio ambiente.

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma estrutura *multicampi*, sendo que seus 7 (sete) *campi* universitários localizam-se em distintas e estratégicas regiões do Estado, grosso modo em seu sentido

longitudinal, que oferecem diferentes cursos vocacionados para com as realidades locais. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local, e em seu entorno, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno a possibilidade de uma formação integral. Assim, levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento das distintas regiões do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação superior nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida e dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT merecem destaque:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado por indígenas, afro-descendentes, populações ribeirinhas, assentados da Reforma Agrária, campesinos, entre outros grupos sociais, se enquadram como potenciais e necessários objetos de estudos e pesquisas, buscando sempre as suas valorizações e não justificativas de base científica para os seus aniquilamentos. Alguns estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões de sua territorialidade abrem espaço para discussões das formas e maneiras ideais para a sua integração no âmbito nacional e desenvolvimento especifico de suas localidades.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuindo para a adoção e desenvolvimento de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem

destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, afrodescendente, educação rural e de jovens e adultos.

Diante das perspectivas de escassez das reservas mundiais de petróleo até o ano 2050, buscam-se fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, nesse contexto a Universidade Federal do Tocantins desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Por fim, reitera-se que em vista das novas exigências da educação básica decorrentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN'S – das promulgações de leis de caráter educativo, como exemplo a lei de nº 10.645/2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira no ensino fundamental e médio, de novos paradigmas do mundo contemporâneo, do respeito ao convívio da diversidade cultural e condição de ser o Estado do Tocantins uma fronteira ainda aberta à vinda e migração de indivíduos de diversas regiões do país, o ensino se torna no âmbito local cada vez mais emergente e necessário a todos esses desafios e a Universidade Federal do Tocantins deve estar preparada para contribuir com essas e muito outras exigências que se vislumbram no presente e no passado da dessa sociedade.

2.3. O Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (Artigos 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em diversos setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando em sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a Universidade Federal do Tocantins distingue-se, nesse aspecto, da maioria das universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas em um único *locus* urbano. Tal singularidade se expressa na atuação de seus sete *campi*, implantados em diferentes cidades e distintas regiões do Tocantins (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que variam entre 70 a 600 km de sua capital: Palmas.

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessárias à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A Universidade Federal do Tocantins, com seus sete *campi*, tem uma dimensão que abrange praticamente todas as regiões do Estado do Tocantins, sendo a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa dimensão pode ser quantificada na existência de seus 726 professores concursados e efetivos (sendo 295 os docentes portadores do título de Doutor, 381 os docentes portadores do título de Mestres e 50 os docentes portadores do título de especialistas), de seus 630 servidores técnicos administrativos concursados, além de inúmeros outros servidores técnicos administrativos terceirizados.

2.4. A Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é "*Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia*" e, como visão estratégica *"Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional*".

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

1. O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

2. A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

3. O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

4. A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

5. A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

6. O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

7. A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com aproximadamente quinze mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, podendo desta forma contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas distintas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis.

A Universidade Federal do Tocantins oferece, atualmente, 48 cursos de graduação presencial, cursos de graduação à distância (EAD), dezenas de cursos de especialização lato sensu, 12 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Ensino de Língua e Literatura (Araguaína, 2009); Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007); mestrado em Produção Animal (Araguaína 2008), mestrado em Geografia, (Porto Nacional, 2010), mestrado profissional em Engenharia Ambiental (Palmas, 2011); Biotecnologia (Gurupi, 2011) e 02 Doutorados próprios: Ciência Animal (Araguaína, 2009); Biotecnologia em Palmas (2011).

A Universidade Federal do Tocantins mantêm ainda, os mestrados interinstitucionais (Minteres) em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, uma parceria firmada entre UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, uma parceria firmada entre UFT\UnB), os doutorados interinstitucionais (Dinteres) em História Social (Palmas, uma parceria firmada entre UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria firmada entre UFT\UFG); Administração (Palmas, uma parceria firmada entre UFT/Mackenzie, 2009); Ciências da Computação (Palmas, uma pareceria firmada entre UFT/UFRJ) e Geografia (Araguaína, 2009, em uma parceria firmada entre UFT/UFU).

2.5. A Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a sua estrutura organizacional é composta pelas seguintes instâncias acadêmico-administrativas:

- ✓ **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- ✓ 2. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE**: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- ✓ 3. **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- ✓ 4. **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).
- ✓ 5. **Conselho Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus,* seu

presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

- ✓ 6. **Direção de Campus**: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- ✓ 7. **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- ✓ 8. **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários:

- *Campus Universitário de Araguaína*: Oferece os cursos de graduação em Biologia (Licenciatura), Física (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), Gestão de Cooperativas (Tecnólogo), Gestão de Turismo (Tecnólogo), História (Licenciatura e Bacharelado), Letras (Licenciatura), Logística (Tecnólogo), Matemática (Licenciatura), Medicina Veterinária (Bacharelado), Química (Licenciatura), Zootecnia (Bacharelado), Biologia EAD (Licenciatura).

- *Campus Universitário de Arraias*: Oferece os cursos de graduação em Matemática (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura) e Biologia EAD (Licenciatura).

- *Campus Universitário de Gurupi*: Oferece os cursos de graduação em Agronomia (Bacharelado), Engenharia Biotecnológica

(Bacharelado), Engenharia Florestal (Bacharelado), Química Ambiental (Bacharelado), e Química EAD (Licenciatura) e Biologia EAD (Licenciatura).

- Campus Universitário de Miracema: Oferece os cursos de graduação em Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social (Bacharelado).

- Campus Universitário de Palmas*:* Oferece os cursos de graduação em Administração (Bacharelado), Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado), Artes (Licenciatura), Ciência da Computação (Bacharelado), Ciências Contábeis (Bacharelado), Ciências Econômicas (Bacharelado), Comunicação Social (Bacharelado), Direito (Bacharelado), Enfermagem (Bacharelado), Engenharia de Alimentos (Bacharelado), Engenharia Ambiental (Bacharelado), Engenharia Civil (Bacharelado), Engenharia Elétrica (Bacharelado), Filosofia (Licenciatura), Medicina (Bacharelado), Nutrição (Bacharelado), Pedagogia (Bacharelado) e Física EAD (Licenciatura).

- Campus Universitário de Porto Nacional: Oferece os cursos de graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado), Geografia (Licenciatura e Bacharelado), História (Licenciatura), Letras (Licenciatura), Biologia EAD (Licenciatura), Química EAD (Licenciatura).

- Campus Universitário de Tocantinópolis: Oferece os cursos de graduação em oferece Pedagogia (Licenciatura) e Ciências Sociais (Licenciatura).

3. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1. Nome do Curso

Graduação de Ensino Superior em História.

3.2. Modalidade do Curso

Licenciatura Plena em História

3.3. Endereço do Curso

Rua 03 – Quadra 25 – S/Nº - Bairro Jardim dos Ypês – Porto Nacional/TO – CEP: 77.500-000 – Tel. (063) 3363 0505 – Fax. (063) 3363 0501 – e-mail: historiacpn@uft.edu.br.

3.4. Ato Legal de Reconhecimento do Curso

Portaria MEC N° 1.782 de 14/12/1992.

3.5. Número de Vagas

80 vagas anuais, sendo 40 vagas semestrais.

3.6. Turno de Funcionamento

Turno matutino e Turno noturno.

3.7. Diretora do Campus de Porto Nacional

Profa. Dra. Juscéia Aparecida Veiga Garbelini

3.8. Coordenador de Curso

Prof. Dr. Geraldo Silva Filho

3.9. Relação Nominal do Quadro Docente Efetivo do Curso

	Docente	Titulação	Regime de Trabalho	PQFD
1.	Ana Lúcia Gomes Muniz	Doutora	DE	
2.	Benvinda Barros Dourado	Doutora	DE	
3.	Denílson Barbosa de Castro	Mestre	DE	

4.	Geraldo Silva Filho	Doutor	DE	
5.	José Pedro Cabrera Cabral	Doutor	DE	Pós-Doutor
6.	Juliana Ricarte Ferraro	Mestre	40 h	Doutoranda
7.	Marcelo Santos Rodrigues	Doutor	DE	
8.	Marcos Aurélio Câmara Zimmerman	Mestre	40 h	Doutorando
9.	Maria Aparecida Oliveira Lopes	Doutora	DE	
10.	Marina Haizenreder Ertzogue	Doutora	DE	
11.	Mirian Aparecida Tesserolli	Mestre	DE	Doutoranda
12.	Napoleão Araújo de Aquino	Mestre	DE	Doutorando
13.	Odair Giraldin	Doutor	DE	
14.	Patrícia Spósito Mechi	Mestre	DE	Doutoranda
15.	Paulete Maria Cunha dos Santos	Mestre	DE	Doutoranda
16.	Radamés Vieira Nunes	Mestre	40 h	
17.	Rita de Cássia Guimarães Melo	Doutora	DE	
18.	Rodrigo Poreli Moura Bueno	Mestre	DE	
19.	Temis Gomes Parente	Doutora	DE	Pós-Doutora
20.	Ulisses do Valle	Mestre	40 h	Doutorando

3.10. Comissão de Elaboração do PPC

- ✓ - Profª. Drª. Ana Lúcia Gomes Muniz
- ✓ - Profª. Drª. Benvinda Barros Dourado
- ✓ - Prof. MSc. Denílson Barbosa de Castro
- ✓ - Prof. Dr. Geraldo Silva Filho
- ✓ - Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral
- ✓ - Profª. MSc. Juliana Ricarte Ferraro
- ✓ - Prof. Msc. Marcos Aurélio Câmara Zimmermann
- ✓ - Profª. MSc. Mirian Aparecida Tesserolli
- ✓ - Prof. Dr. Odair Giraldin

- ✓ - Profª. Dra. Temis Gomes Parente
- ✓ - Prof. MSc. Ulisses do Valle

3.10.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

- ✓ - Profª. Drª. Ana Lúcia Gomes Muniz
- ✓ - Profª. Drª. Benvinda Barros Dourado
- ✓ - Prof. MSc. Denílson Barbosa de Castro
- ✓ - Prof. Dr. Geraldo Silva Filho
- ✓ - Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral
- ✓ - Profª. MSc. Juliana Ricarte Ferraro
- ✓ - Prof. Msc. Marcos Aurélio Câmara Zimmermann
- ✓ - Profª. MSc. Mirian Aparecida Tesserolli
- ✓ - Prof. Dr. Odair Giraldin
- ✓ - Profª. Dra. Temis Gomes Parente
- ✓ - Prof. MSc. Ulisses do Valle

3.11. Dimensões das Turmas: Teóricas e Práticas

Conforme o disposto no Estatuto Acadêmico e Regimento Geral da UFT o limite máximo das turmas do curso de História do Campus de Porto Nacional é de 40 alunos em seus cursos matutino e noturno, número derivado da entrada no curso através do concurso vestibular. Todavia, em determinadas situações a dimensão das turmas por disciplinas específicas poderá ultrapassar esse numeral, na medida em que:

I - um aluno matriculado em outra turma/período solicitar matrícula em determinada disciplina(s) por razões diversas; reprovação, trancamento, desistência, não oferecimento regular da mesma em semestre anterior, etc.

II – Aumento do número de vagas da turma por força de transferência *ex-officio*.

III – Pela junção de turmas distintas para o oferecimento de uma mesma disciplina, situação a ser fomentada a partir de manifesta necessidade e a critério da coordenação de curso.

IV – As dimensões teóricas e práticas das disciplinas a serem ofertadas às turmas são aquelas previstas na Estrutura curricular do curso.

V – Em outras situações a serem discutidas no colegiado de curso e em concordância com a Pró-Reitoria da UFT.

VI – Conforme Resolução Consepe Nº 024/2011 fica o curso de História do campus de Porto Nacional apto a implantar o sistema de disciplinas em dependência.

Para a operacionalização desses procedimentos, caberá a Secretaria Acadêmica do campus de Porto Nacional após a confirmação das matrículas confeccionar um mapa demonstrativo, onde se constata a dimensão dos alunos semestralmente matriculados no curso, por turmas e por disciplinas específicas, sendo que essas informações também são alimentadas e constantes no Sistema de Informação para o Ensino (SIE) da instituição.

3.12. Histórico de Criação e Trajetória do Curso

3.12.1. O Campus de Porto Nacional

Atualmente, o campus da UFT na cidade de Porto Nacional conta com uma área construída de aproximadamente 5.600 m^2, com uma área em torno de 1.300 m^2 em construção e uma área 10 vezes maior para futuras ampliações e edificações. O campus está localizado no Jardim dos Ypês, um bairro residencial situado na parte setentrional da cidade, de grande valorização imobiliária e junto à saída para Palmas, capital do Estado do Tocantins, que dista aproximadamente 65 km do centro do município de Porto Nacional. Em 2010, foi construído e inaugurado próximo ao campus de Porto Nacional a sede local do Instituto Tecnológico Presidente Antônio Carlos – ITPAC Porto, que oferece 04 cursos de graduação; Medicina, Enfermagem, Odontologia e Engenharia Civil.

Igualmente em 2010, em uma área um pouco mais distante, mas também próxima do campus de Porto Nacional foi inaugurado o campus local do Instituto Federal de Tecnologia do Tocantins – IFTO, que conta com o oferecimento de 02 cursos tecnológicos; Técnico em Informática e Técnico em Logística e 02 cursos de ensino superior; Tecnólogo em Logística e Licenciatura em Computação.

No centro de Porto Nacional também existe a Faculdade São Marcos – FASAMAR, que oferece 03 cursos de graduação; Pedagogia, Administração e Secretariado.

Todos esses dados e informações justificam a cidade de Porto Nacional como um expressivo pólo de ensino superior, que atendem não somente aos estudantes do município, mas também dos municípios em seu entorno e de estudantes de outras cidades e estados brasileiros.

A área física construída no campus da Universidade Federal do Tocantins em Porto Nacional está distribuída entre:

1) o prédio da Administração Geral, onde se localizam o Gabinete da Direção do Campus, a Secretaria Acadêmica, a recepção e Setor de Protocolo, o Setor de Recursos Humanos, o Setor de Transporte, a Sala de Almoxarifado e a Sala de Mecanografia, dentre outros espaços administrativos de menor proporção;

2) o prédio onde se localizam as salas das coordenações dos cursos de graduação, salas de permanência de docentes, uma sala de reuniões, a sala da Comissão Setorial de Avaliação (CSA), a sala da Central de Estágios e a sala do sindicato dos docentes da UFT (SESDUFT);

3) o prédio onde se encontra a Biblioteca Central do Campus composta por um acervo de cerca de 30 mil títulos, entre livros e periódicos;

4) o laboratório de informática (LABIN) para uso da comunidade universitária de uma forma geral;

5) um auditório com a capacidade de 100 lugares;

6) as salas destinadas aos Núcleos e Laboratórios de Pesquisas;

7) o bloco destinado as coordenações dos curso do PARFOR, as coordenações do PIBID e salas do EAD em Biologia e Química;

8) as salas destinadas ao mestrados de Ecologia de Ecotónos e Geografia;

09) os blocos e salas destinados às disciplinas e atividades de ensino de uma forma geral.

O campus de Porto Nacional abriga 06 cursos de graduação: o Curso de Licenciatura em História; o Curso de Licenciatura em Letras (habilitações em Português e Inglês e Português e Literaturas); o Curso de Geografia (habilitações em Bacharelado e Licenciatura), o Curso de Biologia (habilitações em Bacharelado e Licenciatura), o Curso de Licenciatura em Biologia na modalidade à distância (EAD) e o Curso de Licenciatura em Química na modalidade à distância (EAD). Os cursos de Biologia, Geografia, História e Letras também oferecem cursos de graduação em caráter especial para professores das redes municipais e estaduais de ensino em um programa criado pelo governo federal denominado de Programa de Formação Docente – PARFOR.

Além desses cursos de graduação, o campus de Porto Nacional conta também com dois cursos de pós-graduação em nível *stricto sensu*, o **mestrado acadêmico em Ecologia de Ecótonos**, ligado ao curso presencial de Ciências Biológicas, sendo que o processo seletivo da primeira turma ocorreu no ano de 2008. Em 2010 foi aprovado pela CAPES, o mestrado acadêmico em Dinâmica Geo-Territorial e Geo-Ambiental, ligado ao curso de Geografia e que já conta com sua primeira turma egressa de processo seletivo.

Regularmente, o campus de Porto Nacional tem oferecido cursos de pós-graduação em nível *lato sensu* como, por exemplo, História Social, História e Cultura da África e do Negro no Brasil, Docência em Ensino Superior, Ensino da Geografia e de Literatura Brasileira. Com as crescentes demandas, certamente novos cursos de especialização poderão vir a ser oferecidos.

A UFT de Porto Nacional conta também com um prédio de aproximadamente 450 m^2 localizado no centro da cidade, com um auditório de 150 lugares, quatro salas de aula e duas salas para administração. É o CEPEC (Centro de Pós-Graduação, Extensão e Cultura), onde funciona, por exemplo, os cursos de especialização, notadamente o de História Social e o de História e Cultura da África e do Negro no Brasil.

Ressalva-se que, do ponto de vista acadêmico e físico, a biblioteca setorial do campus de Porto Nacional recentemente passou por uma ampliação de 220m^2 em sua área construída. Essa construção foi essencial e necessária para receber e abrigar o acervo da Biblioteca do antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto, que foi adquirido pela Universidade Federal do Tocantins.

Atualmente esse acervo bibliográfico passa por processo de higienização e separação das obras que necessitam de tratamento de restauração para posterior classificação e abertura à consulta. Esse acervo conta com cerca de 20 mil volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos. Há obras fundamentais para o conhecimento, do período colonial ao século XX, da história e da cultura dos índios que habitam o território correspondente ao Brasil. Ali estão reunidas as principais obras publicadas por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores, dentre outros pesquisadores. São, em sua maioria, obras com edições esgotadas e cerca de 10% do acervo reúne obras raras.

O acervo da documentação em papel concentra cerca de 150 caixas tipo arquivo ainda sem organização, entre as quais está um conjunto de documentos originais da Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais. Trata-se de uma documentação sobre os povos indígenas de Minas Gerais durante o período imperial e é composta por aproximadamente 2.500 manuscritos originais em bom estado de conservação, os quais possuem mais de 5.000 páginas e estão divididos em 17 volumes. Dentre os manuscritos, correspondência e informes da Diretoria Geral dos Índios, dos diretores parciais dos vários aldeamentos e de missionários, além de ofícios e instruções da presidência da província, no período correspondente entre 1849 e 1888.

Uma análise sumária da documentação autoriza supor que esta seja uma das mais importantes fontes sobre os índios de Minas Gerais de que até agora se tem notícia e representa, certamente, substancial adição às já conhecidas que, em sua maioria, limitam-se à primeira metade do século XIX.

Há também no acervo 247 rolos de microfilmes, parte deles de obras raras (81 rolos) e outra parte composta por documentação sobre a Revolta da Cabanagem (37 rolos) e manuscritos do século XIX.

3.12. 2. Histórico do Curso

O curso de História – licenciatura plena – é oferecido pelo Campus Universitário de Porto Nacional desde 1985, pertencente inicialmente à Faculdade de Filosofia do Norte Goiano – FAFING e posteriormente à Universidade do Tocantins - UNITINS e foi reconhecido pela Portaria MEC nº 1782 em 14/12/1992.

A partir do 2º semestre de 2001, ocorreu uma importante mudança na proposta curricular do curso de História, passando do regime *seriado/semestral* para o regime de *crédito/semestral,* propiciando uma maior flexibilidade e a união e indissociabilidade entre *ensino, pesquisa* e *extensão* com a implantação de novas disciplinas e a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Com a criação da UFT, o curso de História busca atualmente desenvolver-se a partir de diretrizes condizentes com os princípios dos demais cursos de História das instituições Federais de Ensino Superior – IFES – do país, invariavelmente normatizadas com as resoluções e pareceres do Ministério da Educação.

O principal objetivo do curso é a formação de profissionais capazes de dominar as linhas gerais do processo do conhecimento histórico em suas várias dimensões e interfaces. É atribuição do profissional o conhecimento das principais linhas teóricas que orientam as análises historiográficas e metodológicas da produção da escrita da História. Deve também esse profissional estar capacitado para realizar a articulação entre informações e as teorias de forma crítica, tanto na atividade docente, quanto na da pesquisa de caráter histórico.

O curso de História com habilitação em licenciatura plena estrutura-se na forma crédito/semestral, contando com oito períodos em seu total (04 anos), considerado o tempo mínimo para o aluno se graduar, e em 07 anos o seu tempo máximo.

Partindo do pressuposto de que a universidade possui um compromisso com a sociedade, torna-se imprescindível instrumentalizá-la para que cumpra efetivamente seu papel social, em conformidade com o disposto no

Capítulo IV, artigo 43, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo a qual cabe à Universidade *"incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, estimular a produção de tecnologia e a criação e difusão da cultura para que a sociedade possa desenvolver todo o seu potencial criativo e produtivo".*

A qualificação docente visa, de acordo com o Artigo 43, inciso VII da LDB, à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, o que somente docentes qualificados podem fornecer. Assim, torna-se necessário uma política de qualificação do corpo docente da universidade, ampliando o seu quadro de doutores, para a implantação e/ou expansão de cursos de pós-graduação *stricto sensu* para atender às demandas regionais. A qualificação busca igualmente contribuir para se alcançar o objetivo de formar um (a) Licenciado (a) em História que saiba avaliar criticamente a própria prática e o contexto em que atua, interagindo cooperativamente com seus pares e com a sociedade a qual pertence. Um profissional com autonomia para tomar decisões e responder pelas opções feitas nas questões que envolvem o seu trabalho. Isto supõe um domínio pleno dos conceitos e paradigmas do conhecimento histórico e de suas práticas de produção e difusão.

4 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Administração Acadêmica

Conforme normas constantes no Estatuto Acadêmico e Regimento Geral da UFT o curso de História do campus de Porto Nacional está inserido, em termos de sua administração acadêmica, na estrutura organizacional da instituição, estando, portanto, afeito às suas diretrizes gerais. Assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) prevê que no âmbito dos campi, as suas políticas institucionais específicas sejam fomentadas mediante as ações deliberativas e consultivas de seu Conselho Diretor, obedecendo a um regimento próprio.

Em termos de instância acadêmica superior, a UFT tem em seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE –, igualmente através de regimento próprio, o órgão deliberativo, consultivo e de desembargo das matérias e políticas institucionais que vêm dos conselhos diretores dos campi. Para a agilidade das matérias e demandas apresentadas, o CONSEPE estabelece a criação de comissões específicas quando houver necessidade e, grosso modo, cabem às suas câmaras de graduação, pesquisa e extensão a relatoria e pareceres das diversas matérias ali apresentadas, e que são votadas em sua plenária geral.

O coordenador do curso de História do campus de Porto Nacional é membro regular e efetivo do Conselho Diretor do campus de Porto Nacional, do CONSEPE e opta por se inserir em umas câmaras dessa instância.

4.2. Coordenação Acadêmica

De acordo com o Artigo 36 do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins caberá à coordenação dos cursos de graduação a elaboração e a implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão dos mesmos, ressalvada as políticas de ingerência e competência do CONSEPE, para tanto o curso de História do campus de Porto Nacional, em termos de instância deliberativa e consultiva, se organizará em torno de um colegiado de curso, onde todos os seus docentes efetivos serão membros efetivos e regulares.

Também, no colegiado do curso de História, haverá a representação discente dentro da proporcionalidade prevista no Regimento Geral da UFT, sendo que a execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão do curso de História do campus de Porto Nacional serão fomentadas no âmbito de seu colegiado de curso, que com base no respeito aos valores democráticos, ao Estado de direito, à observância de defesa do patrimônio público e afeito às normas gerais da Universidade Federal do Tocantins, será regulado por um regimento próprio, onde se estabelece todas as suas funcionalidades e os preceitos acadêmicos que a si agrega.

4.3. Projeto Acadêmico de Curso

4.3.1. Justificativa

O Estado de Tocantins é a mais nova unidade federativa do Brasil, desmembrado do Estado de Goiás e integrado à região Norte do Brasil por dispositivo da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Possui, hoje, mais de 1.200.000 habitantes e conta com uma área física de 278.420 km², com 139 municípios e uma taxa anual de cerca 12% de crescimento da população. Apresenta-se em plena expansão de suas fronteiras, não no sentido mais tradicional de limites entre pólos opostos, mas como lugares de encontro entre distintos povos e lugares de multiplicidade de culturas.

É nessa perspectiva que também o curso de História do campus de Porto Nacional apresenta um novo Projeto Pedagógico de Curso, o Estado do Tocantins se insere em uma região historicamente composta por uma diversidade cultural formada, originalmente, pelos diversos povos indígenas que habitavam a região. Posteriormente, no período colonial, essa diversidade integrou os colonizadores portugueses e seus descendentes e igualmente aos afro-descendentes. Esse mosaico racial, étnico e cultural tornou-se mais complexo na medida em que a região foi ocupada por vários movimentos de expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo a partir de meados do século XIX.

Mais recentemente, esse processo foi marcado pela criação do Estado do Tocantins, para o qual convergiu uma população heterogênea, vinda de diferentes partes do país. A convergência de distintos povos para essa região levou à ocorrência da fronteira no sentido de junção da diversidade, que se mantém unida, porém, particularizada.

O curso de História do campus de Porto Nacional tem como objetivo criar as condições acadêmicas para a absorção do conhecimento histórico, bem como para a produção de novos conhecimentos, para efeito de multiplicação no ensino fundamental e médio das redes de ensino público e privado do Estado do Tocantins, e assim contribuir para minimizar as disparidades regionais no que se refere à baixa densidade de profissionais qualificados em História em toda a região Norte do Brasil, bem como elevar os níveis de ensino da educação básica no Estado, formando profissionais mais

preparados em relação aos grandes dilemas da contemporaneidade e da história do tempo presente.

A História se estruturou como disciplina no século XIX. Baseada em um discurso supostamente racional e em fontes escritas, a História foi um dos principais instrumentos de consolidação dos Estados Nacionais. Ao se apresentar como um conhecimento objetivo e valorizar a cultura letrada, a História contribuiu para suplantar a tradição oral predominante em comunidades e em grupos organizados local e/ou regionalmente. Era uma História da nação, na qual não cabia destacar particularidades locais e/ou regionais. Era a História dos "grandes homens", na qual não se cogitava ressaltar a atuação de comunidades, grupos e sujeitos "comuns".

Na primeira metade do século XX, começaram a ruir algumas das principais premissas que nortearam a organização da História como disciplina. As guerras mundiais e as crises econômicas internacionais abalaram a crença em um progresso que seria inevitavelmente garantido pelo Estado-nação e pelos seus "grandes homens". A crise desencadeada pelo nazi-fascismo forçou os países liberais do Ocidente a se reformarem e a estenderem a cidadania para grupos até então politicamente excluídos, o que provocou, dentre outras conseqüências, o fortalecimento dos movimentos sociais (feminino, estudantil, homossexual, negro, indígena e outras das chamadas minorias) a partir da década de 1960. Além disso, a perspectiva de uma revolução dos trabalhadores caracterizou a atuação de inúmeros sujeitos e grupos político-sociais em distintos continentes, assim a História abriu-se para novos objetos e novas abordagens.

Os debates teórico-metodológicos acompanham e alimentam esse processo. Na década de 1960, o marxismo se revisa, sobretudo a partir da chamada História Social Inglesa. Recentemente, diante de mais uma crise econômica internacional, é destacada sua pertinência como princípio explicativo do social. A História Cultural explora dimensões dos sujeitos e dos grupos que vão além das relacionadas ao processo produtivo. O diálogo com a Antropologia representa um avanço na compreensão do "outro". A incorporação do Cinema, da Literatura e da Música faz com que os historiadores enfoquem não somente os "clássicos", mas passem a priorizar a produção cultural destinada aos setores populares. A História Oral se consolida

como metodologia privilegiada na incorporação dos novos objetos. Os estudos de gênero e a História da vida privada e do cotidiano se firmam como campos próprios da História. A cultura material expande o conceito de patrimônio histórico, constituindo-se em peça fundamental na afirmação de identidades.

A necessidade de se fortalecer o ensino de História no e sobre o Tocantins não deixa de estar relacionada, também, ao personalismo ainda muito presente na política local e regional, o que tem notáveis implicações na forma como a sociedade tocantinense se relaciona com a História. Heranças de uma História dos "grandes homens".

4.3.2. Concepções e Objetivos do Curso

Como esboçado em seu histórico o curso de Licenciatura Plena em História do campus de Porto Nacional remonta ao período em que essa região fazia parte integrante do Estado de Goiás, portanto, pode-se dizer que é um curso, sem meias palavras, que tem história e tradição.

A História é o campo do conhecimento que investiga os acontecimentos e as experiências sociais na perspectiva de interpretação passado/presente. Assim, o curso tem por objetivo formar um profissional capaz de dominar as linhas gerais do processo e conhecimento histórico em suas várias dimensões e interfaces. É ainda atribuição do docente de História conhecer as principais linhas teóricas que orientam as análises historiográficas e acompanhar não somente o raciocínio referente ao conhecimento histórico produzido como também os avanços metodológicos da ciência histórica.

Deve, também, esse profissional, estar capacitado a realizar a articulação entre as informações e as teorias de forma crítica, tanto na atividade docente quanto na de pesquisa. Apresentam-se outros objetivos:

- Formar docentes qualificados para a reflexão sobre questões teórico-metodológicas e historiográficas inerentes à ciência histórica e especificamente àquelas próprias do campo de abrangência da educação básica;

- Contribuir para a formação contínua de profissionais-cidadãos, conscientes de suas ações políticas para a mudança da realidade socioeconômica e cultural dos segmentos marginalizados de nossa população;

- Fortalecer a construção de um conhecimento histórico cuja divulgação incida sobre o ensino, propiciando a multiplicação desse conhecimento histórico produzido em ambientes intelectuais e acadêmicos no âmbito do Estado do Tocantins;

- Consolidar o curso de graduação em História do campus de Porto Nacional para a implantação do Mestrado em História, Identidades e Fronteiras, e assim haja uma interface, diálogo e cooperação continua entre a graduação e o mestrado;

- Integrar o profissional da área da História com o conhecimento produzido em outras áreas e disciplinas das Ciências Humanas, das Ciências da Educação, das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Informação e Tecnológicas e das Ciências do Meio Ambiente para efeito de melhor compreensão e absorção dos novos paradigmas e problemáticas da contemporaneidade.

4.3.3. Perfil e Campo de Atuação Profissional

O licenciado em História deverá estar habilitado ao pleno exercício profissional nas dimensões do ensino e da pesquisa, dominando conteúdos e práticas referentes ao conhecimento histórico tanto para a sua produção, quanto para a sua difusão.

Ainda, que o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais enfatize a noção de uma sólida formação de base generalista, crítica, ética e continuada, o Parecer CNE/CES 492/2001 estabelece, por outro lado, que o licenciado em História deva estar preparado para o exercício do trabalho da docência em História, em todos os seus dimensionamentos, o que, sucintamente, está estabelecido aqui nas concepções e objetivos do curso de licenciatura em História do campus de Porto Nacional.

A formação profissional do docente em História deve prover meios que o permitam ao mesmo conhecer e dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas bem como as distintas investigações e análise de objetos específicos da produção do conhecimento e da pesquisa histórica. Assim, o licenciado em História deverá promover a produção e difusão do conhecimento histórico, cujo resultado - entendido como uma contribuição teórica, metodológica e historiográfica - deve ser incorporada ao ensino fundamental e médio de História, possibilitando sua dinamização e elevação qualitativa.

No aspecto específico de atuação profissional, no âmbito do Estado do Tocantins, em grande medida, o licenciado em História atuará no magistério da educação básica (ensino médio e fundamental) das redes públicas e privadas e em cursos preparatórios para vestibulares e concursos de forma geral. Todavia, pela formação oferecida o licenciado em História poderá igualmente atuar em coordenações e orientações pedagógicas no âmbito das escolas e em consultorias fora dela.

Abre-se também oportunidades de atuação desse profissional, desde que não haja regulamentações corporativas em contrário, em museus, arquivos históricos, centros de documentação, laboratórios de pesquisa histórica e de arqueologia histórica, bibliotecas, secretarias de educação e de cultura, fundações culturais, jornais, tvs e em produções vídeo documentais. Sem contar com as amplas possibilidades de inserção em atividades profissionais específicas de organizações não governamentais e em movimentos sociais organizados.

4.3.4. Competências, Atitudes e Habilidades

1- Lidar com o uso indiscriminado das mais diversas formas de fontes históricas; documentais, iconográficas, orais, etc., reconhecendo o papel das distintas linguagens e os discursos dos diferentes segmentos sociais de que são produtos;

2 - Distinguir com precisão com os diversos conceitos históricos e utilizá-los de maneira a não distorcer a historicidade de determinada época histórica;

3 - Interpretar textos de caráter historiográfico, sabendo distinguir as matrizes teóricas, metodológicas e ideológicas que os orientam;

4 - Saber utilizar dados quantitativos e estatísticos relativos a uma dada realidade social, todavia, enquadrando-os aos contextos históricos mais gerais;

5 - Saber distinguir a História enquanto disciplina das Ciências Humanas, a História enquanto o conjunto das experiências sociais do passado e do presente, a historiografia enquanto uma tentativa de interpretação do passado e a filosofia da História enquanto as oscilações sociais ao longo do tempo cronológico;

6 - Observar o uso indistinto de diversas interpretações históricas sobre um mesmo objeto histórico e saber distinguir os seus aspectos ideológicos;

7 - Distinguir a utilização de recortes e abordagens historiográficas específicas para a interpretação de determinado objeto histórico; história social, história econômica, história política, história cultural, etc.

8 - Distinguir a existência de determinadas correntes historiográficas, que se orientam a partir de modelos teóricos distintos;

9 - Situar as distintas formas de manifestações humanas ao longo do tempo cronológico; – as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais;

10 - Saber distinguir as épocas históricas em seus tempos sociais específicos e os seus ritmos de simultaneidade e/ou de transformações estruturais;

11 - Relativizar as concepções temporais da História e as formas diversas de periodização do tempo cronológico, situando-as como construções conjecturais específicas;

12 - Otimizar os valores da coletividade na constituição de processos históricos em determinada e distintas épocas históricas;

13 - Reconhecer a existência de distintas culturas e de povos com concepções cosmológicas diferentes, não lhes atribuindo juízos de valores a

partir de padrões culturais opostos, ou seja, respeito ao outro e utilização do conceito de alteridade.

4.3.5. Estrutura e Organização Curricular

O curso de Licenciatura Plena em História do campus de Porto Nacional estrutura-se dentro de um regime de créditos semestral, onde todas as disciplinas e atividades acadêmicas incluídas no escopo de sua Estrutura Curricular terão uma carga horária específica e o seu equivalente ao sistema universal de créditos para o efeito final de sua integralização, assim computados:

01 Crédito – 15 horas;
02 Créditos – 30 horas;
03 Créditos - 45 horas;
04 Créditos – 60 horas;
05 Créditos - 75 horas;
06 Créditos – 90 horas;
07 Créditos – 105 horas;
08 Créditos – 120 horas.

A presente organização curricular apresenta-se em coerência com os conteúdos curriculares e com as concepções e objetivos propostos neste projeto pedagógico de curso, com o perfil profissional do egresso e com os dimensionamentos das cargas horárias previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que os fundamentos da indissociabilidade do tripé ensino/pesquisa/extensão são igualmente observados.

As disciplinas, elaboração e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso e atividades complementares deverão ser realizadas no decorrer de 8 (oito) períodos (semestrais) específicos, em um total, mínimo, de 4 (quatro) anos para a integralização curricular e o máximo de 6 (seis) anos, antes do jubilamento automático do discente, sendo que essas normas estão previstas e regulamentadas no Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em consonância com as normas gerais do Ministério da

Educação, inclusive o mínimo e o máximo de disciplinas e créditos a ser cursados por semestre letivo.

A organização curricular e todas as disciplinas previstas – obrigatórias e optativas – nesse Projeto Pedagógico de Curso estão assinaladas a partir de suas respectivas ementas, objetivos gerais, bibliografia básica, com um mínimo de 5 (cinco) títulos constantes no acervo da biblioteca setorial do campus de Porto Nacional e bibliografia complementar. Bem como, indicando suas respectivas cargas horárias totais, estabelecendo o quantitativo da carga horária teórica e da carga horária prática, além de seu correspondente no sistema de créditos.

Na elaboração semestral dos Programas das Disciplinas ou Planos de Ensino das disciplinas a serem ministradas a cada semestre letivo deverá obrigatoriamente se levar em consideração as ementas, objetivos gerais e bibliografias básicas constantes nesse presente Projeto Pedagógico de Curso, sendo que para efeito de uniformidade e padronização o colegiado de curso deverá consensualmente utilizar um modelo único, somente preterido se as instâncias superiores adotarem um modelo único para todos os cursos da Universidade Federal do Tocantins.

As disciplinas de caráter obrigatório são aquelas as quais os discentes deverão, obrigatoriamente, cursarem no decorrer de seu período de estudos para o efeito de sua integralização curricular, devendo ser observada a existência ou não no escopo da Estrutura Curricular de pré-requisitos para a matrícula em determinada disciplina, sendo que esse expediente deverá ser de conhecimento do aluno, e acompanhado pela Secretaria Acadêmica do campus de Porto Nacional e orientado pela coordenação do curso de História do referido campus.

As disciplinas de caráter optativo são aquelas as quais os discentes deverão cursar no decorrer de seu período de estudos para o efeito de sua integralização curricular, sendo que o curso de história indicará para o 4º, 6º, 7º e 8º períodos (respectivamente Optativa I, II, III e IV) quais as disciplinas que serão oferecidas. Em tese, para cada uma dessas disciplinas optativas o curso de História deverá propor no mínimo duas (02) opções, cabendo ao aluno optar qual das disciplinas propostas irá se matricular.

Nas disciplinas Optativa I, o colegiado do curso de História deverá, no momento de distribuição das disciplinas para o semestre vindouro, propor disciplinas que serão nomeadas de Tópicos e que se enquadrem dentro de conteúdos históricos das seguintes áreas: Tópicos em História Antiga, Tópicos em História Medieval, Tópicos em História Moderna, Tópicos em História da América colonial.

Na disciplina Optativa II, o colegiado do curso de História deverá, no momento de distribuição das disciplinas para o semestre vindouro, propor disciplinas que serão nomeadas de Tópicos e que se enquadrem dentro de conteúdos históricos das seguintes áreas: Tópicos em História da América independente, Tópicos em História Contemporânea, Tópicos em História do Brasil República.

Nas disciplinas Optativas III e IV, o colegiado do curso de História deverá, no momento de distribuição das disciplinas para o semestre vindouro, propor disciplinas que se enquadrem dentro de conteúdos históricos que se enquadrem dentro das linhas de pesquisas desenvolvidas individualmente pelos docentes do curso ou pelos seus núcleos, laboratórios e grupos de pesquisas.

Igualmente, nas disciplinas Optativas III e IV o aluno poderá cursar disciplinas em outros cursos da UFT e/ou IES e posteriormente solicitar junto à coordenação do curso de História, via Secretária Acadêmica do campus, a sua equivalência para a Estrutura Curricular do curso. Todavia, a equivalência dessas disciplinas deverá se caracterizar dentro de um aspecto de relevância teórica e metodológica, de interdisciplinaridade e de eixos transversais relevantes para a formação de professores para a educação básica do ensino fundamental e médio.

Por fim, ainda em relação às disciplinas Optativas, caberá ao colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional, a qualquer momento e de acordo e mediante as necessidades conceituais, teóricas e metodológicas do curso o cadastramento e abertura de novas disciplinas de caráter optativo, que eventualmente não estejas descritas no presente Projeto Pedagógico de Curso.

A Estrutura Curricular do curso de Licenciatura Plena em História do campus de Porto Nacional Tocantins contará com uma carga horária total de

2.805 ou 187 créditos distribuídos em conteúdos disciplinares específicos conforme se demonstra no quadro a seguir:

CONTEÚDOS DISCIPLINARES ESPECIFÍCOS	Carga Horária
Formação Geral	**180**
Teórico/Historiográfico	**300**
Histórico/Historiográfico	**900**
Optativas	**240**
Didáticos/Pedagógicos	**540**
Estágio Supervisionado em História	**420**
Sub-Total	**2580**
Atividades Complementares	**225**
TOTAL	**2.805**

4.3.6. Especificações das Atividades Acadêmicas

- **Formação Geral**: Trata-se de disciplinas que inserem o discente no diálogo com áreas afins à História, possibilitando a absorção de um conteúdo acadêmico, cientifico e pedagógico inicial para a prática e exercício da docência na educação básica, sendo que a interlocução com áreas transversais à História permite o cumprimento mínimo dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN'S – em História e que dentro da presente Estrutura Curricular traduzem-se em disciplinas de caráter obrigatório: Fundamentos da Pré-História, Antropologia Social e Linguagem brasileira de Sinais – Libras, sendo que essa última disciplina também cumpre uma exigência nos termos dos Artigos 58, 59 e 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei de nº 9.394/1996).

- **Conteúdos Teórico/Historiográficos** – Trata-se das disciplinas de caráter obrigatório que permitem ao discente a absorção e compreensão dos principais aspectos teóricos, epistemológicos, metodológicos e conceituais da História enquanto uma disciplina filiada às Ciências Humanas. Esses conteúdos estão incluídos nas disciplinas **Introdução aos Estudos Históricos, Técnicas de Pesquisa, Métodos da História, Teoria da História e Historiografia Geral**.

- **Conteúdos Histórico-Historiográficos** - Trata-se das disciplinas de caráter obrigatório que abordam e problematizam os conteúdos históricos a partir dos recortes espaços-temporais mais utilizados na ciência histórica, sem, contudo, abrir mão de uma análise crítica e interpretativa de suas respectivas historicidades. Para efeito de dinamismo, flexibilidade e interatividade a nenhuma das disciplinas do conteúdo Histórico/Historiográfico haverá a exigência de pré-requisitos.

Essas disciplinas também podem ser chamadas como de conteúdo mínimos em História e são elas: História Antiga, História Medieval, Historia Indigena, História Moderna, História da África, História da América Colonial, História do Brasil Colonia, Historia Contemporanea, História da América Independente, História do Brasil Imperio, História Contemporânea II, História do Brasil Republica, História Regional, História do Tocantins, História do Tempo Presente.

As disciplinas História Indígena e Historia da África também atendem as exigências da Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade de ministrar o conteúdo da história dos índios no Brasil e da História e Cultura Africana e dos negros no Brasil na educação básica para o ensino fundamental e médio.

- **Optativas** - As disciplinas optativas estão caracterizadas no item anterior e somam nesse Projeto Pedagógico de Curso o total de 240 h ou de 16 créditos.

- Didático-Pedagógicos – As disciplinas de dimensão pedagógica tratam-se de disciplinas de caráter obrigatório necessárias à formação teórica e prática do corpo discente, com a absorção de instrumentais capazes de proporcionarem aos mesmos o desenvolvimento contínuo de suas competências, habilidades e atitudes para com o exercício do magistério da educação básica e estão normatizadas segundo a Resolução CNE/CP Nº02/2002.

No presente PPC são: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Psicologia da Aprendizagem, Didática do Ensino, Política, Metodologia do Ensino em História e Política, Legislação e Organização da Educação Básica (PLOEB), Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

Com a exceção das disciplinas de Didática do Ensino e PLOEB, que deverão ser ministradas por um docente graduado em Pedagogia, as demais disciplinas desse eixo poderão ser ministradas por docentes graduados em História, Pedagogia, Ciências Sociais (e suas várias modalidades) e Filosofia, com mestrados e doutorados em História ou áreas afins.

A absorção de todo o conteúdo previsto nessa Estrutura Curricular deverá proporcionar ao discente as condições de produção de um conhecimento histórico especifico, a partir da utilização de fontes históricas diversificadas, e contando com fundamentação teórica e a utilização de um método histórico específico. Essa produção resultará na elaboração de um artigo de caráter científico, regulamentado dentro de normativas específicas ao curso de História.

Outrossim, as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II deverão ser assumidas em rodízio pelos docentes efetivos do curso de História do campus de Porto Nacional, que serão, quando da assunção dessas disciplinas, os responsáveis pela execução do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

- **Estágio Supervisionado em História –** As disciplinas de Estágio Supervisionado em História, conforme as diretrizes do Parecer CNE/CP 09/2007, computam uma carga horária mínima de **420 h** e se distribuem em 04 disciplinas seriadas e exigidas como pré-requisitos entre si: Estágio Supervisionado em História I, Estágio Supervisionado em História II, Estágio Supervisionado em História III e Estágio Supervisionado em História IV. O Estágio Supervisionado no curso de História do campus de Porto Nacional segue um regulamento próprio e específico.

- Práticas de ensino - Na presente Estrutura Curricular, as disciplinas do eixo histórico/historiográfico e as disciplinas do eixo didático/pedagógico terão cada qual, respectivamente, 15 h previstas para o desenvolvimento de atividades práticas de ensino, que, sobretudo, possam orientar e conduzir o aluno à elaboração desses diversos conteúdos para o exercício do magistério na educação básica.

Caberá aos docentes, dentro da independência e autonomia que lhes conferem os seus respectivos Programas de Disciplinas ou Planos de Ensino, o apontamento dessas propostas de práticas pedagógicas, podendo o

colegiado do curso de História, posteriormente, institucionalizar e/ou padronizar essas propostas de práticas de ensino. Conforme diretrizes do Ministério da Educação, a carga horária das práticas de ensino deverá contabilizar uma carga horária mínima de 400 h/a.

- Atividades Complementares – Durante o decorrer da realização do curso de Licenciatura Plena em História do campus de Porto Nacional, o aluno deverá participar de eventos de caráter científicos (Congressos, Seminários, Simpósios, Colóquios, Semanas Acadêmicas, etc.) na área da História ou em áreas afins. Essas atividades deverão somar uma carga horária total de 225 horas (ou 15 Créditos), sendo que a somatória dessas atividades somente será levada em consideração a partir do ingresso do aluno no curso e os certificados dessas atividades deverão ser validados pela coordenação ou pelo colegiado de curso, a partir de sua entrada na Secretaria Acadêmica do campus de Porto Nacional.

4.3.7. Estrutura Curricular com Respectivos Créditos e Cargas Horárias

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P.	C.H.T.
1º	Introdução aos Estudos Históricos	04	60	-	60
	História Antiga	04	45	15	60
	Fundamentos da Pré-História	04	45	15	60
	Técnicas de Pesquisa	04	60	-	60
	Filosofia da Educação	04	45	15	60
SUBTOTAL					**300**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P.	C.H.T.
2º	História Medieval	04	45	15	60
	Antropologia Social	04	45	15	60
	Sociologia da Educação	04	45	15	60
	História da Educação	04	45	15	60
	História Indígena	04	45	15	60
SUBTOTAL					**300**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P	C.H.T.
3º	História Moderna	04	45	15	60
	História da África	04	45	15	60
	História da América Colonial	04	45	15	60
	História do Brasil Colônia	04	45	15	60
	Psicologia da Aprendizagem	04	45	15	60
	Didática	04	45	15	60
SUBTOTAL					**360**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P	C.H.T.
4º	História Contemporânea I	04	45	15	60
	História da América Independente	04	45	15	60
	História do Brasil Império	04	45	15	60
	Metodologia do Ensino em História	04	45	15	60
	Optativa I	04	60	-	60
SUBTOTAL					**300**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P	C.H.T.
5º	História Contemporânea II	04	45	15	60
	História do Brasil República	04	45	15	60
	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	04	45	15	60
	Estágio Supervisionado em História I	04	30	30	60
	Métodos da História	04	60	-	60
SUBTOTAL					**300**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P	C.H.T.
6º	Teoria da História	04	60	-	60
	História Regional	04	45	15	60
	Estágio Supervisionado em História II	08	30	90	120
	Optativa II	04	60	-	60
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	04	45	15	60
SUBTOTAL					**360**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P	C.H.T.
7º	História do Tocantins	04	45	15	60
	Historiografia Geral	04	60	-	60

	Optativa III	04	60	60	60
	Estágio Supervisionado em História III	08	30	90	120
	Trabalho de Conclusão de Curso I	04	15	45	60
SUBTOTAL					**360**

Período	Disciplinas	Créditos	C.H.T.	C.H.P	C.H.T.
8º	História do Tempo Presente	04	45	15	60
	Trabalho de Conclusão de Curso II	04	15	45	60
	Estágio Supervisionado em História IV	08	30	90	120
	Optativa IV	04	60	-	60
SUBTOTAL					**300**
Atividades Complementares					**225**
				Carga Horária Total do Curso	**2.805**

4.3.8 – Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino

4.3.8.1 - PIBID - Iniciação à Docência

No segundo semestre de 2008, a UFT aderiu ao PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Docente. O PIBID tem como objetivo despertar o interesse dos licenciados para a prática do magistério. No c*ampus* de Porto Nacional foi elaborado um projeto conjunto, de natureza interdisciplinar, envolvendo as licenciaturas de Geografia, História, Letras e Biologia.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como objetivos:

a) incentivar a formação de professores para a educação básica, especialmente para o ensino médio;

b) valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente;

c) promover a melhoria da qualidade da educação básica;

d) promover a articulação integrada da educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público, em proveito de uma sólida formação docente inicial;

e) elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições federais de educação superior;

f) estimular a integração da educação superior com a educação básica no ensino fundamental e médio, de modo a estabelecer projetos de cooperação que elevem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública;

g) fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que utilizem recursos de tecnologia da informação e da comunicação e que se orientem para a superação de problemas identificados no processo ensino-aprendizagem;

h) valorizar o espaço da escola pública como campo de experiência para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica;

i) proporcionar aos futuros professores participação em ações, experiências metodológicas e práticas docentes inovadoras, articuladas com a realidade local da escola.

Participam do Programa as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que possuam cursos de licenciatura com avaliação satisfatória no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, IFES que tenham firmado convênio ou acordo de cooperação com as redes de educação básica pública dos Municípios, dos Estados ou do Distrito Federal, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID nas atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas na escola pública.

A Universidade Federal do Tocantins apresentou um projeto unificado, mas cada curso inseriu neste projeto as especificidades e particularidades do trabalho que seria desenvolvido, preservando a autonomia das áreas de conhecimento.

O Programa financia bolsas de iniciação à docência a estudantes, bolsas de coordenação aos professores coordenadores de projetos institucionais, bolsas de coordenação aos professores coordenadores de áreas

de formação (subprojetos) e bolsas de supervisão aos professores supervisores das disciplinas nas escolas.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) contempla:

I.1 (um) professor coordenador por área do conhecimento;

II.20 (vinte) bolsistas de iniciação à docência por área do conhecimento; e

III.1(um) professor supervisor por escola da rede pública conveniada.

As bolsas de iniciação à docência serão concedidas pela CAPES, em cotas institucionais com validade de doze meses, prorrogáveis por mais um ano.

As bolsas terão por base os valores equivalentes aos praticados na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

O curso de História de Porto Nacional possui nove bolsistas, alunos de diferentes períodos, sendo que todos recebem uma bolsa mensal de R$ 400,00 (quatrocentos reais), assim como os dos outros cursos (Letras, Biologia e Geografia).

4.3.8.2 – Programa Institucional de Monitoria – PIM

A Universidade Federal do Tocantins, a partir da Resolução de Nº016/2008 (Anexo V) institucionalizou o seu Programa de Monitoria e neste sentido o curso de História do campus de Porto Nacional incorpora essas ações, que visam, sobremaneira, a melhoria do desempenho acadêmico em disciplinas, áreas e conteúdos específicos da Licenciatura em História.

Caberá, semestralmente, ao colegiado e a coordenação do curso de História identificar e elaborar a relação das disciplinas que deverão acolher os monitores, cujo processo de escolha segue as diretrizes gerais da instituição conforme a Resolução Nº016/2008.

Dentro da autonomia de caráter acadêmico do colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional, a qualquer momento poderá se propor outros e novas proposições para a fundamentação do PIM no âmbito do curso,

desde que respeitadas as normativas em curso e ouvidas as instâncias superiores da UFT.

4.3.8.3- Bolsa Permanência

O Programa Bolsa Permanência é uma das políticas de assistência estudantil e destina-se aos acadêmicos de graduação da UFT, comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica para o aperfeiçoamento profissional e cultural. Tem como objetivos contribuir com a permanência do acadêmico na universidade e minimizar as dificuldades de ordem socioeconômica; bem como o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem, baseadas no princípio da interdisciplinaridade, avaliadas e vinculadas a sua área de formação.

O Programa Bolsa Permanência compreende duas modalidades de bolsas: Acadêmica e Institucional, sendo que a adesão ao programa será de iniciativa individual dos docentes, dos núcleos e grupos de pesquisas e da coordenação de curso, a partir da divulgação dos editais pela Pró-Reitoria responsável pelo programa na UFT.

4.3.8.4 - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - PARFOR

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) integra a Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica, instituída pelo Ministério da Educação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, por meio do Decreto no 6755/2009. Esse plano, em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e com a adesão de Instituições Públicas de Educação Superior, objetiva a formação em nível de graduação - licenciatura, dos professores em exercício

na educação básica, na rede pública de ensino, que não possuem a formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – Lei nº 9394/96).

A Fundação Universidade Federal do Tocantins assinou, em 28 de maio de 2009, por intermédio da CAPES, o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e o Ministério da Educação visando formar os professores da rede pública estadual, que não possuem a formação mínima exigida em lei ou atuam fora da área de formação.

Os cursos oferecidos por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica têm caráter temporário, devendo as turmas, na UFT, serem oferecidas enquanto estiver vigente o referido plano.

Os cursos integrantes do PARFOR na UFT serão oferecidos nas seguintes modalidades:

I - Primeira Licenciatura e Segunda Licenciatura, em regime presencial modular, ministradas nos períodos de férias dos professores da Educação Básica, com previsão de 20% da carga horária dos cursos realizados por meio de atividades semipresenciais;

II - Primeira Licenciatura em regime semipresencial por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB);

III - Primeira Licenciatura com destinação de vagas nos cursos regulares, após regulamentação aprovada pelo Consepe.

O curso de História do campus de Porto Nacional aderiu ao PARFOR na modalidade prevista no item I acima citado.

4.3.9. Interface Com Pesquisa e Extensão

I. PIBIC

A Universidade Federal do Tocantins, através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Graduação, semestralmente divulga Editais para a seleção de candidatos à bolsa de iniciação cientifica. O Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação Científica tem oportunizado a que muitos alunos possam se vincular as pesquisas desenvolvidas por docentes do quadro do curso de História do campus de Porto Nacional, tornando-os capazes de lidarem os instrumentais teóricos e metodológicos da área.

II. *Lato Sensu* em História Social

O curso de especialização prepara profissionais da área de humanas para o trabalho de pesquisa sob teorias e métodos da História Social. As discussões sobre síntese histórica, o caráter disciplinar da História Social, os objetos de estudos e algumas relações de cunho epistemológico irão aparecer com freqüência no decorrer do curso. O curso anual está dividido em dez módulos, sendo que seis são teóricos e quatro voltados a prática de pesquisa. A escolha das temáticas de pesquisa está vinculada as especializações do corpo docente e estão organizadas da seguinte forma: Linha de Pesquisa História Social e Política, Linha de Pesquisa História Social da escravidão e Relações Raciais, Linha de Pesquisa História Social e Estudos Sobre as Cidades, Linha de Pesquisa História Social e Educação, Linha de Pesquisa História Social, Etnia e Gênero e Linha de Pesquisa História Social e Arqueologia.

III. *Lato Sensu* em Ensino de História

A necessidade de contínua formação docente no campo do ensino da História traduz-se na necessidade de os professores da educação básica estarem permanentemente envolvidos com as problemáticas e novos paradigmas conceituais, teóricos e metodológicos que a disciplina da História – de forma dinâmica – suscita invariavelmente no âmbito dos debates e reflexões acadêmicas. Igualmente, as constantes conjunturas sociais, políticas e econômicas nas quais a sociedade brasileira se insere requer a atuação do professor da educação básica embasada nessas variabilidades históricas, conforme os ritmos de um inegável processo de aceleração histórica, principalmente em um mundo contemporâneo onde as informações circulam

associadas a formas tecnológicas de informatização de dados. Nesse aspecto, o curso de História do campus de Porto nacional estará apto a ofertar, a partir do momento em que se observe demanda para tal, cursos de pós-graduação - em nível lato sensu – na área do ensino em História, a partir da abertura de Editais específicos segundo as normas vigentes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Propesq) da Universidade Federal do Tocantins.

IV. Organização de eventos de caráter científico

O curso de História do campus de Porto Nacional anualmente realiza um evento de caráter científico e cultural, onde as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão possam divulgar as suas constantes produções. Atualmente esse evento vem sendo denominado de Semana Acadêmica do Curso de História, a partir do incentivo e fomento por parte da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Federal do Tocantins. A cada ano o colegiado do curso de História discute e aprova um tema a ser discutido no decorrer da Semana Acadêmica, que conta com uma programação diversificada: palestras, mesas redondas, mini cursos, oficinas, comunicações individuais e coletivas, exibição e debates de filmes e documentários, exposições, dentre outros. A Semana Acadêmica do curso de História do campus de Porto Nacional acolhe pesquisadores e docentes tanto do próprio curso quanto de outros cursos da UFT e também de outras IES brasileiras, sendo que há a abertura para a comunicação de pesquisas e projetos desenvolvidos pelo corpo discente. Os núcleos e grupos de pesquisas ligados ao curso de História do campus de Porto Nacional também poderão organizar eventos de caráter científico contando com o apoio institucional da UFT, desde que previstos no âmbito do Planejamento Acadêmico do curso ou aprovados e registrados em reuniões do colegiado do curso de História.

4.3.9.1. Núcleos e Laboratórios de Pesquisas

I. NEAI – Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas
Coordenador: Prof. Dr. Odair Giraldin
Membros docentes: Profª. MSc. Marisa Souza Neres

RESUMO:

Criado em 2003, ligado ao colegiado do curso de História do campus de Porto Nacional da UFT. O NEAI foi institucionalizado pelo CONSEPE/UFT em 2007 (Certidão 229/2007). Tem por objetivo realizar atividades de pesquisa, ensino e extensão com temáticas ligadas aos povos indígenas que vivem no Estado do Tocantins. Equipamentos disponíveis: 4 computadores desktop; 1 impressora a laser. 2 notebooks, 1 data show, 1 câmera filmadora; 2 câmeras fotográficas, 1 scanner de mesa para papel, 1 scanner de negativos e 2 microgravadores de voz; 1 TV 42"; 4 mesas, com 4 cadeiras, 4 armários, 30 cadeiras escolares, 1 escrivaninha com 1 cadeira giratória. A maior parte do acervo e dos equipamentos foram adquiridos com o apoio financeiro do CNPq, por meio de projetos (Edital MCT/CNPq nº 06/2008 - Jovens Pesquisadores / Edital nº 06/2008 - Faixa B, valor R$ 110.309,90; Edital MCT/CNPq 02/2009, valor R$ 19.803,30).

II. NEAB/TO - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Tocantins
Coordenadora: Profª. Drª. Maria Aparecida de Oliveira Lopes
Membros docentes: Prof. MSc.Francisco Patrício Esteves Prof. Dr. Geraldo Silva Filho Prof. Dr. Márcio Galdino dos Santos Profª Drª Maria Aparecida de Matos Profª Drª Maria Perla Araújo Morais Profª Drª Rita de Cássia Guimarães Melo

RESUMO:

O NEAB-TO foi constituído em 2001 e institucionalizado pela UFT em 9 de abril de 2008 de acordo com a Resolução de nº 265/2008. Conta com docentes, pesquisadores e discentes dos campi de Porto Nacional, Palmas e Tocantinópolis, além de pesquisadores de outras instituições de ensino superior. Equipamentos disponíveis: 1 aparelho de ar condicionado; 1 computador de mesa; 2 laptops; 1 data show; 2 impressoras jato de tinta; 1 impressora "laser"; 1 estante de aço; 1 armário grande de madeira; 2 mesa de reuniões; 3 mesas para computador; 16 cadeiras; equipamentos adquiridos pelos editais UNIAFRO I e III (Programa de Ação Afirmativa nas Universidades MEC/SECAD/FNDE) valor R$ 172.000,00. Tem distribuído, via MEC/SECAD, material didático para as escolas do Tocantins. Em 2006 e 2010 ofereceu dois cursos de especialização (lato sensu) em história e cultura africana e afro-brasileira e titulou 136 professores. O NEAB mantém cooperação de estudos e pesquisas com as seguintes instituições: CONNEABS e ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), bem

como desenvolve pesquisa interdisciplinar junto ao curso de biologia do campus de Porto Nacional da UFT.

III. NEDIG - Núcleo das Diferenças de Gênero
Coordenadora: Profª. Drª. Temis Gomes Parente
Membros docentes: Profª. MSc. Cyntia Mara Miranda Prof. Dr. Eliseu Riscarolli Profª. MSc. Isabel Cristina dos Santos Profª. MSc. Maria da Glória de Castro Azevedo Profª. Drª. Marina Haizenreder Ertzogue

PROJETOS:

O núcleo foi criado em 2003 e institucionalizado pela Resolução CONSEPE/UFT de nº 251/2008 do dia 15 de fevereiro de 2008. Reúne professores e pesquisadores da UFT dos campi de Porto Nacional, Araguaína e Tocantinópolis, além de pesquisadores de outras instituições de ensino superior. Equipamentos disponíveis: 2 aparelhos de ar condicionado; 3 computadores de mesa; 8 laptops; 2 data show; 2 maquinas digitais; 1 câmera filmadora; 1 impressora jato de tinta; 1 scanner de mesa para papel; 1 impressora "laser"; 1 estante de aço; 3 armários grandes de madeira; 1 armário pequeno de madeira; 1 mesa de reuniões; 3 mesas para computador; 3 mesas escrivaninha; 16 cadeiras; 1 frigobar. Todos esses equipamentos foram adquiridos pela aprovação de projetos em agências de fomento (Edital CNPQ - 22/2007 - Saúde da Mulher - Linha de Apoio 1.2.1. R$ 100.644,48; Edital MCT/CNPq 50/2006 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, R$ 5.000,00), grande parte foi adquirido também pelo Edital da Secretaria Especial de Políticas paras as Mulheres em 2009 na linha de Apoio aos Núcleos de Estudos de Gênero e Feminismo em Instituições do Ensino Superior, com um valor de 35.750,23 (trinta e cinco mil, setecentos e cinqüenta reais e vinte e três centavos), especificamente para equipar o núcleo. Todos esses projetos listados acima foram coordenados pela Profa. Dra. Temis Gomes Parente.

IV. NEUCIDADES - Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades
Coordenador: Prof. MSc. Napoleão Araújo de Aquino
Membros docentes: Prof. MSc. Ariel Elias do Nascimento Prof. Dr Aurélio Pessoa Picanço Profª Drª Benvinda Barros Dourado Prof. MSc. Felippe Jorge Kopanakis Pacheco Prof. Dr Geraldo Silva Filho Prof. MSc.Gustavo Henrique de Souza Vilela Profª.MSc. Juliana Ricarte Ferraro Prof. Dr Lucas Barboza e Souza

Profª.Drª Mariela Cristina Ayres de Oliveira Profª Drª Marli Terezinha Vieira Prof. MSc Mauricio Alves da Silva Profª MSc. Neila Nunes de Souza Profª. Drª Olívia Aparecida Silva Profª. MSc. Patrícia Orfila Barros dos Reis Profª. Drª Rosane Balsan
Membros Técnicos Administrativos: 1) Janira Iolanda Lopes da Rosa 2) Paulo Roberto Moreira de Almeida

RESUMO:
Foi institucionalizado na UFT em 15/02/2008 pela Resolução nº 03/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Equipamentos disponíveis: 2 computadores completos, 1 notebook, 1impressora jato de tinta; 2 mesas; 6 cadeiras; 1 aparelho de ar condicionado, 2 estabilizadores.

V. Laboratório de Documentação Histórica
Coordenador: Profª. Drª. Marina Haizenreder Ertzogue
RESUMO: Criado em 2007, ligado ao colegiado do curso de História do campus de Porto nacional da UFT. Tem por objetivo a aquisição, preservação e guarda de acervos de microfilmes de jornais e periódicos do século XIX que versam sobre História do Brasil Império e História Regional. São 530 rolos de microfilmes reproduzidos pelo Plano Nacional de Microfilmagem, MINC e Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O acervo divide-se em 03 coleções com um total de 430 rolos de microfilmes: 1) Jornais do período do Império, entre os quais destacam-se as coleções completas do *Jornal do Comércio, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias, A Cidade do Rio, Diário do Rio de Janeiro, Gazeta da Tarde, A Semana, A Vida Fluminense, Revista Ilustrada, Correio da Tarde, Correio do Povo, Jornal O País, Correio da Tarde, Diário do Comércio, Jornal Novidades, Jornal O Tempo, Revista Brasileira*, entre outros, 2) Jornais da Região Norte destacam-se as coleções completas do *Publicador Maranhense, Correio do Pará, Estrela do Norte, A imprensa do Maranhão*, e a 3 coleção jornais de *Goiás/Tocantins Jornal A Folha do Norte, O Estado de Goiás, O Goiás, O Tocantins, O Correio Oficial,* entre outros. Além de coleções de jornais diversos que estão disponíveis á pesquisa para a comunidade acadêmica.

4.4 – Interface Com Programa *Stricto Sensu*

A proposição de um mestrado em “História, Identidades e Fronteiras” tem por principais objetivos: 1) Estimular a investigação científica de fontes, temas e

objetos de pesquisa essenciais para a construção de um conhecimento histórico que se pretende voltado para a região Norte do Brasil; 2) Formar docentes e pesquisadores altamente qualificados para a reflexão sobre questões teórico-metodológicas e historiográficas inerentes à ciência histórica e especificamente àquelas próprias do campo de estudo que a área de concentração privilegia; 3) Contribuir para a construção do conhecimento histórico cuja divulgação incida sobre o ensino e a pesquisa, propiciando aos docentes e pesquisadores a necessária inserção em ambientes intelectuais e acadêmicos *na* e *além* da região em tela; 4) Constituir-se como primeiro centro de referência tanto documental como de pesquisa no Estado do Tocantins em virtude da produção científica que sua área e linhas estimulam e desenvolvem.

A implantação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, em nível de mestrado, tendo definida como área de concentração "História, Identidade e Fronteiras", objetiva, sobremaneira, além da formação de novos quadros de docentes e pesquisadores, instrumentalizar profissionais de História e de áreas afins com modelos e paradigmas teóricos que permitam conhecer, pelo viés epistemológico da História e também com a utilização de distintas abordagens historiográficas, as condições de existência de diferentes sociedades ao longo do tempo. Também se pretende constituir em um espaço de debates, reflexões e construções teóricas capazes de reunir a produção científica sobre a História, Cultura, Política e Sociedade no âmbito do Estado de Tocantins. Considerando-se a especificidade da história recente do Estado (criado e implantado há pouco mais de duas décadas), a mesma tem despertado o interesse de inúmeros especialistas no Brasil, na região Norte e dentro do próprio Estado, devendo-se ressaltar a inexistência, até o momento, de um programa de mestrado em História nessa nova unidade administrativa brasileira.

4.4.1. Processos de Avaliação Contínua do Curso

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a

qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Considera-se que a avaliação constitui-se num processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como, a avaliação da própria avaliação. A avaliação do Curso de História será realizada por procedimentos externos e internos que permitam a identificação das diferentes dimensões que forem avaliadas.

- Avaliação externa do curso:

A avaliação do Curso se encontra articulada com uma Política Pública de Avaliação do Ensino Superior instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes (ENADE). Este Sistema avalia todos os aspectos que giram em torno dos três eixos: o ensino, a pesquisa e a extensão. Possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de avaliação da UFT.

- Avaliação interna do PPC:

A avaliação interna do PPC de História constitui elemento essencial para orientar a prática pedagógica dos professores, o desenvolvimento dos alunos e fundamentar análises e tomadas de decisão do Colegiado do Curso. A avaliação deverá ser realizada de forma contínua e, sistematizada a cada dois (2) anos, utilizando-se de procedimentos e processos diversificados, de modo a

contemplar o modelo de organização curricular, incluindo os componentes curriculares, ementas, estágios, TCC e atividades complementares; qualidade da vinculação com a educação básica, o desenvolvimento de competências e habilidades concernentes à formação do licenciado em História; desempenho do quadro de docentes e gestão acadêmica. O Colegiado do Curso deverá criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela Avaliação Institucional da UFT.

- Avaliação do processo ensino aprendizagem:

A concepção de avaliação que permeia a prática docente e discente é de um processo contínuo e refletida a partir dos resultados da prática pedagógica. Assim, a avaliação objetiva a apreensão, análise e compreensão dos processos pedagógicos para que sirvam de retomada, orientação e replanejamento dos processos educacionais aos quais se inserem. De caráter somativa e formativa, com o predomínio do qualitativo, a sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem previamente planejado pelo docente e discutido com os discentes.

- Constituem objetos comuns aos componentes disciplinares do currículo do Curso:

- o exercício da leitura e do rigor interpretativo;
- o exercício da expressão escrita e oral;
- análise crítica e problematização de temáticas e textos, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os fundamentam.
- da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização;
- da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.
- do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares;

- Instrumentos de Avaliação:

Os instrumentos de coleta de informações para a avaliação devem estar em sintonia com os objetivos gerais do Curso e com as especificidades contributivas de cada componente curricular e coerência com os processos de ensino-aprendizagem. No início do período letivo, o professor deverá divulgar aos seus acadêmicos a programação das atividades acadêmicas do respectivo componente curricular e os critérios a serem utilizados na avaliação. Os instrumentos de avaliação escritos, analisados pelos alunos e devidamente registrados pelo professor, deverão ser devolvidos ao aluno, exceto o exame final. Independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda a avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao educando, oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e das dificuldades e a retomada dos objetivos não alcançados. É necessário, portanto, que sejam planejadas, pelos professores, atividades corretivas, de enriquecimento, de complementação, oportunizado ao aluno um processo de recuperação.

Dentre as atividades de avaliação da aprendizagem dos discentes sugere-se:

- Participação nas discussões das aulas expositivas, em seminários, palestras, minicursos, debates e outros;
- Elaboração de textos, resenhas, relatórios;
- Realização de avaliações escritas e orais;
- Reflexão sobre a prática docente;
- Relatórios finais de Estágio Supervisionado;
- Produção de materiais e recursos para utilização didática ou de difusão do conhecimento;
- Elaboração e defesa de projetos, artigos e monografias;
- Auto-avaliação.

- Avaliação do desempenho acadêmico:

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins (Resolução CONSEPE nº 06/2004), para a avaliação do desempenho acadêmico deve-se observar os seguintes aspectos: para cada

verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez); o acadêmico deverá alcançar em cada componente curricular uma média de pontos igual ou superior a 5,0 (cinco), após o exame final; ter freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades previstas como carga horária do componente curricular; o aluno é aprovado automaticamente, sem exame final, se obtiver média de pontos igual ou superior a 7,0 (sete).

4.4.2. Dados e Estatísticas do Curso para a Implementação de Ações Auto-Avaliativas

*4.4.2.1 - Percentual candidato/vaga dos últimos 04 anos (Sistema Universal)**

Semestre	Quantitativo	Turno
2011-1	2,48 candidatos por vaga	matutino
2011-2	4,83 candidatos por vaga	noturno

Semestre	Quantitativo	Turno
2010-1	3,17 candidatos por vaga	noturno
2010-2		

Semestre	Quantitativo	Turno
2009-1	3,4 candidatos por vaga	noturno
2009-2	1,68 candidatos por vaga	matutino

Semestre	Quantitativo	Turno
2008-1	4,0 candidatos por vaga	noturno
2008-2	2,87 candidatos por vaga	matutino

***Fonte:** Copese – Comissão Permanente de Seleções da UFT, a disposição no site da instituição.*

*4.4.2.2 – Percentual de evasão dos alunos nos últimos 05 anos**

2006	30,49%
2007	19,75%
2008	20,69%
2009	1,2%
2010	6,1%

***Fonte:** *Secretaria Acadêmica do campus de Porto Nacional. Esses percentuais não levam em consideração os destrancamentos de matrículas e os processos de reingresso ao curso.*

4.4.3. Adaptações Entre Estruturas Curriculares

Para que seja possível fazer a equivalência no sistema SIE é preciso que seja elaborada uma planilha clara com a especificação de cada disciplina do novo currículo com a respectiva carga horária e a sua equivalente na estrutura antiga – (Anexo VI). E mais, é preciso deixar claro se haverá migração total ou parcial (entre períodos) para a nova estrutura curricular, que implica que 'todos os alunos' assinarão o termo de adesão à mudança.

Caso haja alunos que não concordem, não haverá migração, devendo a estrutura ser implantada a partir do ano\semestre de sua aprovação. Os alunos de períodos não contemplados permanecerão na estrutura curricular anterior. Isso significa que serão oferecidos dois currículos: o atual até que seja progressivamente extinto e o aprovado a partir do PPC.

4.4.4 – Ementário das Disciplinas

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Introdução aos Estudos Históricos
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A História como modo de conhecimento. As bases fundamentais da história da disciplina. Desafios recorrentes do saber histórico: veracidade, temporalidade, memória, alteridade. O uso das fontes. Explicação e narrativa histórica. História e Ciências Sociais. Panorama atual da historiografia.

OBJETIVOS:

Compreender a formação do conhecimento histórico no decorrer do tempo e seus fundamentos de cientificidade.
Iniciar o aluno no campo da disciplina histórica, estimulando sua sensibilidade para a natureza e para os instrumentos do ofício do historiador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARÓSTEGUI, Julio**. A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
DOSSE, François. **A História**. Bauru: EDUSC, 2003.
FONTANA, Josep. **História***:* análise do passado e projeto social*.* Bauru: EDUSC, 1998.
NOVAES, Adauto. (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas abordagens. São Paulo: Edunesp, 1992.
CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia*.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.
CERTEAU, Michel de. **A escrita da história***.* Rio de Janeiro: Forense, 2000.
FALCON, Francisco. **História Cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho***.* Belo Horizonte: UFMG, 2001.
LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História Antiga
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudo da historiografia e da história antigas dos povos do Egito, Mesopotâmia, Hebreus, Grécia e Roma. Visa oferecer elementos para a compreensão do império do Egito faraônico; a Mesopotâmia enquanto populações que se agregaram ao longo dos séculos; da influência dos Hebreus nas religiões ocidentais; das singularidades da cidade-Estado grega; do imperialismo romano; e da desestruturação do mundo antigo.

OBJETIVOS:

Estudar as construções e reconstruções historiográficas e históricas sobre a Antiguidade. Perceber as diferenças e semelhanças entre o Egito e a Mesopotâmia, enquanto primeiras sociedades organizadas da antiguidade; Conhecer os primórdios do monoteísmo hebreu; Analisar as diversas formações citadinas gregas e suas organizações; Estudar como Roma expandiu seu império; Perceber a crescente influência do cristianismo junto ao poder romano e a desagregação da sociedade romana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAUDEL, Fernand. **Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade**. Lisboa, Pt: Terramar; Rio de Janeiro, Br: Multinova, 2001.
CARDOSO, Ciro Flamarion. **Antigüidade Oriental. Política e religião**. São Paulo: Contexto, 1990.
DUBY, Georges (org.). **História da vida privada, I: do Império Romano ao ano mil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
PINSKY, Jaime. **100 textos de História Antiga**. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
SALLES, Catherine. **Nos submundos da Antigüidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAKOV, V. e KOVALEV, S. **História da Antiguidade.** Vol. I, II e III. 3ª. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Atual, 1987.
_____ (org.). **Modos de produção na Antigüidade**. São Paulo: Global, 1984.
TOYNBEE, Arnold. **A humanidade e a Mãe-Terra**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Fundamentos da Pré-História
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A origem da espécie humana: sua evolução biológica e sócio-cultural. A Pré-História no continente americano, em especial no Brasil Pré-Colonial.

OBJETIVOS:

Transmitir aos alunos as noções sobre as teorias de origem e evolução do homem. Capacitá-lo ao estudo crítico da vida social, cultural, econômica e tecnológica, pela qual as sociedades humanas passaram a partir do final do pleistoceno, onde formavam pequenos grupos nômades de caçadores, coletores, pescadores e posteriormente aos agricultores e criadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHILDE, V. Gordon. **O que aconteceu na História**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Zohar Editores, 1977.
CHILDE, V. Gordon. **A evolução Cultural do Homem**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zohar Editores. 1975.
LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro, ROCCO, 1995.
MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia cultural: iniciação, teorias e temas.** 5ed. Editora Vozes, 1991(Tomol: pré-história)
MITHEN,Steven. **A Pré-Historia da Mente**.São Paulo:Ed.Unesp.2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVIERI, Antonio Carlos. **Pré-história**. 11ª edição, São Paulo, Ática, 1998.
OLSON, Steve. **A Historia da Humanidade**.Rio de Janeiro.Ed Campus, 2003.
PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações.** São Paulo: Ed. Atual, 1988
SFORZA-CAVALLI, Luigi Luca.**Genes, Povos e Língua**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 2003.
RODRIGUES, Rosicler Martins. **O homem na pré-história**. São Paulo, Moderna, 1992. (Coleção desafios).

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS
Nome da Disciplina: Técnicas de Pesquisa

Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica e fontes em acervos documentais; aplicação das normas da ABNT para elaboração de artigos acadêmicos. Base conceitual para a estrutura metodológica do projeto de pesquisa em história.

OBJETIVOS:

Proporcionar aos alunos as reflexões acerca das interações entre teoria, método e distintas abordagens historiográficas. Conhecer a estrutura do projeto de pesquisa com vistas à produção e elaboração trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica. Teoria e método**. Bauru - SP: Edusc, 2006.
BARROS, José D'Assunção. **O campo da história. Especialidades e abordagens** 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
CARDOZO, C. F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.** 5ª ed. Rio de Janeiro: 1997.
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: Uma introdução. Elementos para uma análise metodológica.** S.Paulo: Educ, 2000.
SEVERINO,A.J. **Metodologia do Trabalho** Científico. 22ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOZO, Ciro Flamarion , BRIGNOLI, Héctor Pérz. **Os métodos da História**. .ed. Rio de Janeiro: Graal. 1990.
FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória** : a problemática da pesquisa. Passo Fundo : EDIUPF,1998.
LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre(dir.).1989. **História:** novos objetos. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
MALERBA, Jurandir(org.).**A Velha História** : teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.
VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (coord.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Filosofia da Educação

Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Introdução ao pensamento filosófico. Concepções de educação e sociedade. O processo da educação. Educar para a submissão. Educação e Filosofia. Concepções de educação. Repensando a educação.

OBJETIVOS:

A disciplina partirá das definições de educação, buscando caracterizar a especificidade da educação sistemática escolar, evidenciando como se desenvolveu a pratica educativa e as correntes filosóficas no interior das sociedades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à Filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola:** DP e A editora, 2000.
SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. SP: Corteza, 1996.
COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: História e Grandes Termo**, 15ª ed. Reform. E ampl. SP: Sariva, 2002.
LORIERI, Marcos Antônio. **Filosofia: fundamentos e métodos.** SP. Cortez. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
DELORS, Jacques (Org). **Educação – Um Tesouro A Descobrir**. SP: Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, 2006.
PEIXOTO, Adão José (org) **Filosofia, Educação e Cidadania.** Campinas: Alínea, 2001

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História Medieval

Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

O diálogo sócio-cultural estabelecido entre os povos germânicos e as sociedades romanizadas do Ocidente. A reorganização dos saberes e a ascensão do cristianismo. As estruturas do sistema feudal em suas relações produtivas, mentais e composições sócio-jurídicas. Política, economia e cultura no Ocidente e no Oriente.

OBJETIVOS:

Propiciar uma visão ampla da Idade Média, estimulando a compreensão da construção do imaginário medieval e do contexto histórico, social, econômico e político do Ocidente Medieval e suas relações com o Oriente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANGOLD, Michael. **Bizâncio: a ponte da Antigüidade para a Idade Média**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
ARIÈS, P. e DUBY, G. (orgs.) **História da vida privada, 2**: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: José Olympio, 2003.
VEYNE, Paul. **História da vida privada, 1**: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1998.
DUBY, Georges. **As três Ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982.
FAVIER, Jean. **Carlos Magno**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
LE GOFF, J.; SCHMITT, J. (Org.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2006, 2.v.
PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000..

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Antropologia Social

Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Concepção de antropologia e seu objeto. Abordagens das temáticas antropológicas, como o conceito de cultura, etnocentrismo, relativismo. Relação entre o conhecimento antropológico e o histórico.

OBJETIVOS:

Conhecer a temática da Antropologia Social e suas relações ao conhecimento histórico;
Compreender os métodos e teorias centrais da Antropologia Social;
Estudar as diversas correntes de pensamento antropológico, direcionando-se para aquelas que relacionam Antropologia e História;
Perceber como as categorias e conceitos da Antropologia Social permitem formas diferentes de abordagem do social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (2000) – **O Trabalho do Antropólogo.** 2ªed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP. Cap. 1 "O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever". pp 17-36
DA MATTA, Roberto – **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 5ª ed. RJ, Rocco, 1997.
LAPLATINE, François – **Aprender Antropologia**. SP, Brasiliense, 2000. Introdução, pp. 9-36.
OLIVEIRA, João Pacheco de – **Ensaios de Antropologia Histórica.** RJ, Ed. UFRJ, 1999.
SCHWARCZ, Lilian. K. M. – **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** SP, Companhia das Letras, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VELHO, Gilberto – **Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e Portugal.** 2ª ed. RJ, Jorge Zahar Editor, 1999.
LARAIA, Roque de Barros (1993) – "Anexo 2 – A Difusão da Cultura" In C**ultura. Um conceito antropológico.** 8ª. ed. RJ, Jorge Zahar Editor: 109-112.
DURHAM, Eunice Ribeiro (org.) – Bronislw Malinowski. **Antropologia**. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1986.
NIEMEYER, /A. M. & Godoi, E.P. de – **Além dos território: para um diálogo entre a etnologia indígena, estudos rurais e estudos urbanos.** Campinas, Mercado das Letras, 1998.
VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial.** SP. Companhia das Letras, 1995.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Sociologia da Educação
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudos sociológicos da Educação no Brasil, seu aparecimento e seus enfoques teóricos. A função social da escola, o caráter reprodutor e emancipador da escola. Estudo das principais matrizes e teóricos da sociologia da educação, na compreensão da relação educação e sociedade.

OBJETIVOS:

Promover a compreensão científica da vida em sociedade através das matrizes sociológicas clássicas; Compreender e analisar com criticidade a educação enquanto processo histórico e social; Compreender o pensamento dos grandes sociológicos da educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DURKHIEM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1990.
IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
MARX, K. **O Manifesto comunista.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.
SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.
WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, UNB, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DURKHIEM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
GRACIO, S. (et alli). **Sociologia da Educação I – Antologia: funções da escola e reprodução social.** Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
FREIRE, Paulo. **Ética, utopia e educação**. Vozes, 1998.
LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral.** São Paulo, Atlas: 1999.
MARTINS, C.B. **O que é Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
RANGEL, Maria de Lourdes (Org.) **Sociologia para Educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS
Nome da Disciplina: História da Educação
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Objeto e método da história da educação. A trajetória histórica da Educação Brasileira (a ação educacional dos jesuítas, políticas educacionais pombalinas, a formação da elite no Império, as reformas educacionais na República). O pensamento pedagógico brasileiro. A educação brasileira no limiar do século XXI (educação da infância, educação popular e educação de jovens e adultos, educação profissional, educação no campo, formação de professores).

OBJETIVOS:

Analisar o processo de desenvolvimento da educação brasileira e as transformações das práticas pedagógicas a partir de seus condicionamentos históricos-sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 33 ed. São Paulo; Brasiliense, 1995.
GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil**: 1964 – 1985. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
LOPES, Eliane Maria Teixeira et al. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil 1930/1973.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GHIRALDELLI JR., P. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.
SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: século XX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
VIEIRA, S. L. **Política educacional em tempos de transição (1985 – 1995)**. Brasília: Plano, 2000.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História Indígena
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Abordagens, temáticas e as perspectivas teórico-metodológicas nas pesquisas sobre a História Indígena no Brasil. A historiografia atual sobre a História Indígena no Brasil e as inter-relações com outras áreas do conhecimento.

OBJETIVOS:

Conhecer a temática da História Indígena enquanto um campo de conhecimento historiográfico em relação ao conhecimento histórico. Compreender os debates em torno da visibilidade/invisibilidade indígena na História. Estudar os diversos processos históricos agenciados pelos povos indígenas no Brasil.Perceber como o pensamento social brasileiro se relaciona com a presença indígena ao longo dos séculos de História do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org) - **História dos Índios no Brasil** São Paulo : Fapesp/Cia das Letras, 1992.
GIRALDIN, Odair. Cayapó e Panará. **Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central.** Campinas, Ed. Unicamp, 1997.
GIRALDIN, Odair – **Povos indígenas e não-indígenas: Uma introdução à história das relações inter-étnicas no Tocantins**. In GIRALDIN, O. (org). A (Trans)Formação histórica do Tocantins. Goiânia, Ed. UFG, 2004.
LIMA, Antônio Carlos de Souza – **Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petropolis, Vozes, 1995.
SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo : Companhia da Letras, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRUPIONI, Luís D. B, VIDAL, Lux e FISCHMANN, Roseli (orgs). **Povos Indígenas e Tolerância.** São Paulo: Edusp, 2001.
SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando Mundos. Os povos indígenas Akwen e a conquista de Goiás (1749-1851).** Palmas, Nagô Editora, 2010.
GIRALDIN, Odair - **Pontal e Porto Real. Dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos século XVIII e XIX**. Revista Amazonense de História. Vol 1, no. 1, PP. 131-146, 2002. (disponível em http://www.uft.edu.br/neai/documentos/pontaleportoreal.pdf).
MONTEIRO, John Manuel. **O Desafio da História Indígena no Brasil.** In :

SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D. B. (Org) **A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus.** Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-237.
POMPA, Cristina – **Religião com tradução. Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial.** Bauru, SP. EDUSC, 2003.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História Moderna
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A "transição" para a modernidade: Estado Absoluto e Antigo Regime – a esfera política; O Mercantilismo (capitalismo comercial) – a esfera econômica; o Renascimento – a esfera cultural, intelectual e estética; as Reformas religiosas – a esfera religiosa; A "crise" da modernidade: A Revolução Francesa – a esfera política e jurídica; a Revolução industrial (capitalismo industrial), a burguesia e o proletariado – a esfera econômica; O Iluminismo – a esfera intelectual; O Romantismo – a esfera estética.

OBJETIVOS:

A partir dos conceitos de secularização e desencantamento do mundo, analisar os principais acontecimentos da modernidade (a serem listados na ementa), nas diferentes esferas de valor que compõem a vida em sociedade, e na respectiva situação de "transição" para a modernidade ou de "crise" da modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente, 1300-1800**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
DUBY, Georges. **História da Vida Privada 2: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1988 (Princípios).
BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo.** Campinas: Unicamp: 1997.
ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FALCON, Francisco C. **Mercantilismo e Transição.** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Tudo é História).

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História da África
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudo da historiografia e da metodologia do estudo da História do continente africano. A África Negra na Antigüidade. A África subsaariana, as rotas comerciais e a expansão do Islã. A África antes do comércio Atlântico. O impacto do comércio Atlântico sobre a estrutura social africana. Escravidão e Diáspora Africana. A Conferência de Berlim. A partilha da África, as resistências africanas e os sistemas de colonização. Evolução das idéias e organizações nacionalistas. O pós-colonialismo. O mundo africano contemporâneo.

OBJETIVOS:

Estudar e refletir sobre as construções historiográficas e históricas a respeito da África. Ter uma visão geral da História do continente. Perceber a expansão do Islã através da África. Entender a escravidão no contexto africano. Verificar a extensão da diáspora e como funcionava o comércio escravagista. Perceber como se deu a interferência européia no continente. Conhecer a África contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APPIAH, Kwame. **Na casa de meu pai: África na filosofia da cultura**. São Paulo: Contraponto, 1997.
DAVISON, Basil. **Revelando a velha África**. Lisboa: Prelo, 1977.
KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.
SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
UNESCO. **História Geral da África**. SERBAL/UNESCO.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BHABA, Homi K.**O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.
BITTENCOURT, Marcelo. **Diferentes organizações políticas da África Negra**. Vitória: Ne@d/UFES, 2004.
_____. **Povos e Línguas**. Vitória: Ne@d/UFES, 2004.
BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas; estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 2000.

IBAZEBO, Isimeme. **A descoberta da África**. Lisboa: Estampa, 1995.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História da América Colonial
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

América Pré-colombiana. América. América hispânica: descobrimento, conquista e colonização. Poder, administração e cultura na América espanhola. Escravidão no Caribe e nos Estados Unidos. As Reformas Bourbônicas no século XVIII. A crise do Antigo Sistema Colonial e os processos de independência na América.

OBJETIVOS:

Proporcionar aos alunos os subsídios teóricos e factuais para lidar com os conteúdos programáticos da disciplina História da América Colonial. Apresentar a metodologia utilizada por pesquisadores na escrita e no ensino de História da América. A historiografia e o ensino da História da América.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, Oscar Jesus. **História das sociedades americanas.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
BETHEL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina**. Barcelona: Crítica, 1990, vols. 1-4.
CARDOSO, Ciro F. & BRIGNOLI, Héctor P. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos na Prata (1808-1828)**. São paulo: Hucitec, 2002.
TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VAINFAS, G.C. (org.). **América em tempo de conquista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
BRUIT, Héctor. **América Latina: 500 anos entre a resistência e a revolução.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 10, n. 20, mar-ago. 1991, p. 147-71.
COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América**. Porto Alegre: LP&M, 1991.
GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso. O Novo Mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
PINSKY, Jaime (org.). **História da América através de textos.** São Paulo: Contexto, 1990.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História do Brasil Colônia
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

O Brasil no contexto da expansão comercial européia do século XV. Colonização e povoamento: significados e abrangências. As estruturas administrativas e políticas. Escravismo e escravidão. As formações socioeconômicas e suas especificidades. Aspectos religiosos e culturais. Os movimentos identidários. A Crise do Antigo Sistema Colonial.

OBJETIVOS:

Contribuir para a compreensão dos fatores exógenos e endógenos que determinaram a implantação, povoamento e desenvolvimento da colônia brasileira, bem como refletir acerca de seus aspectos econômicos, sociais, políticos, religiosos e culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 1985.
FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial.** São Paulo: Difel, 1961. Tomo I, volumes 1 e 2.
PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense: 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial.** São Paulo/Belo horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988.
ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo/Belo horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982
MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Psicologia da Aprendizagem
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Psicologia e Educação – as relações existentes, concepções atuais e objeto de estudo; Psicologia da Aprendizagem – conceitos e fatores determinantes; Diferentes perspectivas teóricas: Concepção Behaviorista – Watson; Concepção Humanista – Rogers; Epistemologia Genética – Piaget; Concepção Interacionista – Vygotsky; Contribuição da Psicanálise; Concepções de Gardner e Wallon sobre o processo de aprendizagem. Implicações desses conhecimentos para as práticas pedagógicas.

OBJETIVOS:

Compreender as concepções teóricas da psicologia e suas implicações na prática pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRARA, Kester. **Introdução à psicologia da educação.** AVERCAMP editora, 2004.
COLL, C. et alli. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999, vol. II.
LA TAILLE, Yves de et al. Piaget, Vygotsky e Wallon: **Teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo, Summus, 1992.
WOOLFOLK, A. E. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2000.
FOULIN, Jean-Noel e MOUCHON, Serge. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLL, E. et. al. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1991.
MOREIRA, Marco Antônio. T**eorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.
OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky, aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1997.
GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** 8 ed., RJ: Vozes, 2000.
SALVADOR, Cesar Coll. **Psicologia do Ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Didática
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Pressupostos históricos e filosóficos da Didática. Prática pedagógica escolar enquanto prática social específica. A gestão e cultura organizacional da escola. Sujeitos do processo educativo (educador e educando). As relações e inter-relações escolares. Concepção de ensino e aprendizagem nas diferentes teorias pedagógicas (Tradicional, Escolanova, Tecnicista, críticas e tendências atuais). O processo do planejamento educacional (tipos de planejamento, componentes básicos e a estruturação didática da aula). A formação do professor, a construção da sua identidade profissional e a práxis pedagógica.

OBJETIVOS:

Compreender a Didática como referencial teórico da pedagogia que possibilita ao profissional de educação uma visão multidimensional de sua prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.
_____. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2006.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Didática: o ensino e suas relações**. 11ª Ed. São Paulo: Papirus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra,1996.
KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.
LUCKESI Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papirus, 2005.
VEIGA, Ilma P. **O Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS
Nome da Disciplina: História Contemporânea I
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

As revoluções burguesas. A construção da sociedade industrial e o desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Ideologias e práxis: liberalismo, socialismo, nacionalismo, movimento operário e movimentos de emancipação e unificação nacionais. A passagem do capitalismo industrial ao capitalismo monopolista. Imperialismo, Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa. Ensino de História Contemporânea: fontes históricas.

OBJETIVOS:

Objetiva-se através da abordagem da matriz anglo-francesa, berço das principais transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram o século XIX, analisar o surgimento de certos fenômenos históricos que transcendem aquela centúria, para ocupar lugar privilegiado em nosso presente histórico e, em contrapartida, também analisar fenômenos e eventos que, nas primeiras décadas do século XX, romperam com a referida permanência anglo-francesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARSOTTI, Paulo (Org.). **A Comuna de Paris de 1871. História e Atualidade**. São Paulo: Ícone, 2002.
CROUZET, Maurice (Dir.). **História Geral das Civilizações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, vols. 15-16.
FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
HOBSBAWM, Eric. J. **A era das revoluções**, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
RÉMOND, René. **O século XIX.** 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Escritos sobre a Comuna de Paris**. São Paulo: Xamã, 2002.
GEOFF, Eley. **Forjando a Democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
HERNÁNDEZ, Jesús. **Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Madras, 2008.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e Internacionalismos da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã, 2000.
MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.**O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2002.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História da América Independente
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Proporcionar aos alunos subsídios teóricos e factuais para lidar com os conteúdos programáticos da disciplina História da América Latina, do século XIX. Apresentar a metodologia utilizada por pesquisadores na escrita e no ensino de História da América. Incentivar a realização de estudos sobre temas de interesse à História e a Historiografia da América Espanhola, sobretudo do período da formação dos Estados Nacionais Latino-Americanos. Capacitar o aluno para articulação, entendimento e análise dos conteúdos referentes à América inglesa, no século XIX, e sua relação com a América Latina.

OBJETIVOS:

A crise do sistema colonial e os processos de emancipação política e formação das nações americanas: movimentos nativistas, revoluções, guerras de independência, liberalismo, democracia nos casos latino-americanos. A escravidão no caribe e nos Estados Unidos. A formação dos Estados nacionais na América Latina. A questão indígena na América Independente. Pensamento político, ideologia e religião na América do século XIX. Aspectos culturais na América Latina do século XIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APTHECKER, Richard. **Uma nova história dos Estados Unidos: a revolução americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
BELLOTO, Manuel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez. **América Latina de colonização espanhola.** Antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec, 1991.
BENASSAR, Bartolomé. **La América española y la América portuguesa**. Siglos XVI-XVIII. Madrid: Akal, 1987.
BETHEL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina.** Barcelona: Crítica, 1990, vols. 1-4.
BRUIT, Héctor. América Latina: **500 anos entre a resistência e a revolução**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 10, n. 20, mar-ago. 1991, p. 147-71.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, Flávio de. **História Ibérica. Apogeu e Declínio.** São Paulo: Contexto, 1991.
FERREIRA, Jorge L. **Conquista e colonização da América Espanhola.** São Paulo: Ática, 1992.
PRODANOV, Cléber C. **O mercantilismo e a América.** São Paulo: Contexto, 1990.
REMOND, René. **História dos Estados Unidos.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.
TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
VAINFAS, G.C. (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História do Brasil Império
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A crise do colonialismo e o processo de independência do Brasil. Debate historiográfico sobre o Brasil Império. A construção do Estado Nacional. Segundo Reinado e modernização. História social da escravidão e processo abolicionista. A ordem política imperial. Sociedade e cultura no século XIX. A crise do Império e a República.

OBJETIVOS:

Possibilitar o conhecimento da produção historiográfica sobre o Brasil oitocentista, visando a formação de professores. Capacitar os alunos a compreender e discutir os principais conceitos, temáticas e questões referentes a formação da sociedade brasileira no século XIX, percebendo a atuação das forças sociais, econômicas, políticas e culturais desenvolvidas naquele momento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALONSO, Angela. **"Crítica e mobilização"**. In. Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial.** Vol I, II e III. (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
MALERBA, Jurandir (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole (1808-1853).** In: A interiorização da metrópole e outros ensaios. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil.** Vol. II: **Império. A corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Cia das Letras, 1997.
CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial.**

São Paulo: Cia das Letras. 2005.
MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio - civilização e poder às vésperas da Independência (1808 a 1821)**, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **História econômica da independência e do Império**. São Paulo: EDUSP, 2002.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Metodologia do Ensino em História
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

História do ensino de História: a História como disciplina escolar. Historiadores e correntes historiográficas no ensino de História. O livro e material didático de História. Metodologias aplicadas ao ensino de História: a) O uso de documentos no ensino de História. b) O uso de documentos não escritos nas aulas de História.

OBJETIVOS:

Analisar a história da disciplina e as implicações colocadas pelas transformações do mundo contemporâneo
Consolidar o valor da relação teoria/prática na construção da "praxis" docente.
Introduzir a reflexão sobre a pesquisa de ensino e aprendizagem da História, enquanto disciplina
Conhecer e analisar as diversas metodologias de ensino e recursos pedagógicos existentes na escola.
Objetiva a formação de professores de História através da reflexão sobre a atuação docente, com ênfase nos métodos de ensino e nos materiais didáticos, específicos para o ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALDISSERA, José Alberto. **O livro didático de história: uma visão crítica**. Porto Alegre: Evangraf, 1994.
BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.
BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
FONSECA, Selva**. Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de história: temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo, Cortez, 1990.

PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto: 2002.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História Contemporânea II
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

O período entre-guerras: Grande Depressão de 1929, ascensão dos fascismos e do stalinismo. A Segunda Guerra Mundial. A construção da ordem político-econômica mundial no pós-guerra: relações e conflitos internacionais sob a Guerra Fria. A Nova Ordem Mundial: o encerramento dos "trinta anos gloriosos" do capitalismo e o fim dos regimes socialistas na URSS e na Europa do Leste. Modernidade, contemporaneidade e pós-modernidade: economia, política e cultura sob a "globalização". Ensino de História Contemporânea: teorias e métodos.

OBJETIVOS:

A noção de História Contemporânea designa o período que coincide com as fases de desenvolvimento e crise do capitalismo. Nas conjunturas de entre-guerras (1919-1939) e nas que se sucedem a partir do 2º pós-guerra e concluem em 1989-1991 com a reunificação alemã e o fim da URSS, o desenvolvimento histórico produz-se marcado por convulsivas e violentas transformações econômicas que, nas esferas social e política, constituem-se em revoluções - e em sua antípoda, as contra-revoluções - e guerras, *par excellence* elementos marcantes da dinâmica histórica do período em questão. Objetiva-se, por meio de tais aborgadens, iluminar a especificidade desta dinâmica e detectar impactos e permanências em fases e conjunturas que se sucedem e se alteram.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
CROUZET, Maurice (Dir.). **História Geral das Civilizações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, vols. 15-17.
HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**. O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio & FARIA, Ricardo. **História do Tempo Presente**. São Paulo: Contexto, 2003.
RÉMOND, René. **O século XIX**. 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da Queda.** O fracasso do Comunismo e o

futuro do Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias.** Histórias de Ruanda. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.
SADER, Emir (Org.). **O mundo depois da queda.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História do Brasil República
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Primeira República: contexto político, econômico, social. Historiografia da Primeira República. A revolução de 30: causas e implicações. A construção da historiografia sobre a revolução de 30. O Estado novo: estrutura política e ideologias. Populismo e autoritarismo. A construção do desenvolvimentismo brasileiro. Do golpe militar à ditadura militar: a consolidação do modelo autoritário. O processo de re-democratização: o retorno a democracia, as lutas pelas eleições diretas e a Constituição de 1988.

OBJETIVOS:

Analisar os processos históricos do período abordando as diversas contribuições historiográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia a república.** Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1999.
FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira. Estrutura de Poder e Economia.** Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 6 edição, 1997.
FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002.
JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 21 edição, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeira Neves. **O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1 a 4., 2003.

]

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS
Nome da Disciplina: Política, Legislação e Organização da Educação Básica
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A relação Estado - Sociedade na definição das políticas públicas de educação. Política educacional no Brasil: aspectos sociopolíticos e históricos. Organização dos sistemas de ensino nos contextos nacional e internacional. Política educacional e atenção à diversidade. A legislação da Educação Básica (federal, estadual e municipal). Planejamento, financiamento, gestão e avaliação da Educação Básica. Profissionais da Educação: formação, carreira e organização.

OBJETIVOS:

Conhecer e refletir sobre a política, a legislação e a organização da Educação Básica e compreender os determinantes políticos, sociais, e econômicos implícitos e explícitos no seu processo de construção e aplicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Janete M. L. de. **A Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
_____. **Lei n 9394/96**. Fixa diretrizes e bases da educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
_____, **Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Brasília, 1990.
_____, **Lei nº 10.172/2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares.** São Paulo: Cortez, 2007.
CURY. Carlos R. J. **Lei de diretrizes e base da educação**: 9.394/96. 10. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
DE TOMMASI, L., WARDE, J. M., HADDAD, **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 1998.
IMBERNON, Francisco (Org.). **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.
VIEIRA, Sofia L. **Política Educacional em Tempos de Transição**. Brasília: Plano, 2000.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Estágio Supervisionado em História I
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 30
Carga Horária Prática: 30
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A preparação e formação do profissional de História. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. A Cultura escolar na educação básica. Gestão e organização da escola de educação básica. Mapeamento da realidade escolar (dimensão física, pedagógica, administrativa, financeira, realidade sócio-econômica dos alunos e da comunidade escolar).

OBJETIVOS:

Compreender o processo de formação do professor de História no ensino Fundamental II e do Ensino Médio. Compreender os processos históricos de organização das escolas envolvidas nos estágios. Analisar a cultura escolar da educação básica. Refletir sobre a situação em que se encontram as escolas de educação básica, relacionando a teoria com a observação da prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTENCOURT, Circe **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
NIDELCOFF, Maria Tereza. **A escola e a compreensão da realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
PICHONES, S.C.B. et al. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. São Paulo: Papirus, 1989.
PINSKY, Jaime (org.). **O ensino da História e a construção do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALDISSERA, José Alberto & SEFFNER, Fernando (orgs.). **Qual História? Qual Ensino? Qual Cidadania?**. Porto Alegre: Anpuh/Edunisinos, 1997.
BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.
FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
GAPERAZZO, Maria E. **O ensino da História e a construção da cidadania.** Vitória: Edufes, 1995

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Métodos da História
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudo dos objetos, das fontes e dos métodos da história. O pesquisador e a abordagem documental através de diferentes linguagens e textualidade. O debate em torno da Escrita da História através da historiografia. As abordagens históricas e campos de pesquisa.

OBJETIVOS:

Elaborar pesquisas em fontes documentais.
Compreender as diferentes abordagens, campos e domínios da história.
Identificar fontes de pesquisa e acervos documentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARDOSO, Ciro Flamarion , BRIGNOLI, Héctor Pérz. **Os métodos da História**. .ed. Rio de Janeiro: Graal. 1990.
CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre Práticas e Representações**, Lisboa, Editorial Presença, 1990.
LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, Lisboa, Edições 70, 2000.
LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.) **História: Novos problemas --- Novas abordagens --- Novos objetos**, 3 vols., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa, Presença, s.d.
GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Difel, 1989.
HARTOG, François. "**A arte da narrativa histórica"**, in: Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1998.
PAIVA, Eduardo. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
WHITE, Hyden, **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX.** São Paulo, Edusp, 1995.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Teoria da História
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Instrumentar o aluno para o reconhecimento dos paradigmas epistemológicos que dominaram os estudos históricos e presentes na historiografia; as ciências históricas no século XIX e XX e os debates sobre a os dilemas contemporâneos.

OBJETIVOS:

Apresentar ao aluno as mudanças de perspectiva do conhecimento histórico: século XIX e XX. A trajetória do conhecimento histórico em direção ao estabelecimento de sua cientificidade; os paradigmas do conhecimento histórico e as influências sobre a prática historiográfica.
Refletir sobre as principais correntes teóricas e as influências sobre conhecimento histórico; a teoria e as novas problemáticas metodológicas; as diferentes abordagens teóricas da história e seus reflexos na produção historiográfica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDÉ, Guy et MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Portugal: Europa-América, 1990.
BOUTIER, Jean et JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.
CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982
CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
DOSSE, François. **A história à prova do tempo.** Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LE GOFF, Jacques. **Memória-História**. **Enciclopédia Einaudi, 1**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1984).
DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.
BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru/SP: EDUSC, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira; IPEA, 2000.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História Regional
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Espaço, território e região: Conceitos e perspectivas analíticas. Identidades regionais e suas abordagens simbólicas e imaginárias. Espaço e transformações culturais. Os processos de regionalização no Brasil. As representações sociais. A produção historiográfica regional. O ensino da História regional.

OBJETIVOS:

Conhecer o processo de construções das identidades regionais e suas construções simbólicas; Compreender o processo de formação da nação e o processo de regionalização no Brasil; Estudar as transformações culturais e suas representações no imaginário social; Compreender o conceito de região e seus desdobramentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região**. In: _____. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa:Difel, 1989.
COSTA, Paulo César G. **"O conceito de região e sua discussão"**. In: CASTRO, Iná Elias de et all. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76. Difel, 1989. p. 107-132.
SANTOS, Milton et all. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo. s/d

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA, José Jobson de A. **"O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil."** In: José Tengarrinha (org.). História de Portugal.2ª edição. São Paulo: ENESP; Bauru: EDUSC; Lisboa: Instituto Camões, 2001. pp.245-264
FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
JANCSÓ, István. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **“Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500 – 1808”**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPHU / FAPESP / Humanitas Publicações FFLCH / USP; V. 8, Nº 36, p. 187. pp. 249. 1998.
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional**. São Paulo: Moderna, 1984

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS
Nome da Disciplina: Estágio Supervisionado em História II
Créditos: 08
Carga Horária Teórica: 30
Carga Horária Prática: 90
Carga Horária Total: 120
Pré- Requisito: Estágio Supervisionado em História I

EMENTA:

O processo de produção do conhecimento histórico para o Ensino Fundamental e Médio. Propostas curriculares Nacionais de História para o ensino fundamental e médio; Proposta Curricular Estadual para o ensino de História. Observação da docência do professor de História na escola de educação básica.

OBJETIVOS:

Conhecer e analisar as diferentes formas didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas pelos professores/as das escolas campo. Pesquisar e analisar as modalidades de ensino escolar. Compreender como produzir e desenvolver atividades ligadas ao uso de temas transversais. Avaliar as metodologias de ensino nas escolas campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros curriculares nacionais: historia – 5ª a 8ª séries**. Secretaria e Educação Fundamental: MEC/SEF, 1998.
BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio- historia**. Brasília/SEMT, 1999.
FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História.** Campinas, SP: Papirus, 2003.
PALMAS - TO - (Brasil) - Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano.** Secretaria de Estado da Educação e Cultura. TO: 2006.
ROCHA, Ubiratan. **História, Currículo e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de história: temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Contexto: 2002

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (Libras)
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 15
Carga Horária Prática: 45
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Introdução aos aspectos históricos e conceituais da cultura surda e filosofia do bilinguismo. Apresentar o ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Ampliação de habilidades expressivas e receptivas em LIBRAS. Conhecimento da vivência comunicativa e aspectos sócio-educacionais do individuo surdo.

OBJETIVOS:

Apreender os instrumentais teóricos, metodológicos e práticos necessários à atuação do docente da educação
básica junto a portadores de deficiências auditivas e de linguagens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Lourdes. **Língua de Sinais e Aquisição da Linguagem**. In: Fonoaudiologia: no sentido da linguagem. São Paulo: Cortez, 1994.
APOVILLA, F.C., RAPHAEL, W. D. (no prelo h). **Sinais da LIBRAS e o universo da Educação**. In: F. C. Capovilla (Org.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em LIBRAS. (Vol. 1, de 19 volumes, 340 pp.). São Paulo, SP: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis.
PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças .** Porto Alegre: Mediação, 1998.
QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais**: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
GOFFMAN, Erving. **Estigma e Identidade Social**. In:_____. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda**: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.
LACERDA, Cristina B. Feitosa de. **A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos.** Cadernos Cedes, ano XX, n. 50, abr. 2000.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História do Tocantins
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudar a História do Tocantins a partir de sua relação no contexto histórico do espaço e fronteira. Propiciar a leitura, o estudo, a reflexão e a análise historiográfica existente, visando a produção de conhecimento histórico. Incentivar o trabalho e a pesquisa com fontes locais e regionais.

OBJETIVOS:

O curso estará centrado no propósito de situar os alunos diante da produção historiografia tocantinense, bem como as várias discussões teóricas que estes trabalhos estão inseridos, visando compreender o processo de formação da identidade Tocantinense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Discurso Autonomista do Tocantins.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.
PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
Odair Giraldin (org). **A (Trans) formação Histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, Jocyléia Santana dos. **A Cenog no discurso do seus integrantes**. In. A (Trans) formação Histórica do Tocantins. Odair Giraldin (org). Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Historiografia Geral
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A produção histórica a partir de postulados científicos e o processo de consolidação da História científica no século XIX. Historiografia como forma de conhecimento racional e metodológico - a questão da Verdade da Objetividade. Tríade: Positivismo, Historicismo e Materialismo Histórico.

OBJETIVOS:

Distinguir história enquanto campo de conhecimento ou disciplina universitária (discursos sobre o processo histórico) e a historicidade. Mostrar o processo de constituição do historiador profissional. Estabelecer as diferenças entre a mitologia, a filosofia (verdades eternas e atemporais) e a história enquanto conhecimento das ações humanas. Traçar os caminhos da historiografia moderna – historiografia científica – século XVIII-XIX .As teorias da história e a vitória definitiva da História sobre a filosofia. Compreender a tríade: Positivismo, Historicismo e Materialismo Histórico e as tensões existentes entre estes paradigmas na constituição da Ciência Histórica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARÓSTEGUI, Julio**. A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.
BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas abordagens. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
____. **A Escola dos Annales (1929-1989)***:* a Revolução Francesa da historiografia*.* São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
CERTEAU, Michel de. **A escrita da história***.* Rio de Janeiro: Forense, 2000.
MALERBA, Jurandir. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: EDUSC, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru: EDUSC, 2003.
GINZBURG, Carlo. **Relações de Força**: História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tem-

pos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.
MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Estágio Supervisionado em História III
Créditos: 08
Carga Horária Teórica: 30
Carga Horária Prática: 90
Carga Horária Total: 120
Pré-Requisito: Estágio Supervisionado em História II

EMENTA:

Estudo das práticas e produções do conhecimento histórico e escolar no cotidiano das instituições de ensino. Elaborar "Plano de Ensino" de História para que possa ser efetivado nas instituições de Ensino Fundamental e Médio. Docência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio. Relatório de estágio.

OBJETIVOS:

Atuar na prática docente de acordo com o planejamento realizado.
Conhecer e analisar a realidade da sala de aula.
Avaliar a proposta curricular do ensino de História das escolas campo.
Analisar as diferentes formas de utilização do livro didático nas escolas campo.
Elaborar relatório sobre as ações de estágio.
Analisar as diferentes formas de utilização do livro didático nas escolas campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSCHI, Caio Cesar. **Porque estudar História?**. São Paulo: Ática, 2007.
FONSECA, Selma Guimarães. **Os Caminhos da História Ensinada**. São Paulo: Papirus, 2006.
GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo, Loyola, 1995.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez,1994.
MOREIRA, Marco. **Ensino e Aprendizagem: perspectivas teóricas.** Porto Alegre, UFRS, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de história: temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.
BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Contexto: 2002.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 15
Carga Horária Prática: 45
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

O regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso. A elaboração do projeto de pesquisa em História: aspectos teóricos e metodológicos. A diversidade das fontes históricas. A revisão bibliográfica. As normas da ABNT. O artigo de caráter científico.

OBJETIVOS:

Oferecer aos alunos os instrumentais básicos para a elaboração do Trabalho de Conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

A bibliografia será indicada pelos docentes junto aos discentes a partir de seus respectivos temas de pesquisas.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História do Tempo Presente
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudo de conceitos, modelos explicativos e questões de métodos relativos à pesquisa história sobre história política e história do tempo presente.

OBJETIVOS:

Proporcionar conhecimentos teóricos e metodológicos acerca da história política e da história do tempo presente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AYERBE, Luís Fernando. **Ordem, poder e conflito no século XXI:esse mesmo mundo é possível**. São Paulo UNESP, 2006
HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos.** São Paulo, Cia das Letras, 1995
MARQUES, Adhemar. **História do tempo presente.** São Paulo: Contexto, 2003.
REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI:no loop da montanha russa**. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AREND, Silvia Maria Fávero. Sobre A História Do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009**.**
BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 2002.
HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo, Cia das Letras, 2007.
HOBSBAWM, Eric. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo, Cia das Letras, 2007**.**

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 15
Carga Horária Prática: 45
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A elaboração e a defesa junto a uma banca avaliadora de um artigo de caráter científico.

OBJETIVOS:

Oportunizar aos discentes a produção de um conhecimento histórico, preparando-os para a prática do magistério da educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

A bibliografia será indicada pelos docentes junto aos discentes a partir de seus respectivos temas de pesquisas.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Estágio Supervisionado em História IV
Créditos: 08
Carga Horária Teórica: 30
Carga Horária Prática: 90
Carga Horária Total: 120
Pré- Requisito: Estágio Supervisionado em História III

EMENTA:

A produção cotidiana do conhecimento histórico nas instituições de Ensino Fundamental e Médio. Elaboração de um projeto de intervenção e/ou oficina pedagógica no ensino de História para ser efetivado na escola de educação básica. Elaboração do memorial ou artigo sobre as atividades desenvolvidas nas disciplinas do Estágio Supervisionado.

OBJETIVOS:

Discutir e avaliar as diferentes formas de utilizar os conteúdos apreendidos ao longo do curso de História com a realidade escolar do Ensino Fundamental e Médio. Avaliar todo o processo de construção didático-pedagógico elaborado e produzido pelos/as alunos/as ao longo do curso de História. Elaborar e executar projeto de intervenção sobre o ensino de história na escola de Educação Básica. Elaborar e executar colóquio para a apresentação de produção historiográfica e de resultados obtidos ao longo do curso.
Elaborar um memorial ou artigo sobre todas as atividades desenvolvidas ao longo do Estágio supervisionado no curso de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de história: temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.
FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio**. Campinas, SP: Papirus, 2001.
PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo, Cortez, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.
BITTENCOURT, Circe **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva**. Caminhos da história ensinada.** Campinas: Papirus, 1993
GIROUX, H. **Os professores como intelectuais.** Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos de História Contemporânea
Créditos:	4
Carga Horária Teórica:	60
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudos de temas e problemas no campo da História Contemporânea. Estudos em temáticas relevantes de História Contemporânea.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos leituras e reflexões sobre a produção historiográfica mais recente sobre a História Contemporânea, suas temáticas, abordagens e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos de História Antiga
CRÉDITOS:	4
Carga Horária Teórica:	60
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudos de temas e problemas no campo da História Antiga. Estudos em temáticas relevantes de História Antiga.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos leituras e reflexões sobre a produção historiográfica mais recente sobre a História Antiga, suas temáticas, abordagens e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos de História Medieval
CRÉDITOS:	4
Carga Horária Teórica:	60
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudos de temas e problemas no campo da História Medieval. Estudos em temáticas relevantes de História Medieval.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos leituras e reflexões sobre a produção historiográfica mais recente sobre a História Medieval, suas temáticas, abordagens e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos de História do Brasil
CRÉDITOS:	4
Carga Horária Teórica:	60
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudos de temas e problemas no campo da História do Brasil. Estudos em temáticas relevantes de História do Brasil.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos leituras e reflexões sobre a produção historiográfica mais recente sobre a História do Brasil, suas temáticas, abordagens e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos de História Moderna
CRÉDITOS:	4
Carga Horária Teórica:	60
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudos de temas e problemas no campo da História Moderna. Estudos em temáticas relevantes de História Moderna.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos leituras e reflexões sobre a produção historiográfica mais recente sobre a História Moderna, suas temáticas, abordagens e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos de História América
CRÉDITOS:	4
Carga Horária Teórica:	60
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudos de temas e problemas no campo da História América. Estudos em temáticas relevantes de História América.

OBJETIVOS:

Possibilitar aos alunos leituras e reflexões sobre a produção historiográfica mais recente sobre a História América, suas temáticas, abordagens e procedimentos.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Tópicos da História da África
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Reflexões sobre História da África, numa perspectiva dos diversos olhares historiográficos, O conhecimento produzido pela historiografia africana. De uma forma geral, As formações estatais, trafico árabe e atlântico, trajetórias coloniais, movimentos de independência, apartheid e ensino de história da África.

OBJETIVOS:

Desenvolver a compreensão que a história da África faz parte da história da Humanidade e precisa estar presente nos currículos dos diferentes níveis de ensino, não apenas na disciplina de Historia da África, mas nas reflexões gerais das relações sociais, políticas, culturais e econômicas; Aguçar debates referentes da história da África de uma perspectiva difusionista e a partir da própria lógica interna das organizações sociais e políticas das sociedades africanas; observar a importância do entendimento da história da África para a explicação a formação identitária do Brasil; apresentar materiais didáticos e paradidáticos que trabalham com história da África.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra, história e civilizações**. Salvador: UFBA, Casa das Áfricas, 2009.
M'BOKOLO, Elikia. **África negra, história e civilizações no século XX**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
SILVA, Alberto da Costa e Silva. **A manilha e o libambo a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, FBN, 2002, 79-132.
SERRANO, Carlos e WALDMAN, Maurício. **Memória d'Africa, a temática Africana em sala de aula.** São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAW, Robin. **A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos. Afro-Ásia,** 27, 2002, 41-78.
OLIVER, Roland. **A experiência Africana, da pré História aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

TORGAL, Luís Reis, PIMENTA, Fernando Tavares, SOUSA, Julião Soares (orgs) **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
HENRIQUES, Isabel de Castro. As outras africanas: as reais e as inventadas. In: **Os pilares da diferença. Relações Portugal–África, sec XV-XX**. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
----------; **A Herança Africana em Portugal**. Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2009.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História e Sociologia
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática:
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A história da sociologia. História e Sociologia. Perspectivas Sociológicas.

OBJETIVOS:

Apresentar alguns paradigmas sociológicos de grande relevância para a historiografia; Compreender o tipo de relação que pode haver entre os métodos sociológico e histórico; Analisar as principais teorias sociológicas que afetam a historiografia; Analisar os limites e a divisão de tarefas entre história e sociologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Cia Nacional, 2006.
ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
GOLDMAN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia?** São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.
MARX, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
WEBER, Max**. Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
BERGER, Peter. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. São Paulo: Vozes, 2011.
BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectivas, 1987.
ELIAS, Norbert.**O processo civilizador. Uma história dos costumes.**Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** São Paulo: UnB, 2004.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA: História da Arte
CRÉDITOS: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: 00
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Arte e História. Arte e Cultura. Arte como Representação. As concepções da arte e as principais tendências artísticas. Elementos e conceitos básicos para a compreensão do fenômeno artístico no contexto cultural dos diferentes períodos históricos.

OBJETIVOS:

Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura;
Introduzir a estética e Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação;
Conhecer e discutir a relação entre arte e história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUMONT, J. **A imagem.** Campinas: Papirus, 1993
GOMBRICH, E. **História da Arte.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1994.
COLI, Jorge. **O que é arte.** São Paulo: Brasiliense: 1995.
MANGUEL, A. **Lendo Imagens.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARGAN, G. C. e FAGIOLO, M. **Guia de História da Arte.** Lisboa: Estampa, 1992
GOMBRICH, E. H. **Meditações sobre um cavalinho de pau.** São Paulo: EDUSP, 1999
JOLY, M. **Introdução à Análise da Imagem.** Campinas: Papirus, 2002
PESAVENTO, Sandra J. (Org.) **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.
CASTRO, Manuel Antônio (org) **A Arte em Questão:** As Questões da Arte. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA: História e Literatura
CRÉDITOS: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática: 00
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Estudo das relações entre a história e a literatura. A obra literária enquanto fonte histórica. Interfaces entre Literatura e Historiografia, na perspectiva da pesquisa historiográfica, tendo como documento o texto literário em suas manifestações sociais e culturais. Investiga o estudo das relações entre a literatura e o processo histórico, cultural e social; a historicidade do discurso literário; a mimésis literária e interpretação da história. Concebendo-se os discursos literário e histórico como representações.

OBJETIVOS:

Identificar as relações entre história e literatura
Analisar a literatura como fonte histórica
Compreender o discurso literário como histórico e como representação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** São Paulo: EDUSP, 1996, p.107-116.
DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano v.1.** Petrópolis: Vozes, 1994.
LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAJOLO, Marisa**. A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1995.
BURKE, Peter. **A Escrita da História.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991
CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo, Editora Unesp, 2004
DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA:	História e Religião
CRÉDITOS:	4
Carga Horária Teórica: 60	
Carga Horária Prática:	
Carga Horária Total: 60	

EMENTA:

Estudo dos modos de percepção e abordagem do fenômeno religioso enquanto objeto da História. A constituição de uma História Religiosa a partir da trajetória dos Annales. A configuração de uma História Cultural da Religião e das religiosidades a partir dos diálogos entre História e Antropologia. Religião e experiência religiosa a partir da nova história social. Análise das dimensões constitutivas do fenômeno religioso, enquanto construções históricas, sociais e culturais. Análise das dimensões constitutivas do fenômeno religioso, enquanto construções históricas, sociais e culturais. Os usos da história no entendimento do fenômeno religioso.

OBJETIVOS:

Compreender a história das principais manifestações religiosas presentes na sociedade.
Visitar alternativas teórico-epistemológicas da problemática religiosa implicadas na operação com fontes históricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMSTRONG, K. **Uma história de Deus** – *Quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo.* São Paulo: Companhia das Letras 1994.
DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.
ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASHERI, M. **O judaísmo vivo** – *As tradições e as leis dos judeus praticantes.* Rio de Janeiro: Imago, 1995.
BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.
DELUMEAU, J. **As grandes religiões do mundo.** Lisboa: Editorial Presença, 1997.
ELIADE, Mircea. **História das crenças e das idéias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978-1984, Tomos I a III.
SIMÕES JORGE, J. **Cultura religiosa –** *O homem e o fenômeno religioso.* São Paulo: Loyola, 1994.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História e Cinema
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 45
Carga Horária Prática: 15
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Introdução à História do Cinema Mundial. O Cinema como agente da História, documento historiográfico e como meio para a representação da História. O Cinema em suas relações com a Técnica, Indústria e a Arte. Cinema, Estética e Linguagem.

OBJETIVOS:

Criar elementos para a reflexão teórica sobre o cinema e compreendê-lo em seus aspectos históricos, culturais e estéticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAZIN, André. **O cinema**: ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1991.
CAPELATO, Maria Helena...[et al]. **História e cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.
CARNES, Mark C. (org.). **Passado imperfeito: a história no cinema.** Rio de Janeiro: Record, 1997.
MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2008.
NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). **Cinematógrafo***:* um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRÜNEWALD, José Lino. **Um filme é um filme**: o cinema de vanguarda dos anos 60. Org. de Ruy Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 1997.
MERTEN, Luiz Carlos. **Cinema**: entre a realidade e o artifício. 2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2007.
ROCHA, Glauber. **O Século do Cinema**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
VASCONCELLOS, Jorge. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História e Cultura
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática:
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

As vertentes teóricas e elementos metodológicos da abordagem historiográfica da cultura. A História e o debate teórico acerca do conceito de cultura. O campo cultural como dimensão da operação histórica: reflexão teórica, problemas e produção historiográfica. História e os conceitos de cultura. Cultura e multidisciplinaridade. Relações entre a produção historiográfica e os fenômenos culturais.

OBJETIVOS:

Conhecer os diversos conceitos de cultura. Conhecer produções historiográficas culturais
Perceber como se dá o uso das fontes a partir do campo cultural.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
BURKE, Peter (org.). **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992.
CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa, Portugal: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Michel. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo/Brasília: HUCITEC/Edunb, 1987.
BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EUFMG, 2003.
CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas; estratégias para entrar e sair**

da modernidade. (trad.) São Paulo: EdUSP, 2000.
GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas sinais; morfologia e história.** (trad.) São Paulo: Companhia das Letras,1989.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: História e Antropologia
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática:
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

Introdução às teorias antropológicas. Estuda os sistemas de representação e sistemas simbólicos. As tendências do pensamento antropológico contemporâneo. As Contribuições da Antropologia para os estudos na área de História. Análise da relação antropologia/história na perspectiva de diferentes autores e/ou na abordagem de diferentes temáticas.

OBJETIVOS:

Estudar as diversas correntes de pensamento antropológico, direcionando-se para aquelas que relacionam Antropologia e História; Compreender temas diferenciados da Antropologia; Conhecer como a antropologia pode colaborar no conhecimento histórico.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Educação, Pluralidade e Diversidade Cultural
Créditos: 04
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática:
Carga Horária Total: 60

EMENTA:

A prática educativa considerando conhecimentos sobre: a construção da Identidade étnica; Etnia e o processo escolar; a escola e a diversidade; relações raciais na escola e respeito à pluralidade. As diversidades culturais do país. Diferentes abordagens referenciadas a diferentes áreas de conhecimento Realizar leitura crítica do Tema Transversal Pluralidade Cultural dos PCNs e a da bibliografia que o embasa. Desenvolver metodologias de aplicabilidade do Tema Transversal Pluralidade Cultural dos PCNs.

OBJETIVOS:

Propiciar a problematização das contradições, limites e as possibilidades contidas nas práticas docentes para uma perspectiva de valorização da diversidade cultural e a negação dos estereótipos a ela relacionados.
Promover debates em torno da compreensão de concepções e tendências voltadas a prática pedagógica dos docentes, constituídas a partir da prática social e pensamento contemporâneo liberto do preconceito ao diferente.
Favorecer a reflexão dirigida ao contexto escolar, identificando e analisando conceitos estereotipados das diferenças étnico raciais;
Analisar situações concretas e significados que impedem a reformulação de visões preconceituosas a respeito dos segmentos étnico-raciais;
Propiciar a educação a partir da valorização de um currículo plural, multirracial e multidisciplinar com significações sem estereotipia.

BIBLIOGRAFIA:

A bibliografia será sugerida e apresentada pelo docente responsável conforme a temática a ser trabalhada no semestre letivo.

EMENTÁRIO DE DISCIPLINAS

NOME DA DISCIPLINA: Patrimônio Cultural
CRÉDITOS: 4
Carga Horária Teórica: 60
Carga Horária Prática:
Carga Horária Total: 60
Pré-Requisito: Optativa

EMENTA:

Os conceitos e as definições de patrimônio cultural e das memórias e as suas interfaces com o turismo, o meio ambiente e as paisagens. Os vários tipos de acervos e as modalidades de guarda, preservação e uso dos bens patrimoniais. As várias esferas do patrimônio, desde os âmbitos municipais, estaduais e nacionais, até a sua abrangente internacional ou mundial, através da UNESCO.

OBJETIVOS:

Discutir os vários aspectos do patrimônio cultural e memórias coletivas, bem como suas interfaces: turismo, meio ambiente e paisagens, bem como os vários aspectos de relacionados à preservação: tombamento, restauro, revitalização e uso para fins econômicos. Discutir, enfim, os vários tipos e/ou modalidades de acervos, incluindo os digitalizados e/ou virtuais em geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2, ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**; tradução de José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros. 3. ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2004
FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed., São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1 (Memória-História). Porto (Portugal): Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.
LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.
LEMOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura.** 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).
LEITE, Mirian Moreira. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. 3. ed., São Paulo: Edusp, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. As leituras da memória: a cidade imaginária de um cronista do sul brasileiro (Antônio Álvares Pereira18 Coruja e a Porto Alegre do início do século XIX). **Revista Anos 90**, nº 14. Porto Alegre, dez. 2000, pp. 47-60.

ZANIRATO, Sílvia Helena. As políticas de preservação e de usufruto do patrimônio cultural: o centro histórico de Salvador, como um estudo de caso. **Pós-História**/Revista de Pós- Graduação em História da UNESP/Assis, vol. 10, 2002, pp. 161-180.

5 – ESTRUTURA FÍSICA

5.1 – Laboratórios

O curso de História do campus de Porto Nacional conta com os espaços físicos que abrigam os seus núcleos de pesquisas (NEAI, NEAB-TO, NEDIG e NEUCIDADES) e o seu Laboratório de Documentação Histórica.

5.2 – Biblioteca

Localizada num prédio específico de 493,5 m2, a biblioteca conta com acervo atualizado, tanto em livros de pesquisa como em periódicos, um acervo de vídeos, microfilmes, Cd's e DVD's. Possui uma sala de 93,84 m2 de estudos em grupo e uma área de 81,88 m2 de salas de estudos individuais, ambas com ar condicionado. A área do acervo ocupa 217,5 m2 e possui ar condicionado para melhor conservação do material.

Para organização e atendimento existem sete técnicos administrativos e uma bibliotecária. Além da assinatura do Jornal do Tocantins, a biblioteca do *Campus* de Porto Nacional possui 17.634 livros, distribuídos do seguinte modo:

- Livros da área de Educação: 1551 exemplares;
- Livros da área de História: 200 exemplares;
- Livros de diversos temas: 4824 exemplares;
- Periódicos: 1045 títulos e 4882 volumes;
- Enciclopédias: 321 exemplares;
- Obras de referência geral como dicionários: 368 exemplares;
- Atlas: 90 exemplares;
- CD's: 133 unidades;
- DVD's: 49 unidades;
- Microfilmes: 26 unidades;
- fitas de vídeo: 200 unidades.

Todos estes materiais podem ser retirados por alunos ou professores. E a atualização do acervo bibliográfico é realizada periodicamente de acordo com solicitações dos professores. Atualmente, a biblioteca do

Campus de Porto Nacional está em fase de informatização, após a qual, o acervo poderá ser consultado via *internet*.

5.3 – Área de Lazer e Circulação

O campus de Porto Nacional conta atualmente com uma lanchonete para a utilização de sua comunidade universitária, está sendo construída e em breve estará à disposição do público uma cantina com maior espaço físico, que contará com o serviço de refeições, e um espaço para a convivência das pessoas que permanecem um maior número de horas no interior do campus. O bloco de ensino III conta com banheiros servidos de chuveiros.

O campus conta com uma grande área verde, que serve de moradia para diversificado conjunto de fauna silvestre. A partir do Plano Diretor do campus de Porto nacional espera-se que a sua expansão física possa se pautar no necessário equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando o meio ambiente. O campus conta também com coleta seletiva de resíduos sólidos, ainda que esse expediente necessite passar por um maior aprimoramento logístico.

5.4 – Recursos Audiovisuais

Em termos de equipamentos e recursos audiovisuais o curso de História do campus de Porto Nacional conta com:

✓02 microcomputadores para o uso da coordenação de curso;
✓02 notebooks;
✓03 datas shows;
✓01 microfone sem fio;
✓01 aparelho de som.

O campus de Porto Nacional conta com uma sala para exibição de vídeos, aparelhos de projeção de slides, retroprojetores, datas shows que podem ser utilizados pelo curso de História.

Os núcleos de pesquisas ligados ao curso de História contam igualmente com diversos equipamentos e recursos áudio visuais que podem ser utilizados pelo curso em um todo.

5.5 - Acessibilidade para Portadores de Necessidade Especiais

Basicamente, o campus de Porto Nacional atende parcialmente as exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos, se limitando a reserva de duas vagas nos estacionamentos do campus e a uma rampa de acesso ao bloco da administração. No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT e conseqüentemente o campus de Porto Nacional vêm cumprindo as exigências previstas em lei para os portadores de necessidades especiais.

5.6 - Sala da Direção do campus e Coordenação do Curso

A sala da Direção do c*ampus* de Porto Nacional está localizada no bloco da administração, conforme item 3.17.1 deste PPC e conta com uma estrutura mínima adequada a permanência de seus sucessivos gestores, a saber: uma ante-sala para a recepção de visitantes, permanência de secretárias, estagiários, central de telefonia e fax, uma sala independente para a permanência da secretaria executiva do campus e uma sala exclusiva e isolada para a permanência do diretor do campus, capaz de acolher reuniões de pequeno porte. Toda essa estrutura tem a disposição serviço de Internet de banda larga.

A sala da coordenação do curso de História do campus de Porto Nacional está localizada no bloco das coordenações de curso, igualmente no item 3.17.1 deste PPC e conta com uma estrutura mínima, não isolada e inadequada para permanência do coordenador de curso, secretaria do curso e eventuais estagiários, sendo que existem sinalizações no Conselho Diretor de no processo de expansão física do campus as salas das coordenações do

curso serão mais bem estruturadas. Contam com serviço de Internet de banda larga, scanner e telefonia fixa.

6 – ANEXOS

ANEXO I - REGIMENTO DO CONSELHO DIRETOR DO CAMPUS DE PORTO NACIONAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)
N° 04/2005[1]

Aprova a criação do Regimento Interno do Conselho Diretor do Campus Universitário de Porto Nacional.

O Egrégio Conselho Universitário – CONSUNI, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 18 de maio de 2005, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, observando o disposto no inciso V, do art. 4º do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação do Regimento Interno do Conselho Diretor do *Campus* Universitário de Porto Nacional, conforme exposto a seguir:

TÍTULO I
Das Funções

Art. 2º - O presente regimento disciplina os aspectos de organização e funcionamento do Conselho Diretor do *Campus* Universitário de Porto Nacional – UFT.

Art. 3º - O Conselho Diretor é o órgão máximo consultivo e deliberativo do Campus Universitário de Porto Nacional para definir a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral do *Campus*, em conformidade com as diretrizes gerais da UFT.

CAPÍTULO I
Da Composição

Art. 4º - O Conselho Diretor compõe-se:

[1]Alterada pela Resolução Consuni n° 10/2007

I – do Diretor de Campus, como seu Presidente;

II – dos Coordenadores de Curso de Graduação e de Pós-Graduação *strictu sensu* **(inciso alterado pela Resolução Consuni n° 10/2007)**;

III – de um representante da categoria docente, eleito por seus pares;

IV – de um representante da categoria dos servidores técnico-administrativos, eleito por seus pares;

V – de um representante da categoria discente de cada Curso de Graduação e de Pós-Graduação *strictu sensu*, eleitos por seus pares, em consonância com o Estatuto Interno do Centro Acadêmico e com o Regulamento do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu*,respectivamente **(inciso alterado pela Resolução Consuni n° 10/2007)**.

Parágrafo único – Os mandatos previstos nos incisos III, IV, e V terão a duração de 2 (dois) anos, na forma do Parágrafo 2º do Art. 12 do Estatuto da Fundação Universidade do Tocantins – UFT.

Art. 5º - Compete ao Conselho Diretor:

I – coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade, eficiência, eficácia, efetividade e relevância do ensino, da pesquisa, da extensão e dos assuntos comunitários;

II – encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;

III – tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Diretor de *Campus* sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo e encaminhá-lo para apreciação dos colegiados;

IV – encaminhar o nome do Diretor de *Campus* eleito pela comunidade universitária, para nomeação pelo Reitor;

V – solicitar, fundamentadamente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Diretor de *Campus*, Coordenador de Curso e demais cargos comissionados, antes de findos os seus mandatos;

VI – elaborar e modificar o Regimento do *Campu*s para aprovação final pelo Conselho Universitário, após discussão da matéria pelos colegiados;

VII – zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino e técnicos administrativos;

VIII – propor a criação de vagas para novos docentes e funcionários técnicos administrativos;

IX – adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente e técnicos administrativos;

X – implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação qualitativa e quantitativa da carga horária docente e dos demais funcionários, referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo de servidores do *Campus*;

XI – organizar as comissões julgadoras de servidores do *Campus* dos concursos para provimento dos cargos de professores;

XII – propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;

XIII – atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;

XIV – adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa, que julgar aconselháveis para o bom andamento dos seus trabalhos;

XV – elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Curso;

XVI – sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Curso para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVII – fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVIII – propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIX – endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;

XX – emitir parecer em assunto de sua competência;

XXI – exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 6º – O Plenário é a reunião dos conselheiros na forma prescrita por este Regimento, investido dos poderes e atribuições conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, pela Legislação do Ensino Superior e pela Constituição Federal.

Art. 7º – O(a) Secretário(a) do Conselho Diretor será o(a) Secretário(a) da Direção do *Campus* Universitário de Porto Nacional.

Art. 8º – O Conselho Diretor poderá criar comissões especiais sempre que for necessária a investigação ou solução de fato ou assunto determinado.

CAPÍTULO II
Da Tramitação dos Processos

Art. 9º – Os pedidos, pretensões ou requerimentos endereçados ao Conselho Diretor, ou que abranjam matéria da sua competência, deverão receber a forma de processo.

§1º – O despacho inicial será do Diretor de *Campus* que instruirá o Conselho, uma vez verificada a atinência do mesmo com as matérias de sua alçada.

§2º – O Diretor de *Campus*, após seu despacho, incluirá o processo na ordem do dia da primeira sessão seguinte, juntamente com as demais matérias a serem submetidas ao Conselho Diretor.

Art. 10 – Os despachos do Conselho Diretor, sempre que possível, terão redação livre, sendo, porém, objetivos e conclusivos.

Parágrafo único – As deliberações do Conselho Diretor, quando se fizer necessário, serão expressas por Resolução.

Art. 11 – A autuação, certidões, minutas e atas de procedimento ficarão a cargo do(a) Secretário(a) do Conselho Diretor.

CAPÍTULO III
Do Funcionamento do Conselho

SEÇÃO I
Da Convocação e Instalação da Sessão

Art. 12 – A reunião do Conselho Diretor será convocada pelo Diretor de *Campus* ou pelo seu substituto.

Art. 13 – A reunião do Conselho Diretor será presidida pelo Diretor de *Campus* ou pelo seu substituto.

Parágrafo único – Nas faltas e impedimentos do Diretor de *Campus*, o Conselho será presidido pelo substituto eleito pelo Conselho Diretor do *Campus*.

Art. 14 – Para a abertura da sessão haverá necessidade da presença da maioria simples dos membros do Conselho Diretor.

Art. 15 – As deliberações do Conselho Diretor serão por maioria simples de votos, excetuando as hipóteses previstas na alínea “a” do Art. 34 e no Art. 39.

Art. 16 – O Conselho Diretor deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor de *Campus* ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Parágrafo único – As sessões serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo urgência, através de notificação escrita, da qual constará a pauta da sessão.

Art. 17 – Será obrigatório, preterindo a qualquer outra atividade universitária do *Campus*, o comparecimento à reunião do Conselho Diretor.

Parágrafo único – A ausência a três reuniões consecutivas ou quatro alternadas sem justificativa implicará na perda do direito de voto.

SEÇÃO II
Da Realização das Reuniões

Art. 18 – As reuniões do Conselho Diretor serão realizadas em local previamente estabelecido.

Parágrafo único – As reuniões serão abertas e somente terão direito à voz e voto membros do Conselho, exceto quando o direito da palavra for aprovado pelo Plenário.

SEÇÃO III
Da Sessão do Conselho Diretor

Art. 19 – Na hora regimental, verificada a presença dos Conselheiros em número legal (maioria simples), o Presidente declarará abertos os trabalhos da sessão.

Art. 20 – Após a abertura da sessão, o Presidente determinará ao(à) Secretário(a) da Sessão a leitura da pauta.

Art. 21 – A seqüência dos trabalhos será a seguinte:
I – comunicação e apreciação da pauta;
II – apreciação e aprovação da ata da sessão anterior;
III – discussão e votação da matéria constante da pauta;
IV – apreciação de moções, propostas ou requerimentos supervenientes;
V – explicações pessoais.

Art. 22 – A pauta será discutida e votada item por item, sucessivamente.

Art. 23 – O Conselho Diretor, por maioria simples, poderá decidir a inversão da pauta ou alteração da escala dos itens, conforme as necessidades do momento.

Art. 24 – Qualquer manifestação despertada pelo conhecimento do expediente deverá assumir a forma de proposta, moção ou requerimento escrito, os quais serão apreciados depois de esgotada a pauta.

Art. 25 – A ata ou minuta da sessão será elaborada pelo(a) Secretário(a) da Direção do *Campus*, que assinará em conjunto com o Diretor de *Campus*, como Presidente do Conselho Diretor e Conselheiros presentes à sessão, inclusive no caso de falta de quórum, dela constando os nomes dos membros que compareceram.

Art. 26 – As moções, propostas e requerimentos, a fim de melhorar o rendimento da sessão, seguirão estilo preciso e conciso.

Art. 27 – Nas explicações pessoais, o Conselho poderá manifestar-se sobre qualquer tema de seu interesse individual pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos, improrrogáveis, guardados o decoro e as normas da convivência cordial.

Art. 28 – O período de duração das sessões será de no máximo 03 (três) horas, admitindo-se sua prorrogação, em caráter excepcional, a critério dos conselheiros, por tempo não excedente a 30 (trinta) minutos.

Parágrafo único – Quando não esgotados os assuntos em pauta, a sessão prosseguirá em data e horário definidos pelos conselheiros presentes, independentemente de nova convocação.

Art. 29 – Os processos submetidos ao Conselho Diretor serão colocados em julgamento.

Parágrafo único – Cada Conselheiro poderá intervir na discussão durante 10 (dez) minutos improrrogáveis.

Art. 30 – O presidente da sessão, após declarar encerrada a discussão, tomará os votos dos Conselheiros, que serão anotados pelo(a) Secretário(a).

§1º – Ao votar, o Conselheiro limitar-se-á a emitir sua declaração conclusiva sobre o ponto em votação, sendo dispensadas as exposições de motivos.

§2º – Assegura-se ao Conselheiro votante o direito de efetuar declaração de voto por escrito, a qual será apresentada durante o transcurso da própria sessão.

§3º – Ao final das votações, o Presidente da sessão proclamará o resultado e ditará a ementa da decisão ao(à) Secretário(a).

§4º – O presidente da sessão terá direito de voto, inclusive o de qualidade.

Art. 31 – Qualquer conselheiro poderá, a qualquer momento, pedir a palavra pela ordem, a fim de solicitar esclarecimentos ao relator.

Art. 32 – Nenhum membro participante da sessão poderá intervir, provocando discussões paralelas.

§1º – O Conselho poderá decidir pelo julgamento de processo em regime de urgência, hipótese em que poderá ser concedida vistas ao processo na própria sessão.

§2º – O tempo máximo para pedido de vistas será de 30 (trinta) minutos, prorrogável por igual tempo.

§3º – Esgotado o prazo determinado pelo Conselho para a concessão de vistas, prosseguir-se-ão, normalmente, os trabalhos da reunião.

Art. 33 – Todo Conselheiro goza do direito de requerer vistas do processo, caso não se julgar habilitado a proferir o seu voto.

Parágrafo único – A concessão de vistas aos autos será apreciada e julgada pelos Conselheiros presentes na sessão. Caso seja concedido vistas, os autos deverão ir a julgamento, na sessão seguinte, impreterivelmente, exceto nos casos de urgência.

Art. 34 – A votação será simbólica ou nominal, pública ou secreta, na forma deste Regimento.

§1º – A votação simbólica será regra geral.

§2º – A votação nominal será tomada em casos de dúvidas ou a requerimento de algum Conselheiro, se aprovado pelo Conselho;

§3º – A votação será secreta nos seguintes casos:

a) Decisão sobre a destituição de servidores que ocupam cargos remunerados;

b) Quando o Conselho julgar necessário.

Art. 35 – Quando a votação for secreta, o Presidente da sessão providenciará o fornecimento de cédulas, organizará a recepção dos votos e coordenará a apuração.

Art. 36 – Os recursos serão interpostos para o Conselho Diretor quando as decisões dos Colegiados de Curso não contemplarem as partes interessadas.

Art. 37 – Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou ao Conselho Universitário.

Art. 38 – Os apartes dependerão do consentimento do orador.

Art. 39 – Exclusivamente pelos votos de 2/3 (dois terços) do Conselho Diretor poderá ser revisto, total ou parcialmente, o presente Regimento.

Art. 40 – O presente Regimento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Palmas, 18 de maio de 2005.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

ANEXO II – REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA DO CAMPUS DE PORTO NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus de Porto Nacional
Colegiado do Curso de História

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA INTRODUÇÃO

Art. 1º - O presente Regimento disciplina o funcionamento do Colegiado do Curso de História do *Campus* de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º - O Colegiado de Curso de História é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade acompanhar a implementação e a execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - A administração do Curso de História do *Campus* de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;
II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;
III - Órgãos de Apoio Acadêmico:
1. Coordenação de Estágio do Curso;
2. Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

IV - Órgão de Apoio Administrativo:
1. Secretaria do curso;
2. Estagiários do curso.

CAPÍTULO III
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º - O Colegiado do Curso de História é constituído por:

I - Coordenador de Curso, sendo seu presidente;
II - Docentes efetivos do curso;
III - Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso **(conforme o Artigo de nº 36 do Regimento Geral da UFT).**

CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA

Art. 5º - São competências do Colegiado de Curso, **conforme o Artigo de nº 37 do Regimento Geral da UFT:**

I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;
II - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;
III - Estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
IV - Opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;
V - Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
VI - Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;
VII - Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
VIII - Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
IX - Propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
X - Eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
XI - Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com 48 horas de antecedência, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;
§ 2º - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 horas, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;
§ 3º - Não havendo quórum deliberativo uma nova reunião em caráter extraordinário deverá ser convocada dentro das 24 horas subseqüentes;
§ 4º - As inclusões de pauta deverão ser encaminhadas por escrito ou via correio eletrônico até 24 horas anteriores à convocação das reuniões ordinárias;
§ 5º - Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de *quórum* e de voto serão considerados apenas os professores em pleno exercício de suas atividades acadêmicas;
§ 6º - No início das reuniões colegiadas deverá ser estipulada uma duração para o seu término, em caso do não esgotamento de sua pauta esta deverá ser apreciada em reunião posterior;
§ 7º - Terão poder de voz e voto todos os membros efetivos;
§ 8º - Os membros substitutos, voluntários e não efetivos terão somente direito à voz;
§ 9º - Os representantes discentes legalmente indicados pelos seus pares terão direito à voz e voto na proporcionalidade de 20% do quadro docente efetivo;
§ 10º - Os discentes regularmente matriculados que optarem por participar das reuniões terão direito a voz desde que a palavra seja concedida pela plenária;
§ 11º - Os informes deverão ser breves e objetivos e não poderão ultrapassar o tempo total de 30 minutos;
§ 12º - Para efeito de facilitar a confecção das Atas, as reuniões colegiadas poderão ser gravadas em equipamentos patrimoniados na Universidade Federal do Tocantins, sendo que tão logo se proceda à consulta das fitas, as mesmas deverão ser apagadas e esse procedimento será de inteira responsabilidade do Coordenador de Curso.

Art. 7º - O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões tem prioridade sobre todas as demais atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as ausências nas Reuniões Colegiadas deverão ser prévia e oficialmente comunicadas e justificadas.

§ 1º - As ausências justificadas dos membros docentes efetivos deverão ser apreciadas pelo colegiado que será soberano na decisão sobre o abono ou não das mesmas;
§ 2º - A ausência não justificada dos membros docentes efetivos em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, tanto ordinárias quanto extraordinárias, acarretará na perda do direito de votar e ser votado durante o

semestre e de ser apreciada toda demanda que requeira financiamento da instituição;
§ 3º - Nos demais casos observar-se-á a Seção IV do Regime Disciplinar do Regimento Geral da UFT;
§ 4º - Em conformidade com o Artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do colegiado pode ser advertido pelo Coordenador do Curso caso desrespeite ao mesmo e aos demais membros do Colegiado com ofensas de natureza ética, moral, racial ou sexual.

CAPÍTULO VI
DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8º - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Artigo 32 do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º - Caberá ao Coordenador do Curso a indicação de um Coordenador Interino para substituí-lo em suas ausências justificadas;

§ 2º - Em reuniões deliberativas, além de seu voto, o Coordenador de Curso, em caso de empate, terá também o voto de qualidade;

Art. 9º - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do Estágio Supervisionado;
II - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do TCC;
III - Convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
IV - Designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
V - Executar dentro de suas atribuições legais, “ad referendum” do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII
DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 - À Secretaria, órgão executor dos serviços administrativos, compete:

I - Encarregar-se do atendimento junto à Coordenação;
II - Auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
III - Instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador e demais membros do Colegiado;

IV - Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
V - Elaborar e enviar a convocação aos membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência das reuniões ordinárias e 24 (vinte e quatro) horas das reuniões extraordinárias;
VI - Secretariar as reuniões do Colegiado;
VII - Redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
VIII - Manter o controle atualizado de todos os processos;
IX - Manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
X - Auxiliar as atividades dos coordenadores de TCC e coordenadores e professores do Estágio Supervisionado;
XI - Manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
XII - Executar outras atividades inerentes à área.

CAPÍTULO VIII
DO REGIME DIDÁTICO

Seção I
Do Currículo Do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de História reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso – PCC –, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

Art. 12 - O currículo pleno envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso será proposto pelo Colegiado de Curso;

§ 1º - A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias;

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e da legislação de Educação Superior Brasileira;

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT;

Art. 16 - Em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT é assegurado ao aluno o direito de vistas e à revisão de prova ou tarefa escrita e este procedimento deverá ser feito de acordo com o Calendário Acadêmico do semestre vigente.

§ 1º - A revisão de nota da prova escrita, quando solicitada pelos discentes, será analisada pelo professor da respectiva disciplina, que deverá emitir seu parecer por escrito;
§ 2º - Caso não aceito pelo discente, a revisão de nota da prova escrita, será solicitada à Coordenação do Curso que encaminhará para apreciação do Colegiado;
§ 3º - O Colegiado irá constituir uma Comissão com três professores das áreas afins, sendo o professor titular e mais dois para a avaliação final;
§ 4º - As provas e trabalhos escritos que não forem finais serão analisados pelo professor, devendo este emitir parecer. Os discentes não satisfeitos com este parecer deverão encaminhar o pedido à Coordenação do Curso que encaminhará às instâncias superiores ou dará parecer conclusivo sobre o caso;
§ 5º - A constatação pelo docente de irregularidades em quaisquer espécies e natureza de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito do curso de História será motivo de anulação de suas respectivas notas e aproveitamentos obtidos e aplicação das normas previstas no Regimento Geral da UFT.

Seção II
Da Oferta de Disciplinas

Art. 17 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do Planejamento Semestral e aprovada pelo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico. Em caso da mesma disciplina ser pleiteada por mais de um docente aplicam-se os critérios excludentes conforme a ordem abaixo discriminada.

1) Área de concurso do docente e de sua atuação na UFT;
2) Tempo de experiência docente na UFT na área em que se insere a(s) disciplina(s);
3) Produção na área da disciplina, via Currículo Lattes e por critérios estabelecidos pela CAPES;
4) Maior titulação;
5) Maior tempo de trabalho na UFT;
6) Docente com maior idade.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 19 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Porto Nacional-TO, 15 de Abril de 2010

ANEXO III – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus de Porto Nacional
Colegiado do Curso de História

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TCC

REGULAMENTO E NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Porto Nacional-TO
Fevereiro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
Campus de Porto Nacional
Colegiado do Curso de História

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TCC

REGULAMENTO E NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

Aprovado em Reunião Extraordinária do Colegiado de História em outubro de 2007 e posteriormente alterado em Reunião de Planejamento do Curso de História em fevereiro de 2009.

Porto Nacional-TO
Fevereiro de 2009.

Universidade Federal do Tocantins
Campus de Porto Nacional

Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral
Coordenador de Curso

Profª Drª Ana Lucia Gomes Muniz
Coordenadora do TCC

Profª Drª Marina Haizenreder Ertzogue
Metodologia Científica

Samuel Pimenta de Aguiar
Secretário de Curso

Monitor
(aguarda seleção PIM/2009)

1. Apresentação

O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) é um pré-requisito fundamental para a integralização curricular dos alunos de Licenciatura em História. O TCC foi instituído como disciplina obrigatória na estrutura curricular do Curso de História em 2001 e como tal foi oferecida pela primeira vez no 2º semestre de 2004. No final do 1º semestre de 2005 foram defendidos em banca os primeiros trabalhos de conclusão de curso.

A realização do TCC, como atividade acadêmica de graduação obrigatória, objetiva estimular a produção de pesquisa científica nas áreas específicas da História, assim como a reflexão e o aprofundamento dos conhecimentos incorporados ao longo da graduação. A opção pela produção de artigo científico ao invés da tradicional monografia reflete a intenção de oferecer aos alunos a experiência da produção de texto objetivando futuras publicações. Também a apresentação de Projeto de Pesquisa como atividade que integra o TCC busca proporcionar a importante experiência que é a elaboração de um projeto de caráter científico, a primeira "iniciação científica" para muitos alunos. Experiência a partir da qual se projeta continuidade no âmbito da pós-graduação.

2. Estrutura e Regulamento

As atividades do TCC são desenvolvidas por um conjunto de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes e é formado pelo Coordenador do TCC, Professor de Metodologia/Métodos, Professor do TCC, Secretário de Curso, e Monitores.

Para tal, serão utilizados espaços físicos específicos do Campus de Porto Nacional, tais como Sala de Aula, Coordenação de Curso, Núcleos de Pesquisa, Salas de Permanência de Docentes (orientadores de TCC), Biblioteca e Laboratórios.

3. Coordenação

O Coordenador é o professor responsável pela supervisão das atividades burocrático-acadêmicas do TCC. É um elo de ligação entre os diversos setores que compõem o Curso e o Campus (secretaria acadêmica, biblioteca, núcleos, laboratórios etc.), facilitando e agilizando acessos e trâmites acadêmicos e administrativos. Cabe-lhe, junto à Coordenação do Curso, abrir e encerrar semestralmente o Edital de Inscrições para o TCC e tornar público este Regulamento, além de organizar e atender alunos e professores em plantões previamente definidos ao longo dos semestres letivos. O Coordenador será eleito em reunião de Colegiado e permanecerá na Coordenação por três semestres consecutivos.

Cabe ao Coordenador dirimir conflitos e buscar soluções para problemas que porventura surjam entre alunos e professores orientadores, desde que devidamente comunicado pelos mesmos. Em casos extremos, nos quais caiba a substituição de orientador, esta só poderá ocorrer observando-se o prazo para alterações fixado neste Regulamento e mediante a assinatura de

Termo de Desligamento (ver Anexo I) pelo professor orientador e de Termo de Aceite pelo novo orientador.

4. Professor do TCC e Cronograma das Atividades

A Disciplina de TCC tem carga horária de 60 horas-aula distribuídas em 18 encontros para os alunos matriculados no 8º período do Curso de História.

A **1ª aula** corresponde à apresentação do Regulamento de TCC, do Programa da Disciplina e do Plano de Trabalho a ser desenvolvido em dezoito aulas que serão registrados em Diário de Classe.

Nas **2ª, 3ª, 4ª e 5ª** aulas serão ministrados conteúdos referentes à metodologia da apresentação do trabalho de TCC que, em conformidade com o estabelecido pelo Projeto Pedagógico do Curso e deliberação do Colegiado do Curso, elegeu o artigo acadêmico fundamentado em pesquisa desenvolvida na área de interesse do aluno acompanhado pelo orientador. Nessas aulas serão ministrados conteúdos referentes às normas do trabalho acadêmico (Metodologia Científica) e à normalização atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como a formatação do artigo em modelo adequado às normas para publicação definidas pelas revistas científicas da área.

As **6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 16ª, 17ª e 18ª** aulas serão lançadas em Diário e referem-se às atividades propostas e desenvolvidas por orientadores e alunos de TCC. As datas serão fixadas pelos professores orientadores e antecipadamente informadas aos alunos mediante a apresentação de Cronograma ou Agenda de Atividades pelos orientadores, respeitando-se o Cronograma da Disciplina (ver Quadro abaixo). As referidas atividades devem ser desenvolvidas em 20 (vinte) horas, ao longo do semestre e correspondem à carga horária das acima referidas aulas. Estas aulas têm por objetivo garantir aos professores orientadores e alunos de TCC o tempo mínimo necessário para o acompanhamento e orientação dos trabalhos de conclusão de curso, em sua fase de finalização.

A **8ª** aula, denominada Laboratório de TCC, objetiva avaliar, por meio de uma simulação de defesa, a desenvoltura do estudante diante das argüições da banca, assim como o domínio do objeto de pesquisa nos aspectos correspondentes ao Projeto de Pesquisa (Justificativa, Objetivos, Métodos e Bibliografia).

As **11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª** aulas de TCC, denominadas Seminários de TCC visam integrar o aluno na pesquisa e promover a troca de conhecimento entre o grupo acadêmico, sem que haja, por parte do professor responsável pela disciplina qualquer interferência na orientação dos trabalhos, posto ser esta da responsabilidade dos diversos professores orientadores. Cabe ao professor da disciplina a divulgação e troca de experiências no exercício da pesquisa.

AULAS	DIA/MÊS	CONTEÚDO

1ª aula		Apresentação do Programa da Disciplina e Regulamento do TCC
2ª aula		Metodologia de apresentação do TCC (Metodologia Científica)
3ª aula		Metodologia de apresentação do TCC (Técnicas de Pesquisa)
4ª aula		Metodologia de apresentação do TCC (Normalização/ABNT)
5ª aula		Metodologia de apresentação do TCC (Forma e estrutura de artigo)
6ª aula		Orientação e Plantão de Apoio*
7ª aula		Orientação e Plantão de Apoio
8ª aula		Laboratório de Defesa de TCC e Banca Examinadora
9ª aula		Orientação e Plantão de Apoio
10ª aula		Orientação e Plantão de Apoio
11ª aula		Seminário de TCC – Metodologias e Pesquisas
12ª aula		Seminário de TCC – Metodologias e Pesquisas
13ª aula		Seminário de TCC – Metodologias e Pesquisas
14ª aula		Seminário de TCC – Metodologias e Pesquisas
15ª aula		Seminário de TCC – Metodologias e Pesquisas
16ª aula		Orientação e Plantão de Apoio
17ª aula		Orientação e Plantão de Apoio
18ª aula		Orientação e Plantão de Apoio

5. FREQÜÊNCIA DO ALUNO NA DISCIPLINA DE TCC

Na data fixada pela Coordenação para o depósito do TCC, o professor orientador deverá também entregar àquela um termo de freqüência (ver Anexo II). Os critérios para a avaliação da freqüência são:

Freqüência nos encontros	Porcentagem de freqüência	Avaliação
7 (sete)	100% de freqüência	Apto à defesa
Entre 6 (seis) e 4 (quatro)	75% de freqüência	Apto à defesa
Entre 3 (três) e 1 (um)	- de 50% de freqüência	Reprovação em freqüência no TCC

A emissão do Termo de Freqüência é de responsabilidade do orientador, resguardando-se a autonomia do mesmo na definição das datas, locais e horários de orientação. Entretanto, é direito do aluno ter conhecimento prévio das atividades propostas em Agenda ou Cronograma.

6. PROFESSOR DE METODOLOGIA/MÉTODOS (Programas das disciplinas de Metodologia e Métodos da História - Proposta do professor)

Cabe ressaltar que ambos professores, embora disponíveis para auxiliar os alunos em questões específicas das disciplinas, não são responsáveis pela metodologia/métodos/teorias aplicadas ao TCC, tarefa essa de responsabilidade do professor orientador, uma vez que são extremamente diversos os temas e especificidades de cada TCC.

7. SECRETÁRIO DE CURSO

Trata-se de elemento fundamental de apoio aos alunos e professores envolvidos no TCC em questões estritamente burocrático-administrativas.

8. MONITORES

Cabe ao monitor, além da participação ativa nas aulas de TCC, a organização e distribuição de textos, de acordo com o Programa da Disciplina; o apoio e organização dos alunos quando das pré-apresentações de TCC ainda não concluídos, bem como na ocasião da simulação de defesa com banca de avaliação.

9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

1) Requisito obrigatório para a integralização curricular da Licenciatura em História, deverá ser desenvolvido a partir do 6º semestre e concluído no 8º semestre letivo.

2) A inscrição para o TCC tem como pré-requisito a comprovação, por meio do Histórico Escolar, de aprovação na disciplina de Métodos da História, oferecida no 5º período do Curso de História.

3) Deverá ser apresentado sob a forma de artigo científico, em obediência às normas para publicação vigentes e atualizadas (ABNT).

4) Deverá ser fundamentado tanto na pesquisa e revisão bibliográfica como em fontes histórico-historiográficas, teorias e métodos da História.

5) Deverá ser realizado sob orientação de um professor assistente ou adjunto do Curso de História; opcionalmente poderá contar com um professor co-orientador assistente ou adjunto de outros cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins.

6) O tema de pesquisa a ser definido deverá ater-se às áreas específicas do Curso. Sua escolha poderá ser feita: a) a partir dos conteúdos programáticos das disciplinas do curso e suas respectivas subáreas; b) a partir das linhas ativas de pesquisa desenvolvidas no Curso de História ou c) a partir da área de atuação dos professores (orientadores).

7) A escolha do tema deve considerar os seguintes critérios: a) atender aos interesses acadêmicos, profissionais ou pessoais do aluno; b) possuir relevância para a área de conhecimento escolhida; c) apresentar-se definido de forma objetiva e precisa, evitando-se temas demasiado abrangentes, cuja amplitude os torna excessivamente genéricos ou inexeqüíveis; d) existência e acessibilidade às fontes diversas.

8) A escolha do orientador, desde que observados os prazos publicados no Edital de Inscrição e Seleção, é condição essencial para a realização do TCC.

9.1. Orientadores

1) Os orientadores de TCC são o conjunto de professores assistentes (Mestres) e adjuntos (Doutores).

2) O número de alunos de TCC cuja orientação os professores devem aceitar é resultado do cálculo do número de alunos inscritos (semestralmente) dividido pelo de professores assistentes e doutores em pleno exercício de suas funções.

3) Em caso de excedente de inscritos para um único orientador, a este caberá, por meio de entrevista de seleção, remanejar o excedente aos professores para os quais não houve inscrição ou para os quais o número de inscrições tenha sido inferior à média. Neste caso deverão ser considerados os seguintes critérios: a) maior afinidade da área de atuação do provável orientador com o tema de pesquisa proposto pelo aluno; b) pertinência do tema de pesquisa às subáreas existentes no Curso; c) aproximação do tema às linhas de pesquisa do Curso. Em caso de não haver conformidade do tema proposto com os critérios acima, os alunos serão remanejados para os professores que não receberam inscrições ou em número inferior à média. Neste caso, o aluno realizará o TCC a partir de tema de pesquisa proposto pelo orientador.

4) Caberá ao professor a tarefa de acompanhar e orientar todas as etapas de elaboração do TCC, ao longo de três semestres consecutivos, desde a elaboração de Projeto de Pesquisa à redação final de artigo científico.

5) A orientação de TCC é uma atividade científico-pedagógica; logo, o professor orientador é, por excelência, o pesquisador que confere legitimidade acadêmica ao Trabalho de Conclusão de Curso.

6) Caberá ao orientador acompanhar e avaliar o desempenho geral de seus alunos por meio de Relatório Semestral de Orientação de TCC e de

Ficha de Acompanhamento de Atividades (ver Anexo III). Nesta última caberá ao orientador registrar a presença/ausência do aluno quanto à sua participação em reuniões, nas atividades de orientação propriamente ditas etc.

7) Aos orientadores atribui-se plena autonomia para recusar o recebimento do TCC e seu encaminhamento para a avaliação em Banca, bem como para desligar alunos nos seguintes casos: a) quando na avaliação geral de desempenho o aluno não obtiver freqüência mínima exigida (75% das atividades determinadas pelo orientador); b) quando na avaliação da disciplina de TCC o aluno do 7º período do Curso não obtiver freqüência mínima exigida; c) quando, no desempenho das atividades relativas ao desenvolvimento da pesquisa, o orientador avalizar que não há condições para o depósito do TCC e d) quando o orientador aventar a existência de fraude acadêmica (utilização de trabalhos já realizados, incorporação de texto, documentos, dados etc. parcial ou integralmente sem indicação precisa da fonte). Neste último caso, caberá ao Coordenador do TCC e ao Coordenador do Curso a apuração rigorosa da fraude; em caso de confirmação da fraude, a constituição de Comissão de Ética para analisar sua gravidade e determinar as providências cabíveis (previstas em Regimento e Estatuto da Universidade Federal do Tocantins).

9.2. Prazos do TCC

Inscrição: no início do semestre letivo, através de publicação de Edital de Inscrição e Seleção para o TCC, aberto rigorosamente aos alunos do 6º período do Curso, em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral da Universidade Federal do Tocantins.

Carta de Intenção de Pesquisa: rigorosamente no prazo fixado pelo Edital.

Seleção de alunos para o TCC (quando houver excedente): rigorosamente no prazo fixado pelo Edital.

Projeto de Pesquisa: no final do 7º período do Curso, em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Relatório de Desempenho do TCC: no final de cada um dos três semestres consecutivos de orientação, em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Ficha de Acompanhamento: no final de cada um dos três semestres consecutivos de orientação, em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Desligamento/Transferência de alunos de um orientador para outro: em prazo máximo anterior à abertura do período de matrícula na disciplina de TCC (8º período do Curso) e em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Depósito do TCC (em três cópias com encadernação simples, com "Aceite" do orientador) para encaminhamento à Banca Examinadora: até 30 dias antes do encerramento do semestre (alunos do 8º período), em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Recebimento de TCC pela Banca Examinadora: com antecedência mínima de 48 horas da data de defesa, no decorrer dos últimos 30 dias do semestre (alunos do 8º período), em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Defesa de TCC: no decorrer dos últimos 30 dias do semestre, anteriores à semana correspondente à Avaliação Final do semestre, em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

2ª Defesa de TCC em casos de defesas que não tenham obtido nota mínima de 7,0 (sete) para aprovação: na semana correspondente à Avaliação Final do semestre em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral.

Depósito de TCC aprovado pela Banca Examinadora, com as devidas correções, na biblioteca setorial do campus: até o encerramento do prazo de fechamento dos diários de disciplinas, em conformidade com o Calendário Acadêmico Geral. Seu descumprimento implicará em reprovação na disciplina de TCC.

Observação: não haverá prorrogação dos prazos acima definidos, à exceção de casos omissos, não previstos neste Regulamento.

9.3. Bancas

As bancas avaliadoras serão compostas pelo professor orientador (Presidente) e por dois professores convidados, considerando-se os seguintes critérios: a) pertinência, aproximação ou afinidade à linha de pesquisa ou área de atuação do orientador; b) pertinência, aproximação ou afinidade à disciplina ou subárea do orientador e c) pertinência à subárea de Teoria e Método.

9.4. Avaliação

O TCC será avaliado sob formas e situações distintas:

Pelo professor orientador:

1ª) no final do 1º semestre de orientação , através do Relatório e Ficha de Atividades (desempenho e freqüência) e por meio do Projeto de Pesquisa.

2ª) no final do 2º semestre de orientação , através do Relatório e Ficha de Atividades (desempenho e freqüência).

Pelo professor de TCC:

3ª) pelo desempenho e freqüência na disciplina.

Pela Banca Examinadora:

4ª) pelos seguintes critérios: fundamentação teórica, domínio do tema, relevância do trabalho, originalidade, complexidade (diferentes graus de dificuldade exigida na pesquisa), consistência lógica e metodológica, desempenho (defesa) do TCC.

10. PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO NO TCC

No ato de inscrição, o aluno receberá Formulário ao qual deverá anexar a Carta de Intenção (cujas instruções constarão no próprio formulário). Em linhas gerais, a Carta de Intenção de Pesquisa é um esboço do TCC, no qual deverão estar contidos tema, objetivo, justificativa e fontes de pesquisa.

O Edital de Inscrição e Seleção para o TCC contará com um Anexo no qual estarão listados os professores orientadores com seus respectivos

números de vagas, disciplinas ministradas e subáreas, linhas de pesquisa que desenvolvem, participação em núcleos, grupos e laboratórios de pesquisa e área de atuação.

11. PROJETO DE PESQUISA

A elaboração do Projeto de Pesquisa não se configura como mera exigência formal: tem, efetivamente, o objetivo de elevar a qualidade dos trabalhos de conclusão de curso, além de possibilitar ao aluno o planejamento e a fundamentação da pesquisa. Por outro lado, coroa o esforço no campo teórico-metodológico, realizado com a aplicação de conteúdos programáticos àquele relacionados em distintas disciplinas ao longo da graduação.

Cabe enfatizar que a mudança de tema ou de orientador significa a apresentação de um novo projeto de pesquisa, sem o qual o aluno não será avaliado no TCC, bem como não poderá submeter o TCC à Banca Examinadora.

12. DEPÓSITO DO TCC

O TCC deverá ser depositado em 3 (três) vias impressas com encadernação simples na Coordenação do TCC/Coordenação do Curso, cabendo ao Coordenador de Curso ou TCC ou ao Secretário de Curso protocolar seu recebimento e fazê-las chegar à Banca Examinadora. Havendo manifestação da Banca Examinadora quanto à necessidade de 2ª Defesa de TCC, caberá ao aluno depositar o TCC revisado obedecendo aos mesmos critérios. Os trabalhos de conclusão de curso que não apresentarem o “Aceite” do orientador não poderão ser avaliados pelas Bancas Examinadoras e, em conseqüência, serão reprovados os alunos.

13. RECURSOS

Em caso de reprovação pela Banca Examinadora, caberá aos alunos o direito de recurso junto à Coordenação do TCC no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de realização da banca. Caberá ao Coordenador analisar a procedência do recurso e uma vez aceito o mesmo, constituirá uma comissão formada por dois professores orientadores do TCC que não se tenham envolvido direta ou indiretamente com o TCC em questão (um indicado pelo Coordenador; o segundo, pelo orientador) para, no prazo de 10 (dez dias) manifestar-se definitivamente sobre o recurso. Não havendo acordo na comissão acerca da procedência do recurso, caberá ao Coordenador o voto de desempate. Aceito o recurso, caberá ao aluno entrar com pedido de revisão de nota e ao professor responsável pela disciplina de TCC acatá-lo dentro do prazo definido pela Pró-Reitoria de Graduação.

14. DEFESA DE TCC DIANTE DA BANCA EXAMINADORA

Presentes o orientador (Presidente da Banca) e demais membros (dois professores) e o aluno de TCC, em data e horário previamente estabelecidos, o Presidente abrirá a sessão de defesa pública de TCC.

Caberá ao aluno entre 20 minutos (mínimo) e 30 minutos (máximo) a exposição do trabalho perante a Banca. Encerrada a apresentação, a Banca, entre 40 minutos (mínimo) e 60 minutos (máximo) fará a argüição, respeitada a seguinte ordem de fala: a) professores convidados de outras instituições, b) professores de outros *campi*, c) professores de outros cursos do campus, d) professores do curso (em ordem definida pelo orientador).

Terminada a argüição, o aluno terá 30 minutos (máximo) para responder às questões formuladas pela Banca. Em seguida, o Presidente solicitará a retirada do aluno e audiência e dará início à avaliação do trabalho apresentado e ao preenchimento e assinatura da Ata de Defesa. Por fim, chamará o aluno e convidará a audiência para anunciar a aprovação/não aprovação do trabalho, por meio da leitura da Ata, agradecendo a participação dos demais membros da banca e audiência e dando por encerrada a sessão.

15. VIGÊNCIA DO REGULAMENTO

O presente Regulamento entrará em vigência, após a sua aprovação em Reunião de Colegiado, a partir do 1º semestre de 2008.

Proposta de Regulamento para TCC do Curso de História elaborada pela Profª Ana Lucia Gomes Muniz, para análise e aprovação em Reunião Extraordinária do Colegiado de História, em 18 de outubro de 2007 com vistas à sua incorporação ao Projeto Pedagógico do Curso de História. Alterações propostas e aprovadas pelo Colegiado em Reunião de Planejamento realizada em 12 de fevereiro de 2009.

16. ANEXOS

Anexo I – TERMOS DE DESLIGAMENTO DE ORIENTANDO E DE ORIENTADOR DE TCC

TERMO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTANDO DE TCC
À Coordenação do TCC Ref.: DESLIGAMENTO DO(A) ALUNO(A):_____ Informo a V.Sa. que a partir desta data desvinculo-me da orientação do Professor_____. Assinatura do Aluno_____. Ciente, de acordo, do Professor _____. Assinatura do Professor_____. Data: Assinatura do Coordenador de TCC_____. Data:

FICHA DE DESVINCULAÇÃO DE ORIENTANDO DE TCC
À Coordenação do TCC Ref.: DESLIGAMENTO DO(A) PROFESSOR(A):_____ Informo a V.Sa. que a partir desta data desvinculo-me das atividades de orientação do Aluno_____. Assinatura do Professor_____. Ciente do Aluno_____. Assinatura do Aluno_____. Data: Assinatura do Coordenador de TCC_____. Data:

ANEXO II – TERMOS DE FREQÜÊNCIA DO ORIENTANDO

TERMO DE FREQÜÊNCIA

Ao

_____

Professor responsável pela disciplina TCC

_____,

aluno(a) regularmente matriculado(a) no 8º período do Curso de História, sob orientação do Professor _____, apresentou aproveitamento de _____% de freqüência em atividades de orientação definidas segundo Calendário anexo. **Encontra-se**, portanto, apto(a) a defender o TCC, em conformidade com Edital e Regulamento do TCC do Curso de História.

Assinatura do Orientador _____

Porto Nacional, ____ de _____ de _____.

TERMO DE FREQÜÊNCIA

Ao

_____

Professor responsável pela disciplina TCC

_____,

aluno(a) regularmente matriculado(a) no 8º período do Curso de História, sob orientação do Professor _____, apresentou aproveitamento de _____% de freqüência em atividades de orientação definidas segundo Calendário anexo. **Não se encontra**, portanto, apto(a) a defender o TCC, em conformidade com Edital e Regulamento do TCC do Curso de História.

Assinatura do Orientador _____

Porto Nacional, ____ de _____ de _____.

Anexo III – RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DO TCC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCC

À Professora
Coordenadora do TCC
Ref.: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCC

Relatório de atividades do TCC do aluno _____ referente ao_____ semestre de _____.
FREQÜÊNCIA:

Freqüência nos encontros	Porcentagem de freqüência	Avaliação
7 (sete)	100% de freqüência	Apto à defesa
Entre 6 (seis) e 4 (quatro)	75% de freqüência	Apto à defesa
Entre 3 (três) e 1 (um)	- de 50% de freqüência	Reprovação em freqüência no TCC

DESEMPENHO:
Assinatura do Professor_____ Data: Assinatura da Coordenadora de TCC_____ Data:

ANEXO IV – REQUERIMENTO DE ORIENTAÇÃO DE TCC E TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR

CURSO DE HISTÓRIA DO CAMPUS DE PORTO NACIONAL/UFT
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA SELEÇÃO TCC/1º SEMESTRE 2011
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu,_____,
aluno(a) regularmente matriculado(a) no ____ período do Curso de História, de acordo com os critérios fixados em Edital, venho requerer minha inscrição à orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na SUBÁREA/DISCIPLINA e/ou LINHA DE PESQUISA/ÁREA DE ATUAÇÃO _____ ; _____, sob orientação do(a) professor(a) _____.

_____
Assinatura do(a) aluno(a)

Fone para contato:_____

E-mail:_____

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

ANEXO V – REGIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE HISTÓRIA DO CAMPUS DE PORTO NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Regimento de Estágio Curricular Obrigatório

CAPÍTULO I
Identificação

Art. 1º - O presente regimento normatiza a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de História, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de Porto Nacional.
§1º- O Estágio Curricular Obrigatório está organizado em 04 (quatro) disciplinas denominadas de: Estágio Supervisionado em História I; II; III e IV.
§2º- O Estágio Curricular Obrigatório do curso de História é normatizado em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, o Parecer CNE/CP 09/2001, as Resoluções CNE/CP nº 01 de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002, o Parecer CNE/CP nº 09 de 05 de dezembro de 2007, Resolução do CONSEPE/UFT nº 003 de 18 de maio de 2005 e a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO II
Dos conceitos e objetivos

Art. 2º - O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de História é o conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa

capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Art. 3º - O objetivo geral do Estágio Curricular Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário.

Possibilitando-o articular o ensino, a pesquisa e a extensão como sujeito de seu próprio desenvolvimento e um agente de transformação social.

Art. 4º - Os objetivos específicos do Estágio Curricular Obrigatório são:

I. Contribuir com a formação de profissionais para atuarem na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio);

II. Qualificar o graduando na prática pedagógica proporcionando experiências didáticas e estratégias metodológicas para o ensino da disciplina de História;

III. Implementar ações que permitam a integração teórico/prática e de suas etapas usuais: execução, relatório, apresentação e avaliação.

CAPÍTULO III
Da duração do Estágio

Art.5º - O Estágio Curricular Obrigatório terá carga horária mínima de 420 (quatrocentos) horas e deverá começar a partir do 5º Período do Curso.

Parágrafo Único - A carga horária do Estágio Supervisionado em História I equivale a 60 horas, os Estágios II, III e IV, 120 horas, cada.

Art. 6º – O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular na área de História poderá requerer a redução de até o máximo de 200 (duzentas) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Curricular Obrigatório.

Art. 7º - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, o estagiário deverá encaminhar, mediante protocolo geral do *Campus*, a seguinte documentação comprobatória:

a) requerimento solicitando a redução da carga horária proporcional à sua experiência docente da educação básica, em sua área de formação e/ou área afim, no semestre de início do Estágio Curricular Obrigatório.

b) comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:

c) declaração de exercício de docência do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio para redução de carga horária no Estágio Supervisionado III, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;

Art. 8º - Caberá ao Colegiado do Curso de História homologar as atividades do Estágio Curricular Obrigatório, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.

CAPÍTULO IV
Dos espaços de estágio

Art. 9º - Constituem espaços de Estágio Curricular Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino, organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Curricular Obrigatório deverão ser realizadas em instituições de educação básica, preferencialmente em escolas públicas.
Art. 10 - O Estágio Curricular Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.
Parágrafo único - Excepcionalmente, a unidade escolar concedente poderá estar fora da sede, desde que aprovado pelo Colegiado do Curso.

CAPÍTULO V
Das Atividades e da Avaliação do Estágio Curricular Obrigatório

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório contempla as seguintes atividades: Leitura, discussão e produção de textos, observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final.
Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 5º, parágrafo único, desta Resolução, em aulas efetivamente ministradas.
Art. 12 - A freqüência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.
Art. 13 - A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório será realizada:
I - pelo professor de estágio da Universidade e
II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.
Art. 14 - A avaliação do estagiário será de acordo com as concepções expressas no projeto político pedagógico do curso. Deve-se levar em consideração as atribuições do estagiário previstas neste Regimento.

CAPÍTULO VI
Da Administração e Supervisão do Estágio

Art. 15 – O Estágio Curricular Obrigatório será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:
I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por *Campus*, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.
II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.
III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.
Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 16 - O Coordenador de Estágio Curricular será eleito pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo *Campus*, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.
Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no caput deste artigo.
Art. 17 – A alocação da carga horária para o coordenador de Estágio e para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação:
I – Coordenador de Estágio das Licenciaturas: até 04 (quatro) horas/aulas semanais em sala de aula;
II – Professor de Estágio:
a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma;
b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.
Art. 18 - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:
I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;
II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o *Campus* e as demais instâncias da Universidade;
III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;
IV - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à Prograd
V - cumprir as normas do presente regimento.
Art. 19 - Compete ao Professor de Estágio:
I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;
II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;
III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos no plano de ensino da disciplina;
IV - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;
V - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;
VI - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;
VII – emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;

VIII – divulgar o conteúdo desde regimento aos alunos estagiários;
IX - cumprir as normas do presente regimento.
Art. 20 - Compete ao Supervisor de Estágio:
I - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;
II - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;
III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.
Art. 21 - Compete ao estagiário:
I - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
II - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;
III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;
IV - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com
o plano de ensino da disciplina;
V - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido
pelo plano de ensino da disciplina;
VI - apresentar-se nas atividades de socialização;
VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;
VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Gerais

Art. 22 - O Estágio Curricular Obrigatório, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.
Art. 23 - Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como, atender as exigências constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em História do Campus Universitário de Porto Nacional.
Art. 24 - Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado de História.
Art. 25 - Este Regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso.

Proposta Pedagógica do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de História de Porto Nacional

O Estágio Supervisionado Obrigatório, realizado nas disciplinas Estágio Supervisionado em História I, II,III e IV, terá carga horária de 420 (quatrocentos) horas-aula, conforme será regulado pelo Regimento de Estágio (anexo), elaborado conforme Parecer CNE/CP 09/2001, Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002 e Resolução do Consepe 003/2005.

A resolução CNE/CP 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Nacionais para a formação de professores, nos cursos de licenciatura, estabelece em seu Art. 11: que a organização curricular bem como a alocação de tempos e espaços curriculares em eixos em torno dos quais se articulam dimensões relativas ao âmbito do conhecimento profissional, da interação, da comunicação, da autonomia intelectual, da interdisciplinaridade, da formação comum e específica, dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos, que fundamental a ação educação; além das dimensões teóricas e práticas.

A Estrutura de Ensino da disciplina de Estágio Supervisionado em História, centrar-se-à nos problemas educacionais concretos das escolas, seu levantamento e diagnostico basear-se-à na prática pedagógica, com vistas à reorganização do trabalho escolar discutidos e tematizados a partir de diferentes referenciais teóricos com a participação articulada dos professores das disciplinas específicas e históricas. Esta reorganização do trabalho científico e escolar significa a intervenção e interação do Estágio Supervisionado na prática pedagógica (diagnóstico da escola, participação em planejamento, estudos com professores das escolas para reorientar os

problemas de aprendizagem detectados e as atividades relacionadas à prática educacional).

Os dados levantados nos diagnósticos pelos estagiários, a teorização destes problemas, o planejamento e os resultados da sua intervenção na prática, são dados coletados e acumulados dos processos de gestão, ensino e de aprendizagem que poderão ser sistematizados e elaborados como relatório de pesquisa/ação ao final de cada disciplina do curso.

Os Estágios Supervisionados serão tratados também como espaços privilegiados para o desenvolvimento de atividades experimentação e extensão visando uma maior integração entre ambiente acadêmico e comunidade.

Os Objetivos gerais e específicos do Estágio Obrigatório serão:

Objetivo Geral:

Proporcionar uma formação acadêmica que habilite o/a graduado/a em História na UFT possa executar com excelência a sua participação profissional na sociedade, sendo produtivo/a, competente, crítico/a e ético/a. Possibilitando-o/a articular o ensino, a pesquisa e a extensão como sujeito de seu próprio desenvolvimento e um agente de transformação social.

Objetivos Específicos:

I. Contribuir com a formação de profissionais para atuarem na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio);

II. Qualificar o/a graduando/a na prática pedagógica proporcionando situações e experiências didáticas e estratégias metodológicas para o ensino da disciplina de História;

III. Promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas

IV. Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do

envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa.

V. Implementar ações que permitam a integração teórico/prática e de suas etapas usuais, execução, relatório, apresentação e avaliação, para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

Objetivos Operacionais:

I. Contextualizar a realidade social/espacial na qual desenvolverá as atividades de prática/estágios;

II. Desenvolver o Estágio Supervisionado em uma escola campo de Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio);

III. Concretizar uma pesquisa, que atenderá às demandas sociais específicas do trabalho do historiador, na política de desenvolvimento de projetos nos órgãos de preservação documental e/ou gestão patrimonial; e

IV. Elaborar e desenvolver projetos e relatórios parciais/final.

As demais regulamentações do Estágio Supervisionado Obrigatório em História encontram no Regimento de Estágio, nos anexos.

5º Período

Disciplina: Estágio Supervisionado em História I

Carga Horária Teórica: 30 h/a
Carga Horária Prática: 30 h/a
Carga Horária Total: 60 h/a

Ementa:
A preparação e formação do profissional de História. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. A Cultura escolar na educação básica. Gestão e organização da escola de educação básica. Mapeamento da realidade escolar (dimensão física, pedagógica, administrativa, financeira, realidade sócio-econômica dos alunos e da comunidade escolar).

Objetivos:
- Compreender o processo de formação do professor de História no ensino Fundamental II e do Ensino Médio.
- Compreender os processos históricos de organização das escolas envolvidas nos estágios.
- Analisar a cultura escolar da educação básica.
- Refletir sobre a situação em que se encontram as escolas de educação básica, relacionando a teoria com a observação da prática.

Programa Teórico:
- O papel do professor de História
- Planejamento e Gestão Escolar

- Projetos Pedagógicos.

Programa Prático:

- O papel do professor de História: prático, reflexivo, pesquisador e transformador. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.
- Caracterização da escola e análise de dados sobre o contexto sócio, econômico e cultural; estrutura física da escola; recursos materiais e humanos que elencam sua organização e funcionamento; análise sobre o PPP da escola; análise sobre a gestão da escola; funcionamento do Conselho escolar; Projeto curricular de História da escola; planejamento dos professores de História: como acontece? Quando? Onde? Por que?
- Deverão ser preenchidas as respectivas fichas de freqüência e entregues ao professor no relatório de Estágio.
- Elaboração do relatório de Estágio Curricular orientado pelo professor.

Metodologia:

Leitura, discussão e produção de textos, pesquisa, análise e avaliação da caracterização da escola; seminário, elaboração de Relatório Final.

Avaliação:

A avaliação deve ser contínua durante o semestre, considerando o empenho do estagiário nas atividades propostas/realizadas tanto na Universidade – leituras, debates, análise e escrita de textos, entre outras— quanto na escola-campo. Produção do relatório.

Bibliografia

BITTENCOURT, Circe **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

NIDELCOFF, Maria Tereza. **A escola e a compreensão da realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PICHONES, S.C.B. et al. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. São Paulo: Papirus, 1989.

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino da História e a construção do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

6º Período:

Disciplina: Estágio Supervisionado em História II

Carga Horária Teórica: 30 h/a
Carga Horária Prática: 90 h/a
Carga Horária Total: 120 h/a

Ementa:
O processo de produção do conhecimento histórico para o Ensino Fundamental e Médio. Propostas curriculares Nacionais de História para o ensino fundamental e médio; Proposta Curricular Estadual para o ensino de História. Observação da docência do professor de História na escola de educação básica.

Objetivos:
- Conhecer e analisar as diferentes formas didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas pelos professores/as das escolas campo.
- Pesquisar e analisar as modalidades de ensino escolar.
- Compreender como produzir e desenvolver atividades ligadas ao uso de temas transversais.
- Avaliar as metodologias de ensino nas escolas campo.

Programa teórico:
- Ensino de História e Currículo: Propostas curriculares Nacionais de História para o ensino fundamental; Proposta Curricular Estadual para o ensino de História.
- O ensino de História na perspectiva de Educação na diversidade: *Educação Indígena; Educação nos Movimentos Sociais Negros; Educação Rural; Educação e Gênero e Educação e direitos Humanos.*

- Transversalidade e Ensino de História: *Educação patrimonial; Educação Ambiental; Educação Sexual.*
- Elaboração do plano de observação na escola campo.

Programa Prático:
- Observação e análise das aulas do professor regente de História na escola de ensino fundamental e médio. Deverão ser observadas pelo menos 4 (quatro) aulas em cada ano das séries finais do ensino fundamental e em cada série do ensino Médio;
- Observação e análise das aulas do professor regente de História em alguma modalidade diferente de ensino (EJA, cursinho pré-vestibular, escola rural, escola indígena, escola de movimentos sociais negros, escola de assentamento de remanescentes de quilombolas, outras);
-Deverão ser preenchidas as respectivas fichas de freqüência e entregues ao professor no relatório de Estágio.
-Elaboração do relatório de estágio curricular orientado pelo professor.

Metodologia:
Leitura, discussão e produção de textos, seminários, observação na escola campo, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; seleção e/ou elaboração de material didático; elaboração de Relatório Final.

Avaliação:
A avaliação deve ser contínua durante o semestre, considerando o empenho do estagiário nas atividades propostas/realizadas tanto na Universidade – leituras, debates, análise e escrita de textos, seminários, entre outras— quanto na escola-campo - observações. Produção do relatório.

Bibliografia:
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros curriculares nacionais: historia – 5ª a 8ª séries.** Secretaria e Educação Fundamental: MEC/SEF, 1998.
BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio- historia.** Brasília/SEMT, 1999.

FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
PALMAS - TO - (Brasil) - Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano.** Secretaria de Estado da Educação e Cultura. TO: 2006.
ROCHA, Ubiratan. **História, Currículo e Cotidiano Escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

7º Período:

Disciplina: Estágio Supervisionado em História III

Carga Horária Teórica: 30 h/a
Carga Horária Prática: 90 h/a
Carga Horária Total: 120 h/a

Ementa:
Estudo das práticas e produções do conhecimento histórico e escolar no cotidiano das instituições de ensino. Elaborar "Plano de Ensino" de História para que possa ser efetivado nas instituições de Ensino Fundamental e Médio. Docência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio. Relatório de estágio.

Objetivos:
- Atuar na prática docente de acordo com o planejamento realizado.
- Conhecer e analisar a realidade da sala de aula.
- Avaliar a proposta curricular do ensino de História das escolas campo.
- Elaborar relatório sobre as ações de estágio.

Programa teórico:
- Conteúdos Históricos: como selecioná-los para o ensino fundamental
- Novas metodologias aplicadas ao ensino de História: O uso de documentos escritos nas aulas de História; o uso de documentos não escritos nas aulas de

História: a iconografia; o cinema; as tecnologias de informação; os jogos e brincadeiras; a música; o museu.
- O planejamento e a Avaliação em História: como fazer, passos, técnicas e modelos.

Programa prático:
- Elaboração do planejamento de ensino.
- Regência no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio. Cada acadêmico estagiário deverá cumprir uma carga horária de 4 aulas em cada respectivo ano/série;
- Elaboração do relatório de estágio curricular orientado pelo professor.

Metodologia:
Leitura, discussão e produção de textos, planejamento de ensino, seleção e/ou elaboração de material didático, micro-aulas, docência na escola campo; elaboração de Relatório Final.

Avaliação:
A avaliação deve ser um processo contínuo durante o semestre, considerando o empenho do estagiário nas atividades propostas/realizadas tanto na Universidade – leituras, debates, análise e escrita de textos, micro-aulas,entre outras— quanto na escola-campo – regências. Produção do relatório.

Bibliografia
BOSCHI, Caio Cesar. **Porque estudar História?.** São Paulo: Ática, 2007.
FONSECA, Selma Guimarães. **Os Caminhos da História Ensinada.** São Paulo: Papirus, 2006.
GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa.** São Paulo, Loyola, 1995.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez,1994.
MOREIRA, Marco. *E***nsino e Aprendizagem: perspectivas teóricas***.* Porto Alegre, UFRS, 1987

8º Período:

Disciplina: Estágio Supervisionado em História IV

Carga Horária Teórica: 30 h/a
Carga Horária Prática: 90 h/a
Carga Horária Total: 120 h/a

Ementa: A produção cotidiana do conhecimento histórico nas instituições de Ensino Fundamental e Médio. Elaboração de um projeto de intervenção e/ou oficina pedagógica no ensino de História para ser efetivado na escola de educação básica. Elaboração do memorial ou artigo sobre as atividades desenvolvidas nas disciplinas do Estágio Supervisionado.

Objetivos:

- Discutir e avaliar as diferentes formas de utilizar os conteúdos apreendidos ao longo do curso de História com a realidade escolar do Ensino Fundamental e Médio.
- Reflexões acerca da formação inicial e continuada do professor de História.
- Avaliar todo o processo de construção didático-pedagógico elaborado e produzido pelos/as alunos/as ao longo do curso de História.
- Elaborar e executar projeto de intervenção e/ou oficina pedagógica sobre o ensino de história na escola de Educação Básica.
- Elaborar e executar colóquio para a apresentação de produção historiográfica e de resultados obtidos ao longo do curso.
- Elaborar um memorial ou artigo sobre todas as atividades desenvolvidas ao longo do Estágio supervisionado no curso de História.

Programa teórico:

-Repensando a prática pedagógica do professor de História no ensino fundamental e no ensino Médio.
-Elaboração do Projeto de Intervenção na escola de educação básica.
-Instrumentalização da construção do memorial

Programa prático:

-Apresentação à Coordenação pedagógica das escolas campo do Projeto de Intervenção e aplicação do mesmo mediante autorização da escola através de oficinas, mini cursos, seminários, mesas redondas, colóquio, exposição e outras formas, em conjunto com as unidades escolares, destinados aos professores e alunos das mesmas;
-Elaboração do Memorial ou artigo sobre o Estágio Supervisionado orientado pelo professor

Metodologia:
Leitura, discussão e produção de textos, seminários, planejamento e desenvolvimento de projetos de intervenção para o ensino de História na escola campo de ensino fundamental e ensino médio a partir das observações e práticas realizadas nestas instituições (oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático); elaboração do memorial/artigo. Realização de um colóquio que represente toda a produção desenvolvida pelos/as alunos/as ao longo do curso de História.

Avaliação:
A avaliação deve ser um processo contínuo durante o semestre, considerando o empenho do estagiário nas atividades propostas/realizadas tanto na Universidade – leituras, debates, análise e escrita de textos, planejamento de atividades, entre outras— quanto na escola-campo – execução do projeto de intervenção. Produção do memorial/artigo.

Bibliografia:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de história: temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.
FONSECA, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo, Cortez, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ROTEIRO PARA O MAPEAMENTO DA REALIDADE ESCOLAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 – Identificação do papel do professor de História

1.2 – Abordagem didático-pedagógica da UFT

2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

2.1- Nome da Escola

2.2-Endereço da Escola e Telefone

2.3-Equipe Pedagógico- Administrativa (nomes)

2.4-Horário de Funcionamento

2.5-Horário de Atendimento da Secretaria e Coordenação escolar.

3. LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

3.1-O município

3.2-O Bairro

4. A ESCOLA

4.1- Histórico

4.2-Natureza administrativa

4.3-Estrutura administrativo- pedagógico da escola (descrever os grupos de atividades apoiado no regime da escola)

4.4-Infra- Estrutura da escola (espaço físico/utilização)

4.5-Uso de Tecnologia pela escola

5. MECANISMO DE AÇÃO COLETIVA NO INTERIOR DA ESCOLA

5.1- Associação de pais e Mestres

5.2-Conselho de escola

5.3-Conselho de classe

6. OS ALUNOS

6.1.- Os números: Total por série e turno, evasão, retenção, promoção.

6.2-Nível sócio- econômico

7. A ROTINA DA ESCOLA NO TURNO OBSERVADO

7.1-Organização do tempo (entrada e saída dos alunos e professores, recreio, atividades dentro e fora da sala de aula, aulas especiais)

7.2- Relação Alunos/Professores Funcionários

7.3- Segurança dos alunos

8. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

8.1-Como foi elaborado

8.2-Concepção Pedagógica adotada pela escola

9- O PESSOAL: CORPO DOCENTE E DEMAIS FUNCIONÁRIOS

9.1- Formação Acadêmica

9.2-Formas de Ingresso e Formação do Corpo Docente

9.3-Propostas de Formação Continuada dos Professores.

10. PROJETOS QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

11. RECURSOS FINANCEIROS DA ESCOLA

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXO V – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA (PIM)

SUGERIMOS RETIRAR ESTE REGIMENTO DO PIM, TENDO EM VISTA QUE HÁ REFERÊNCIA A ESTE PROGRAMA NA PÁGINA 47, ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NO PORTAL DA UFT, ALÉM DE TORNAR VOLUMOSO O PPC.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
N° 16/2008

Dispõe sobre a criação do Programa Institucional de Monitoria (PIM) da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 15 de dezembro de 2008, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar o Regimento do Programa Institucional de Monitoria (PIM) daUniversidade Federal do Tocantins.

Art. 2º. – Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 15 de dezembro de 2008.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

REGIMENTO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA (PIM)

TÍTULO I

Das Disposições Iniciais e Finalidades

Art. 1° - O Programa Institucional de Monitoria (PIM) da UFT contempla atividades de caráter didático-pedagógico desenvolvidas pelos alunos e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante da Universidade.

Art. 2º - O PIM tem os seguintes objetivos:

I. melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar;

II. proporcionar condições de permanência e de sucesso dos alunos no processo ensinoaprendizagem;

III. contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão;

IV. possibilitar a utilização do potencial do aluno assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e sua plena inserção nas atividades acadêmicas da Universidade;

V. intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade;

VI. implementar ações do Projeto Pedagógico do Curso de graduação(PPC), do Plano Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

TÍTULO II

Das Modalidades de Monitoria

Art. 3º - O Programa de Monitoria da UFT abrangerá dois tipos de monitores: remunerado e não-remunerado.

§1º – O monitor exercerá suas atividades sob a orientação de professor, preferencialmente, em regime de dedicação exclusiva atestada pelo colegiado do curso;

§2º – O monitor desempenhará suas funções em regime de, no mínimo, 12 (doze) horas semanais;

2

§3º – Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal, cujo valor será estabelecido face à disponibilidade de verba anual destinada ao programa;

§4º – As atividades de monitoria deverão ser programadas de forma a não coincidir com as obrigações acadêmicas do monitor, assim como estar em consonância com as demandas do Plano de Atividades aprovado pelo Colegiado.

TÍTULO III

Do Ingresso

Art. 4º – A função do monitor será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado pelo Colegiado, ao qual está(ão) vinculada(s) a disciplina ou disciplinas objeto da seleção.

Art. 5° - Para ingressar no Programa de Monitoria Remunerada o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

I. ser aluno regularmente matriculado na UFT;

II. ter cursado com aproveitamento, no mínimo, 01 (um) período letivo;

III. ter cursado a(s) disciplina(s) objeto(s) da monitoria ou sua(s) equivalente(s) e nela(s) obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento geral inferior a 5,0 (cinco);

IV. ser aprovado no Processo Seletivo para Monitoria;

V. ter disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando, assinada, a Declaração de Disponibilidade de Tempo.

TÍTULO IV

Das Orientações

Art. 6º – Cada Colegiado elaborará um Plano Anual de Monitoria tendo como

referência o aproveitamento e especificidades das disciplinas, as concepções e objetivos presentes no Projeto Pedagógico do curso. Este Plano deverá ser encaminhado à PROGRAD/DPEE - Pró-Reitoria de Graduação/Diretoria de Programas Especiais em Educação -, em data definida no Calendário Acadêmico.

§1º - Será concedida a monitoria remunerada às disciplinas que apresentem os maiores

índices de reprovação pelos estudantes, conforme relatórios a serem disponibilizados pela PROGRAD aos cursos anualmente e às disciplinas voltadas para a formação específica do curso que tenham um número elevado de alunos.

§2º – Será facultada a todos os professores do Colegiado de Curso a solicitação de monitores não-remunerados.

§3º – Para o curso em implantação que não tiver estudantes com nível de estudo compatível para o exercício de monitoria em determinada disciplina, poderão ser selecionados alunos de outros cursos, desde que tenham cursado disciplina(s) equivalente(s) àquela(s) objeto(s) da monitoria e nela(s) obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento geral inferior a 5,0 (cinco).

§4º – O Plano Anual de Monitoria deverá apresentar as seguintes informações: a) justificativa; b) listagem das disciplinas e respectivos docentes; c) formas de acompanhamento e avaliação da monitoria definidas pelo Colegiado.

Art. 7° – A PROGRAD/DPEE distribuirá duas bolsas de monitoria para cada curso que estiverem de acordo com os requisitos desta Resolução.

TÍTULO V

Das atribuições e obrigações

Capítulo I

Das atribuições do aluno monitor

Art. 8º – São atribuições do aluno monitor:

I. auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em atividades de classe e/ou laboratório;

II. identificar, em conjunto com o professor-orientador, as dificuldades enfrentadas pelos alunos da disciplina;

III. discutir com o professor-orientador as metodologias e conteúdos e ações a serem priorizados;

IV. coordenar grupos de trabalho ou estudo, tendo em vista a orientação da aprendizagem dos colegas;

V. orientar os colegas na resolução de problemas ou dificuldades da disciplina e no desenvolvimento de experiências e atividades práticas;

VI. participar do "Programa Plantão de Dúvidas" do *campus;*

VII. participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras, visando sua preparação para publicações;

VIII. participar das atividades de pesquisa do professor-orientador que estejam em consonância com o Projeto pedagógico do curso e com o Plano Anual de Monitoria.

Art. 9° - É vedado ao aluno monitor:

I. o exercício de atividades de caráter eminentemente burocrático;

II. o exercício de atividades de servidores técnico-administrativos;

III. a substituição do professor na ministração de aulas.

Capítulo II
Das Obrigações

Seção I
Do aluno monitor

Art. 10 – São obrigações do aluno monitor:

I. exercer suas atividades conforme o Plano de Atividades de Monitoria da disciplina, elaborado em conjunto com o professor orientador;

II. cumprir, no mínimo, 12 (doze) horas semanais de atividades de monitoria, conforme horários preestabelecidos com o seu orientador;

III. manter endereço residencial atualizado na coordenação do curso e na PROGRAD – Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE);

IV. encaminhar à Coordenação do curso ou à DPEE a Ficha de Acompanhamento Mensal de Atividades de Monitoria (modelo anexo);

V. apresentar Relatório Final de Atividades de Monitoria no término do semestre;

VI. participar do Seminário de Programas Especiais em Educação, promovido pela Prograd.;

VII. apresentar comprovação de publicação e/ou apresentação oral no Seminário de Programas Especiais em Educação e/ou em outros seminários de natureza acadêmico científico;

Parágrafo Único - Dentre as obrigações do monitor não se inclui a responsabilidade de ministrar aulas em substituição do Professor.

Seção II
Do professor orientador

Art. 11 – São obrigações do Professor Orientador:

I. elaborar o Plano de Atividades de Monitoria, em conjunto com o monitor, que deverá conter pelo menos os seguintes itens: identificação do orientador, do monitor; dados da disciplina; objetivos gerais e específicos; plano de atividades semestral com cronograma de execução; metodologia a ser utilizada; natureza da orientação do monitor (aula e/ou laboratório); detalhamento do tempo dedicado às atividades com os alunos, com professor e aos estudos individuais; interface ensino, pesquisa e/ou extensão e resultados esperados;

II. orientar o monitor para o bom desempenho em suas atividades;

III. identificar as dificuldades dos alunos na disciplina e estabelecer um plano de ação com o monitor;

IV. definir metodologias e conteúdos e ações a serem priorizados;

V. encaminhar à PROGRAD/DPEE o Plano de Atividades de Monitoria, no máximo, 15 (quinze dias) dias após a divulgação do resultado da seleção;

VI. orientar a ação do monitor em relação a sua participação no "Programa Plantão de Dúvidas" do *campus;*

VII. avaliar o desempenho do monitor mensalmente;

VIII. encaminhar a freqüência mensal do monitor à Coordenação do Curso ou à PROGRAD/ DPEE até o dia 30 de cada mês;

IX. encaminhar o Relatório Final de Atividades de Monitoria à PROGRAD/DPEE até 15 dias após o término do semestre letivo.

Seção III
Da Coordenação do Curso

Art. 12 – São obrigações da Coordenação de Curso:

I. elaborar, junto ao Colegiado, o Plano Anual de Monitoria e encaminhá-lo à PROGRAD/ DPEE;

II. observar as diretrizes desta Resolução e do edital de monitoria publicado pela Prograd;

III. realizar as inscrições dos alunos;

IV. selecionar os monitores de acordo com as modalidades definidas no Art. 3º e as orientações explicitadas no Art. 6º desta Resolução.

V. publicar em Ata de Seleção o resultado da Monitoria;

VI. receber a documentação dos alunos selecionados e encaminhá-la, juntamente com a Ata de Seleção, à PROGRAD/DPEE;

VII. vistar o Plano de Atividades de Monitoria das disciplinas selecionadas e encaminhá-lo à PROGRAD/DPEE;

VIII. vistar o Relatório Final de Atividades de Monitoria ao final do semestre;

IX. encaminhar a Ficha de Freqüência do Monitor até o 2º dia útil de cada mês à PROGRAD/DPEE.

Seção IV
Da Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE)

Art. 13 – Caberá à Diretoria de Programas Especiais em Educação:

I. elaborar e divulgar o edital a partir dos Planos Anuais de Monitoria encaminhados pelos coordenadores de curso;

II. promover a distribuição das vagas de monitoria remunerada, conforme Art. 5°, tendo como referência os termos do Art. 6º desta Resolução.

III. preparar folha de pagamento da monitoria remunerada, a partir da freqüência mensal do aluno monitor, encaminhada pelo professor orientador;

IV. organizar e manter atualizado o banco de cadastro geral de monitores;

V. organizar e manter o arquivo administrativo do programa de monitoria;

VI. expedir certificado de monitoria para os alunos e declaração para os professores orientadores;

VII. orientar e esclarecer os alunos monitores sobre questões relativas ao programa de monitoria;

VIII. acompanhar o cumprimento das diretrizes desta Resolução, tomando as medidas necessárias para o seu pleno atendimento;

IX. promover a organização de evento de cunho científico-cultural visando à divulgação do programa.

Título VI
Da inscrição e seleção dos monitores

Art. 14 – A seleção de monitores será realizada pelo Colegiado de Curso, em prazo previsto no Edital de Monitoria da UFT.

Art. 15 – A divulgação do Edital será feita pela PROGRAD/DPEE, em local apropriado e divulgado por meio eletrônico, no prazo mínimo de 10

(dez) dias antes do início do processo seletivo, do qual constarão obrigatoriamente:

I. o período de inscrição;

II. os critérios e condições de seleção dos monitores;

III. o período da realização do processo seletivo;

IV.as disciplinas e quantidade de vagas.

Art. 16 – No ato de inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I. Histórico Escolar completo que comprove:

a. ser aluno regularmente matriculado na UFT;

b. ter cursado com aproveitamento, no mínimo, 01 (um) período letivo;

c. ter cursado a(s) disciplina(s) objeto(s) da monitoria ou sua(s) equivalente(s) e nela(s) obtido média igual ou superior a 7,0 (sete) e não ter coeficiente de rendimento geral inferior a 5,0 (cinco);

II. Declaração atestando disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando, em anexo, a Declaração de Disponibilidade de Tempo (modelo anexo).

Art. 17 – A seleção dos candidatos será feita por uma comissão examinadora formada por dois professores: o titular da disciplina objeto da monitoria e um professor indicado pelo Colegiado, observando os critérios e condições definidas por esta Resolução.

Parágrafo único - Caberá à Coordenação do Curso definir os dias e locais a serem realizadas as provas e/ou entrevista, quando for o caso, dentro do período definido pelo Edital.

Art. 18 – O candidato classificado assinará o Termo de Compromisso. A não-assinatura do Termo de Compromisso implica desistência tácita.

Parágrafo único – Em caso de empate entre os candidatos classificados, terá preferência aquele que tiver obtido pontuação maior na disciplina objeto da monitoria.

Art. 19 – As vagas, eventualmente, não-preenchidas serão ocupadas pelos classificados seguintes, por curso.

Art. 20 - As vagas residuais oriundas da não-solicitação pelos Colegiados ou da inexistência de candidatos classificados nos cursos serão objeto de novo Edital pela PROGRAD/DPEE, podendo ser pleiteadas, indistintamente, por todos os cursos.

Parágrafo único. Na distribuição das bolsas residuais, os critérios para a distribuição das bolsas serão os mesmos aplicados para as demais bolsas.

TÍTULO VI
Do cumprimento das atividades de monitoria

Art. 21 – Os alunos monitores deverão iniciar suas atividades nos Colegiados, somente, após terem assinado os respectivos Termos de Compromisso.

Art. 22 – O período regular para o exercício da Bolsa de Monitoria será, necessariamente, dentro do período letivo semestral, durante, no máximo, 4 (quatro) meses.

§1º – As eventuais alterações do Calendário Escolar acarretarão os devidos ajustes na reorganização deste período.

§2º – Em virtude de greves, seleção de bolsas residuais ou outros motivos de força maior, o período regular de monitoria poderá sofrer alterações quanto à quantidade de meses e, por conseqüência, o pagamento será proporcional ao período letivo de monitoria executado pelo aluno.

Art. 23 – Ao aluno monitor será permitido o exercício da monitoria por, no máximo, 02 (dois) anos letivos, consecutivos ou não, numa mesma disciplina ou em disciplinas diferentes, no caso de bolsa remunerada.

Art. 24 – A monitoria não poderá ser exercida no período em que o aluno tenha registrado trancamento de matrícula.

Art. 25 – É vedada a acumulação da Bolsa de Monitoria com qualquer modalidade de bolsas internas e externas.

Art. 26 – O monitor remunerado deverá devolver à Fundação Universidade Federal do Tocantins em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s), indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos nesta resolução normativa não sejam cumpridos.

Art. 27 – A dispensa das funções de monitor, após avaliação formal, será concedida pela PROGRAD/DPEE diante das razões apresentadas pelo professor Orientador/Coordenador ou a pedido do próprio aluno monitor.

Parágrafo Único – O monitor dispensado pelo não-cumprimento das normas do programa de monitoria não poderá se inscrever em novo processo de seleção.

Art. 28 – O certificado será expedido pela PROGRAD/ DPEE, obedecendo aos seguintes critérios:

I. freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) atestada na Ficha de Acompanhamento Mensal de Atividade de Monitoria;

II. apresentação do Relatório Final de Atividade de Monitoria.

Parágrafo Único – O certificado não será expedido se houver descumprimento por parte do monitor das exigências presentes nesta Resolução.

Art. 29 – Os monitores não-remunerados estão sujeitos as mesmas exigências contidas nesta Resolução para os monitores remunerados.

Art. 30 – O pagamento do monitor remunerado está condicionado ao envio de freqüência mensal à PROGRAD/DPEE, por parte do Professor-orientador ou da Coordenação do curso.

Parágrafo Único – O candidato selecionado como monitor remunerado deve, necessariamente, ser titular de uma conta-corrente em uma instituição bancária credenciada e fornecer o número da agência e da conta em seu Termo de Compromisso, sob pena de ser- lhe impossibilitado o repasse do pagamento.

Art. 31 – O pagamento da Bolsa de Monitoria deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da Ficha de Acompanhamento Mensal de Atividades de Monitoria.

Art. 32 – A PROGRAD/DPEE não efetuará o pagamento de bolsa findo o período letivo, em que não houver sido encaminhada a documentação exigida no Art. 5º, I a V e Art. 30 e parágrafo único.

Art. 33 – Qualquer forma de monitoria, remunerada ou não-remunerada, não caracteriza vínculo empregatício, de acordo com o decreto 85.862/81.

TÍTULO VII
Das disposições gerais

Art. 34 – A PROGRAD/DPEE poderá baixar atos complementares a estas normas.

Art. 35 – Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação, em articulação com a Diretoria de Programas Especiais em Educação.

Art. 36 – Este Regimento entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 15 de dezembro de 2008.

ANEXO VI – QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS E CONVALIDAÇÕES ENTRE A ESTRUTURA CURRICULAR 2001 E A ESTRUTURA CURRICULAR 2012.

CURRÍCULO 2001			CURRÍCULO 2012		
Disciplina	CH	Cred	Disciplina	CH	Cred
Pré História Geral	60	04	Fundamentos da Pré História	60	04
Antropologia	60	04	Antropologia Social	60	04
História Antiga I	60	04	História Antiga	60	04
Leitura e Prática de Produção de Texto	60	04	_____	___	____
Introdução aos Estudos Históricos	60	04	Introdução aos Estudos Históricos	60	04
Metodologia da Pesquisa	60	04	Técnicas de Pesquisa	60	04
História Antiga II	60	04	Optativa I ou II	60	04
Investigação da Prática de Pesquisa em Ensino de História I	30	02	Optativa I	60	04
Optativa I (Pesquisadores e Pesquisa no curso de História)	30	02			
História Medieval I	60	04	História Medieval	60	04
Teoria da História	60	04	Teoria da História	60	04
Sociologia da Educação	60	04	Sociologia da Educação	60	04
Filosofia da Educação	60	04	Filosofia da Educação	60	04
História Medieval II	60	04	Optativa I ou II	60	04
Investigação da Prática de Pesquisa em Ensino de História II	60	04	_____	___	____
História da Educação	60	04	História da Educação	60	04
História da América I	60	04	História da América Colonial	60	04
História do Brasil I	60	04	História do Brasil Colonial	60	04
História Moderna I	60	04	História Moderna	60	04
Didática	60	04	Didática	60	04
Historiografia	60	04	Historiografia Geral	60	04

História do Brasil II	60	04	História do Brasil Império	60	04
História Moderna II	60	04	Optativa I ou II	60	04
História da América II	60	04	História da América Independente	60	04
Investigação da Prática de Pesquisa em Ensino de História III	60	04	_____	___	____
História da América III	60	04	Optativa I ou II	60	04
História Contemporânea I	60	04	História Contemporânea I	60	04
Estágio Supervisionado em História I	60	04	Estágio Supervisionado em História I	60	04
Metodologia da Pesquisa em História	60	04	Métodos da História	60	04
História do Brasil III	60	04	História do Brasil República	60	04
Psicologia do Desenvolvimento	60	04	_____	___	____
Estágio Supervisionado em História II	120	08	Estágio Supervisionado em História II	120	08
Psicologia da Aprendizagem	60	04	Psicologia da Aprendizagem	60	04
Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60	04	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60	04
História do Brasil IV	60	04	Optativa I ou II	60	04
História Contemporânea II	60	04	História Contemporânea II	60	04
Estágio Supervisionado em História III	120	08	Estágio Supervisionado em História III	120	08
História do Tocantins I	60	04	História do Tocantins	60	04
História Contemporânea III	60	04	Optativa I ou II	60	04
Optativa II	60	04	Optativa II	60	04
Optativa III	60	04	Optativa III	60	04
História do Tocantins II	60	04	História Regional	60	04
Optativa IV	60	04	Optativa IV	60	04
TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)	60	04	TCC I	60	04
Estágio Supervisionado em História IV	120	07	Estágio Supervisionado em História IV	120	08

Atividades Científicas Culturais	210	___	Atividades Complementares	225	___
			História Indígena	60	04
			História da África	60	04
			Metodologia do Ensino de História	60	04
			Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
			História do Tempo Presente	60	04
			TCC II	60	04

Foi realizada uma análise da antiga estrutura curricular, de 2001, para ver a viabilidade e possível transição de grade, segundo a nova estrutura curricular, de 2012, aqui proposta. Após a análise fica indicado para transição, sem perdas de créditos, carga horária e conteúdos, somente as turmas 2011/1 e 2011/2.